

PORTO NACIONAL,
PATRIMÔNIO DO BRASIL
histórias e memórias

JANIRA IOLANDA LOPES DA ROSA
MARIELA CRISTINA AYRES DE OLIVEIRA
ROSANE BALSAN
(Organizadoras)

PORTO NACIONAL,
PATRIMÔNIO DO BRASIL
histórias e memórias



Palmas-TO
2015



Reitor

Márcio Antônio da Silveira

Vice-reitora

Isabel Cristina Auler Pereira

Pró-reitor de Pesquisa e pós-graduação

Waldecy Rodrigues

Diretora de Divulgação Científica

Michelle Araújo Luz Cilli

Conselho Editorial

Airton Cardoso Cançado (Presidente)

Christian José Quintana Pinedo

Dernival Venâncio Ramos Junior

Etiene Fabbrin Pires

Gessiel Newton Scheidt

João Batista de Jesus Felix

Jocyleia Santana dos Santos

Salmo Moreira Sidel

Temis Gomes Parente

Projeto Gráfico, Revisão de Texto & Impressão

ICQ Editora Gráfica e Pré-Impressão Ltda.

Designer Responsável

Gisele Skroch

Foto da capa

Maria Zoreide Britto Maia

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins – SISBIB

P853

Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias / Organizadoras:
Janira Iolanda Lopes da Rosa, Mariela Cristina Ayres de Oliveira, Rosane Balsan –
Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2015.

151 p.:il.

ISBN: 978-85-63526-75-5

1. Porto Nacional (TO) - História. 2. Porto Nacional (TO) – Patrimônio
Histórico. 3. Porto Nacional (TO) - Memória. I. Título. II. Oliveira, Mariela Cristina
Ayres. III. Balsan, Rosane. IV. Rosa, Janira Iolanda Lopes da.

CDD 981.17

Copyright © 2015 por Janira Iolanda Lopes da Rosa, Mariela Cristina Ayres de Oliveira e Rosane Balsan (organizadoras)
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado
desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A formação católica da juventude masculina de Porto Nacional .. Benvinda Barros Dourado	9
2. Fontes de pesquisa de Porto Nacional: considerações e in- dagações	35
Ariel Elias do Nascimento Juliana Ricarte Ferraro	
3. Memórias urbanas: um percurso museológico pela literatura específica	47
Napoleão Araujo de Aquino	
4. Na pia batismal: relações de compadrio escravo na Paróquia de Nossa Senhora das Mercês	63
Geraldo Silva Filho Maiara Muniz	
5. Os planos e políticas urbanas e suas aplicações na gestão de cidades	87
João Aparecido Bazolli	
6. Reconstituindo a história através da preservação de docu- mentos: relatos de uma experiência realizada em Porto Na- cional, Tocantins	109
Janira Iolanda Lopes da Rosa Mariela C. A. de Oliveira Rosane Balsan Nayara Maria Ayres de Oliveira	

JANIRA IOLANDA
MARIELA CRISTINA
ROSANE BALSAN

7. Nas trilhas da memória - “Estórias do cotidiano – verdades e mentiras”	123
Olívia Aparecida Silva	
8. Memórias e histórias de Porto Nacional: considerações a partir de um projeto de extensão	139
Carolina Machado Rocha Busch Pereira	
Rosane Balsan	
SOBRE OS AUTORES	149

Introdução

O Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) é cadastrado como Grupo de Pesquisa no CNPq e, originalmente, restrito ao Curso de História do Campus de Porto Nacional, passando a contar, posteriormente, com participantes de outros Cursos/Áreas, dos Campi de Porto Nacional e de Palmas e de outras instituições de ensino superior. Teve origem no antigo Projeto Cidades – Conhecendo a História do Tocantins pelos seus Núcleos Urbanos, que fora cadastrado na Congregação do Curso de História no ano de 1999, permanecendo com este nome até o ano de 2002, quando, iniciado o processo de federalização da Universidade, tornou-se multidisciplinar, recebendo o nome atual, sendo institucionalizado em 2008.

Os integrantes sempre em consonância com a divulgação do conhecimento nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, são contemplados com editais Regionais e Nacionais quer de pesquisa ou de extensão. As atividades desenvolvidas pelo Núcleo têm proporcionado aos docentes e estagiários a importante experiência no aspecto da extensão, bem como na pesquisa e no ensino, resultando em produção científica: trabalhos sendo aprovados em eventos científicos, locais, regionais, nacionais e internacionais. O Núcleo apoia grupos de pesquisa formados por professores da UFT e de outras instituições, com grupos de estudo, discussão, publicação e suporte financeiro à execução de projetos de pesquisas científicas e extensão nas áreas de urbanismo, desenvolvimento social, cidadania, meio ambiente, planejamento e gestão, e outras,

JANIRA IOLANDA
MARIELA CRISTINA
ROSANE BALSAN

voltadas ao desenvolvimento regional das cidades que integram o Estado do Tocantins.

Para melhor divulgar a produção científica de seus colaboradores, a equipe organizou uma coletânea de artigos elaborados por colaboradores e participantes do NEUCIDADES. Dentro da grande área de concentração Sociedade, cultura e meio ambiente adotada pelo Núcleo, as pesquisas e programas de extensão seguem as seguintes linhas: Cidade, cultura e meio ambiente; Memória, linguagens e representações; Planejamento e gestão urbana e turismo; Cidade, educação e movimentos.

Foram selecionados oito artigos que contemplam essas áreas, sendo assim: três na área de Cidade, cultura e meio ambiente; dois na área de Memória, linguagens e representações; um na área de Planejamento e gestão urbana e turismo; e dois na área de Cidade, educação e movimentos.

1.

A formação católica da juventude masculina de Porto Nacional

Benvinda Barros Dourado

Porto Nacional¹, localizada na antiga região norte de Goiás (hoje, Tocantins), desde os seus primórdios, conserva estreita relação com a Igreja Católica que marcou presença na história local, afirmando o campo religioso como elemento simbólico importante para o desenvolvimento sociocultural e educacional da sociedade portuense.

Os padres que serviam a Porto Nacional, a princípio, residiam em Bom Jesus do Pontal e Carmo e vinham a Porto, quase que exclusivamente, durante as grandes festas religiosas.

Ao lado da pujança material, Carmo foi palco e cenário de intensa vida espiritual, fecunda semente que vicejou na alma religiosa do povo desse extraordinário município portuense que hoje se orgulha de suas tradições. As bases da cultura espiritual de Porto foram assim constituídas no venerável arraial do Carmo (GODINHO, 1988, p. 54).

¹ Embora, no período de 1833 a 1890, Porto Nacional fosse denominada de Porto Imperial, neste texto usaremos a nomenclatura de Porto Nacional.

Com base na lei provincial n.º 14, de 23 de julho de 1835, a freguesia de Porto foi desmembrada da freguesia do Carmo e elevada a freguesia de natureza coletiva². A divisão eclesial recebeu o nome de Capela Curada de Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional. Nesse período, ficou suprimida a Paróquia de Santana do Pontal e seu território fora incorporado à nova Paróquia de Porto Nacional.

Em 1861, no mesmo ano em que Porto Nacional recebeu o título de cidade, o Bispado de Goiás foi dividido em cinco Câmaras Eclesiásticas ou Vigárias Gerais. Porto Nacional compunha a quarta Vigária Geral de Natividade, que compreendia, ainda, as paróquias dos municípios de Natividade, Palma, Conceição e Boa Vista.

A partir de 1886, com a chegada da Ordem de São Domingos em Porto Nacional, a Igreja Católica dessa cidade passou a ser representada por essa Ordem Religiosa. Eram frades formados, na sua maioria, em Saint Maximin, cujo convento pertencia à Província Religiosa de Toulouse (Tolosa) e que teve a sua missão intitulada de “São Tomás de Aquino”.

Conforme Dallabrida (2005), no processo de romanização do catolicismo no Brasil, foram poucas as congregações católicas, masculinas e femininas, que não se envolveram com instituições educativas. Porto Nacional, nesse campo de institucionalização político-religiosa do poder, pelas instâncias educacionais e culturais, se configura como amostra desse processo de fusão.

Assim, este artigo tem como objetivo tratar do processo concernente a educação dispensada, principalmente, ao sexo masculino no nível de instrução secundária no município de Porto Nacional, no norte de Goiás - Tocantins, sob a égide da Igreja Católica, representada pela Ordem Dominicana, nas primeiras décadas da República.

² Como hoje os municípios são precedidos pela fase chamada de “distrito”, no Império eram chamados de “freguesia”, um misto de organização religiosa e política, que perdurou até 1890, quando o Estado e a Igreja se separaram.

1. Estado, Igreja católica e educação em Porto Nacional: uma trilha socioeducativa

No Brasil, logo após a Proclamação da República, em 1890, por meio do Decreto Federal 119, de 7 de janeiro desse mesmo ano, o Estado separou-se da Igreja, institucionalizou o casamento civil, secularizou os cemitérios e decretou o ensino leigo nas escolas públicas. Vaz (1997, p. 125) destaca que, com a Constituição Brasileira de 1891, criou-se no Brasil um Estado liberal republicano:

Criou no Brasil um Estado liberal republicano. Surgiu, como conseqüência, um Estado e uma sociedade liberal e secular, que têm para com a religião as seguintes diferenças: origem puramente humana, convencional, da sociedade e da autoridade – ou seja a sociedade e o Estado não têm origem em Deus; a religião não é mais o fator determinante na formação do país, pois a unidade política se fundamenta na identidade de interesses políticos; a liberdade de consciência substitui o conceito de religião do Estado, que impunha a prática de uma religião; as leis civis não são mais determinadas pelo direito canônico, introduzindo-se o casamento civil, o divórcio, e a liberdade de imprensa; atividades antes exercidas pela igreja, como o registro de casamento, a administração dos cemitérios, de asilos e de hospitais passam, mediante a previdência e a seguridade social, para as mãos do Estado; fim de imunidades especiais, como o foro eclesiástico, todos passam a ser iguais perante a lei.

Esses acontecimentos, embora não tenham se apresentado de forma tão enfática na educação, se fizeram sentir por meio de alguns atos governamentais, principalmente no que diz respeito

ao Ensino Religioso, oferecido nas instituições de ensino público. Seguindo as normas nacionais, o governo goiano proibiu o ensino do catecismo nas escolas públicas, a partir do mês de fevereiro de 1890³. Esse ato, a princípio, refletiu-se em Porto Nacional, em especial, se considerarmos que a ordem dominicana tinha instalado, há pouco tempo, o seu convento naquela cidade (1887). Assim, por meio do Ofício Circular n. 44, de 19 de fevereiro de 1890, o governador de Goiás solicitou a todas as escolas públicas e, conseqüentemente, ao Inspetor de ensino do município de Porto Nacional, que cessasse as “práticas abusivas” dos frades nas escolas, com a finalidade de ministrar aos alunos o ensino religioso. Conforme a mensagem do governador, deveria ser pregada a mais completa liberdade de culto e o Ensino Religioso deveria estar a cargo dos professores de cada escola pública. Com essa orientação, percebe-se que o Ensino Religioso deveria sair das mãos da Igreja, na modalidade de catequese, mas não exatamente, do currículo escolar goiano.

Diante de todo esse contexto de complexidade que sedimentavam as bases sociais e educativas de Porto Nacional, em resposta ao ofício do governador supracitado, o Inspetor de ensino, por Ofício de 2 de abril de 1890, afirmou que os frades do convento da cidade não estavam intervindo no Ensino Religioso das escolas locais.

Todavia, no mapa de frequência do 4º trimestre da Escola Primária do sexo masculino, nesse mesmo ano, ou seja, 1890, para justificar as faltas dos alunos consta a observação de que alguns alunos dessa escola havia se retirado para a escola dos padres. Neste período, não havia, oficialmente, uma escola dos dominicanos, porém, essa informação traz um alerta para o que viria acontecer em 1893. Conforme Ofício de 06 de abril deste ano, o Inspetor de ensino deixou transparecer que o conflito entre o professor do ensino primário e os frades dominicanos poderia estar dirimindo os esforços em se reunir o mesmo número de alunos matriculados em períodos anteriores. Esses episódios demonstram que os frades continuaram com o seu trabalho de catequizar as

³ O ensino do catecismo nas escolas de Goiás, por meio dos dominicanos, iniciou-se em 1885.

crianças, não necessariamente nas escolas oficiais, mas em outros espaços de ensino criados por eles.

Alves (2007) ressalta, ainda, que a legislação goiana do ensino primário de 1893 e 1898 não davam a sustentação precisa para o princípio da laicização. Conforme essa autora, a única referência à educação religiosa que se encontrava no regulamento de 1893, disposta no seu Artigo 1º, era que o Ensino Primário seria “gratuito e leigo”.

Nesse contexto de discussão da laicidade do ensino público, outro dado marcante é que chegaram a Porto Nacional as freiras dominicanas (1904) e, por consequência, assumiram a escolarização das meninas (pública e particular) e dos meninos (particular). De certa forma, entende-se que as freiras dominicanas assumiram o Ensino Religioso, que deveria ser ministrado pelo professor, não em forma de catequese na escola, mas conforme orientação governamental. Do mesmo modo, o ensino secundário público, a partir de 1904, passou também para as mãos dos freis dominicanos, contrariando, dessa forma, as expectativas da política de laicidade do ensino público em Porto Nacional.

Esse período, de certa forma, de acordo com Vaz (1997), coincide com o governo do presidente de Goiás, Xavier de Almeida (1901-1905), e com o seu rompimento com os Bulhões (1904) e, por outro lado, também com a aliança feita com os Fleury, do Partido Católico Goiano, e com os Caiado e os Abrantes. A partir dessa ocasião, o governo estadual passou a subsidiar os Colégios Católicos de Santana (Cidade de Goiás) e de Santa Catarina (Bela Vista). E é, exatamente nesse período, sob a direção do bispo de Goiás, D. Eduardo (1891-1907), na época com sede em Uberaba - MG, que foi criado o Colégio Sagrado Coração de Jesus, uma referência da educação professada em Porto Nacional.

A criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus pode ser contextualizada dentro da política de estadualização do poder eclesiástico, que previa a execução de um projeto-padrão de investimentos. Nesse projeto, segundo Vaz (1997), dentre outras ações, os bispos deveriam proceder à construção de um palácio episcopal ou reformar a catedral, criar um seminário diocesano, fomentar a

criação de jornais e estabelecimentos de ensino⁴. Somado a isso, Dallabrida (2005) explica que com a “supressão” do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja Católica articulou-se para formar e consolidar uma rede de escolas católicas, como parte integrante de seu processo de reestruturação institucional.

Conciliado ao exposto, é importante pontuar que a igreja católica em Porto Nacional vivia um momento em que eram seguidas as orientações da Santa Sé, nas quais cada estado deveria ter, no mínimo, uma diocese, com o objetivo de centralizar e animar as ações pastorais em consonância com as determinações da Cúria Romana e do episcopado brasileiro. Seguindo essa orientação, D. Prudêncio Gomes da Silva, bispo de Goiás, obteve junto ao papa Bento XV (1914-1922) um decreto que instituiu a criação da Diocese de Porto Nacional, em 20 de dezembro de 1915. Para a efetivação desse projeto, o bispo contou com o apoio de uma comissão presidida pelo frei Reginaldo Tournier, superior do convento dominicano (1912-1917), e pelo vice-presidente dessa comissão, o deputado federal médico Francisco Ayres da Silva. O bispo de Goiás, D. Prudêncio Gomes da Silva, contou, portanto, com a soma de uma força religiosa com a força política do município para a efetivação desse projeto. O dominicano francês Dom Domingos Carrerot (1920-1933) tornou-se, em 1920, o primeiro prelado de Porto Nacional. Assim, embora essa Diocese tenha sido criada em 1915, ela só foi efetivada com a posse desse bispo.

Então, após a criação da diocese, a próxima etapa de efetivação do projeto da Igreja Católica em Porto Nacional foi a criação do Seminário Diocesano. A proposta de criação de um seminário, por diocese, estava alicerçada no objetivo de proporcionar aos futuros padres, melhor educação intelectual e sacerdotal. Esses seminários visavam, conforme explica Vaz (1997), justamente, enquadrar os religiosos em uma moral mais rígida, transformar os sacerdotes em um clero melhor qualificado. Assim, em 1922, D. Domingos

⁴ O termo “estadualização”, criado por Sergio Miceli, refere-se, segundo Vaz (1997), à “política implementada pelos bispos, durante a República Velha, nas dioceses. Apresenta como uma das suas características situar-se entre os interesses da Santa Sé, de um lado, e os das oligarquias dominantes em cada estado, de outro.

Carrerot concluiu a fundação do Seminário São José, proveniente do Convento Santa Rosa de Lima. Nesse mesmo ano, no auditório do Seminário, foi instalada a Escola São Thomaz de Aquino.

Assim, em Porto Nacional, até o final da Primeira República, grande parte do projeto da política de estadualização do poder eclesiástico estava objetivamente cumprida, uma vez que já havia sido construída a Catedral Nossa Senhora das Mercês, o Palácio Episcopal/Seminário Diocesano São José, o Colégio Sagrado Coração de Jesus e estava ocorrendo a participação efetiva de dominicanos na edição de jornais do município.

Vale destacar, ainda, a criação da “União dos Moços Católicos de Porto Nacional”, também denominado de Grupo Cathólico Portuense, agremiação criada no dia 12 de outubro de 1921 com a finalidade de “reunir a mocidade catholica e para orientá-la nos princípios christãos e sociaes e encaminha-los na estrada do verdadeiro civismo” [sic] (UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS DE PORTO NACONAL, 1923). Essa agremiação tinha como caráter a “União íntima e forte da Fé e do Patriotismo”, ou seja, “viver unido sobre a cruz de Christo e sob a mesma bandeira” [sic].

Á essa agremiação foram filiados a maioria dos alunos da Escola Avulsa Secundária de Porto Nacional e os seminaristas do Seminário São José, dentre esses, no período histórico em tela, destacam-se: Dídimo Maia Leite, Achilles José de Oliveira, José de Sousa, José Thomaz Cantuária, Domingos Negry, Odilon Ayres da Silva, Oswaldo Ayres da Silva, José de Oliveira Negry, Niobey Ayres da Silva, Newton Ayres da Silva, Oscar Ayres, Raymundo Ayres da Silva. Percebe-se a grande influência da Igreja na formação espiritual, intelectual e moral da juventude portuense, juventude essa que tem seu nome marcado no comando político-administrativo do município, em anos posteriores.

Sobre a influência da ordem dominicana no desenvolvimento da educação associada à cultura, em Porto Nacional, Moreira Filho, prefaciando Rodrigues (2007, p. 13), registra que “os padres dominicanos semearam uma educação humanizadora e com sustentação, sobretudo na religião, na filosofia, no teatro, na música, nos esportes, nas artes plásticas em geral e nas línguas do velho mundo”.

Maya (2003) pontua, também, a criação de várias instituições culturais e educacionais por meio da conjugação do trabalho dos dominicanos. Essas instituições dão a dimensão ao desenvolvimento social de uma comunidade. Das instituições educacionais e culturais, citadas para além das instituições escolares, encontravam-se a Lira Santa Tereza, a Banda de Música Santa Cecília, o Coral da Catedral, o Teatro São José e destaca-se, ainda, a colaboração dos padres na produção de jornais. Portanto, infere-se que essas instituições vieram a impulsionar, em razão da necessidade, o surgimento de especialistas em Porto Nacional, tais como teólogos, antropólogos, indigenistas, músicos, compositores, maestros, oradores sacros, escritores, cronistas, poetas, jornalistas, arquitetos, dentre outros.

Percebe-se, também, a influência da Igreja na composição estrutural do capital cultural, objetivado em Porto Nacional. Pode-se destacar, como frutos desse empreendimento, a Catedral Nossa Senhora das Mercês, o prédio do Seminário São José e os dois prédios do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Além desses elementos já destacados sobre a trilha socioeducativa da Ordem Dominicana em Porto Nacional, é perceptível que embora a classe popular desse Município não tivesse fácil acesso à instituição escolar das frentes dominicanas, a influência cultural das freiras e frades sobre essa população se dava, também, por meio de outras formas de relacionamentos, como a catequese e a formação das professoras das escolas públicas, o que é coadunante com a visão de Audrin (1947, p. 216), quando diz que “toda a juventude era ‘beneficiada’ pela visão das dominicanas e dos padres dominicanos”. A educação católica, portanto, foi bem aceita pela família portuense e a Igreja aproveitou-se dessa adesão para atingir o propósito de transformar espiritual e culturalmente a população dessa região, situada no antigo norte de Goiás - Tocantins.

Embora se apresentem como cordiais as relações traçadas entre as instituições família, igreja e estado, em torno da educação da juventude portuense, não se pode perder de vista as relações de poder travadas entre essas instâncias educativas, o que Foucault (1979) denomina como “a microfísica do poder”. Ilustração precisa sobre esta conjectura pode ser apresentada com

a tensão gerada entre o fiscal do Governo junto à Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e a diretora dessa instituição, em torno de qual “autoridade” presidiria a seção de colação de grau das normalistas em 1926. Por meio de correspondência ao fiscal da Escola Normal, a senhora diretora, em meio às suas justificativas em função do seu direito de ser a presidente da seção, destaca que, como diretora, ela é responsável pelo bom renome do estabelecimento, da formação moral, literária e científica das alunas. Portanto, segundo ela:

que dificuldade ha em que uma Dona de casa receba os convidados, que presida na sala de visita ou na mesa. [...]. Ora, não estou aqui na minha casa? Quando é que se via uma Dona de casa offerecer a outra o primeiro lugar que lhe cabe a Ella? [sic].

Ainda segundo a diretora do Colégio, o governo não dava direito ao fiscal de “presidir na casa alheia”. E acrescenta que o papel do fiscal era vigiar a regularidade do ensino, assistir aos exames para poder garantir que o grau de ensino se fez de acordo com o programa do Governo (PORTO NACIONAL, 1920). Nesse contexto, ainda é pertinente destacar que o fiscal, além de representante do Governo junto ao Colégio, era deputado estadual e, sobretudo, era pai de uma das formandas do Curso Normal do Colégio, especificamente naquele ano.

A celebração da nova aliança entre Igreja e Estado, mediante um pacto constitucional, deu-se com um modelo de Estado essencialmente autoritário e conservador, criado por Vargas no pós 1930. Conforme Cury (1986), a Revolução de 1930 transformou a Igreja em uma força social indispensável ao processo político. Revertendo a tendência à laicização do ensino, preconizada na primeira república, o governo Vargas estabeleceu, por meio de decreto, o ensino religioso nas escolas públicas, tendo-se como marco inicial de ação o ano de 1931. Vaz (1997), por sua vez, considera que a nova união entre a Igreja e o Estado só foi consolidada pela Constituição de 1934,

dando início a Neocristandade⁵. Essa Constituição ratificou o decreto de 1931 sobre o ensino religioso nas escolas públicas e, além disso, o seu Art. 153 assegurava a subvenção do Estado às escolas católicas.

Como diz Rodrigues (2005, p. 114), destacando o pensamento de Velloso (1978), “a relação da igreja com o governo Vargas não foi de submissão passiva, mas sim, de uma troca de favores”. Nesse contexto político, em 1933, o Estado de Goiás destinou aproximadamente quarenta contos para as instituições de ensino da Igreja. Ao Seminário São José/Escola São Thomaz de Aquino, localizado em Porto Nacional, foi destinado 3:600\$000 (CANEZIN; LOUREIRO, 1994).

Foi nesse cenário que, em Porto Nacional, a Igreja Católica começou a colher os frutos do seu trabalho no que diz respeito, principalmente, à formação de uma “elite dirigente”, apresentando, para tanto, a figura do padre Dídimo Maya Leite⁶. Observa-se, nesse caso, que o padre Dídimo Maya é representante efetivo dos princípios de formação de lideranças empreendidos pela Igreja, durante a Primeira República, em Porto Nacional. Portanto, ao ser ordenado padre em 1929, na cidade de Porto Nacional, esse estava apto a exercer a função para a qual foi formado, representando tanto a Igreja como a oligarquia portuense.

Nesses termos, em ofício ao Excelentíssimo Interventor Federal, Pedro Ludovico Teixeira, em 24 de novembro de 1930, o padre Dídimo Maya comunicou que havia prestado compromisso, entrando em exercício nos cargos de fiscal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e de suplente do Juiz Municipal. Sendo assim, como demonstração do prestígio deste padre, fica claro que ele as-

⁵ A neocristandade é um conceito para “explicar essa nova tentativa de aliança entre a Igreja e o Estado brasileiro. O termo significa modelo de influência resultante da relação de autonomia muito mais íntima com o Estado” (BRUENAU, *apud* VAZ, 1997, p. 144).

⁶ Dídimo Maya Leite (11-09-1905 a 26-03-1998) - filho de Custódia Leite Ribeiro Maya, neto de Luís Leite Ribeiro - foi aluno da Escola pública primária de Porto Nacional, do Seminário São José e, posteriormente, do Seminário Santa Cruz, em Goiás, e do Seminário de Diamantina, onde foi ordenado diácono (1928). Recebeu o sacramento da ordem no grau de presbítero das mãos de D. Domingos Carrerot, em Porto Nacional (1929). Em 1936, ingressou na Ordem Dominicana, logo depois foi enviado à França para completar os estudos teológicos, na Província Dominicana de Toulouse. Estudou na Faculdade de Teologia de Saint Maxim. Em 16 de julho de 1940, fez a profissão em Toulouse, retornou ao Brasil em 1941. Foi o primeiro portuense a se tornar dominicano, denominado de Frei Domingos Maya Leite.

sumiu dois cargos distintos dentro do quadro de funcionalismo público do Estado, além da função de Reitor do Seminário São José. Mostrando seu apoio ao governo, o padre Dídimo Maya dispôs ao Governo de Goiás a sua “inteira solidariedade”. Em fase desses acontecimentos, depreende-se que este padre era o articulador dos cargos públicos daquele município nessa nova fase política pela qual estava se passando o País, o Estado e, particularmente, o município de Porto Nacional, numa evidente relação do binômio Igreja-Estado.

2. O seminário São José e/ou o Externato São Thomaz de Aquino: a mão da Igreja Católica na formação masculina da sociedade portuense

A partir da conjugação escola-seminário, em 1922, D. Domingos Carrerot, bispo de Porto Nacional (1920-1933), concluiu a fundação do Seminário São José e neste mesmo ano, no auditório do Seminário, instalou o Externato São Thomaz de Aquino⁷.

O Seminário São José/Externato São Thomaz de Aquino, em sua história, era visualizado como uma instituição com longa existência, que ofereceu os cursos primário, complementar e secundário para alunos internos e externos ao seminário. Conforme relatório do fiscal do governo junto a essa instituição, Joaquim da Silva Braga, no ano de 1929, o curso secundário seguia o programa do Liceu de Goiás e, mais ou menos, o do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Então, nessa instituição de ensino, as principais disciplinas oferecidas eram Português, Latim, Francês, Grego, Geografia, Aritmética, Geometria, Álgebra, Cosmografia e Desenho. Por meio do relatório do fiscal do governo nesta instituição, é possível ter uma amostra da dinâmica curricular ali efetivada no 4º ano.

⁷ São variadas as nomenclaturas encontradas com referência a essa instituição escolar. Tomando por base a nomenclatura encontrada no Diário Oficial de 29 de janeiro de 1946, usa-se “Externato São Thomaz de Aquino”.

Portuguez: revisão da grammatica, noções de história da formação da Língua e noções de Litteratura portuguesa (suprimiu a leitura), composição (geralmente uma por semana), exercício de dissertação (facultativo para os externos). Latim: tradução das bucólicas de Virgílio e alguns trechos de Cícero. Francez: estudos até a syntaxe adoptando-se a grammatica de Halbout, exercícios e traduções de Lamartine. Inglês: estudo da grammatica até a syntaxe. Geometria: geometria no espaço, corpos redondos. Physica: (Brauly). A Chimica foi vista em parte, somente devendo continuar neste ano. O Grego suprimiu por causa do acúmulo de matérias e o não gosto dos alunos [sic] (PORTO NACIONAL, 1920, cx. 09).

No ano de 1929, faziam parte do corpo docente do Secundário oferecido no Seminário, o Reitor, Frei Antônio Sela, também professor de Filosofia e de Música que completou seus estudos, na França, na Faculdade de Toulouse; era correspondente do Instituto Histórico de São Paulo. O Vice-Reitor do Seminário, Frei Reginaldo Tournier que fez os mesmos estudos em Toulouse, era autor do último mapa de Goiás e membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. O Frei Bertrando que também era professor da aula pública Secundária de Porto Nacional, ministrava, no Secundário do Seminário, as disciplinas de Álgebras, Física e Química. Era bacharel em Ciências e Letras pela Universidade de Bordeus. O padre Dídimo Maya Leite, suplente de Latim e Português, completou seus estudos em Diamantina.

Embora os colégios católicos tivessem maior interesse pelo sexo feminino, a Igreja compreendia que a maioria dos jovens de ambos os sexos não se dedicaria à vida religiosa, mas a vida civil. A Igreja precisava encontrar, por isso, uma estratégia para abarcar a todos os cidadãos no processo de recristianização. O sistema de ensino foi uma das estratégias encontradas para dar a essa juventude uma educação conforme os princípios da reforma

ultramontana e conservadora. Com essa concepção, a educação masculina era muito importante, afinal, o homem era o principal agente social na época.

O regime de internato, portanto, na escola católica e no seminário, era uma prática comum, naquele período, em Porto Nacional. Nesse tocante, as famílias que moravam em municípios circunvizinhos e na zona rural e que tinham condições de manter seus filhos em um internato, de certa forma, podiam contar com uma educação diferenciada dos outros municípios dessa região. E essa ação, que minimizava a necessidade de enviar estudantes para estudarem nos colégios da capital, fazia ainda com que algumas famílias menos abastadas, pelo menor custo de deslocamento de seus filhos, pudessem se empenhar em realizar “sacrifícios pela boa educação de seus descendentes”. Essa realidade pode ser ilustrada com o relato do fiscal do Seminário São José, Joaquim da Silva Braga, no ano de 1929, ao pontuar fatores que exemplificam a positividade da educação ofertada por essa instituição.

Outra prova é a insistência dos pais, mormente, dos de longe em querer collocar seus filhos no Seminário do Porto. Foi preciso recusar diversos alumnos por causa de exigüidade do lugar. O Sr. Bispo comprou uma casa que vão adaptar à este fim e que poderá receber uns trinta alumnos mais ou menos. [sic] (PORTO NACIONAL, 1920).

Essa circunstância, sobremaneira, vem ao encontro de um foco da atenção do episcopado que estava voltado não só para a formação dos líderes eclesiais, mas também, para a questão da educação leiga, a formação de jovens líderes civis. Os principais aspectos que caracterizavam a educação católica nesse período, segundo Azzi (1945, *apud* LOPES, 2006, p. 170), eram “a tônica espiritualizante, o rigorismo moral, o caráter autoritário da educação, a seriedade disciplinar e a qualidade do ensino, bem

como, uma abertura para educação artística e esportiva”. A autora acrescenta, de modo complementar, que “a grande meta da educação católica era a formação da classe dirigente do país”, e essa perspectiva educacional é notória na agenda da educação da juventude portuense.

A memória de João Leal, ex-aluno do Seminário São José, ilustra tal realidade ao descrever que: “A vida do internato era rigorosa e de estudo intensivo”. Segundo ele, só tinham folgas às tardes das quintas-feiras e aos domingos, quando era permitido o passeio em grupos pelos arredores da cidade e sempre acompanhados de um frade ou do regente. Para a família, tudo isso tinham uma recompensa. Para a sua mãe, dona Diana, que percebia no filho “os pendores para o mundo do conhecimento”, acreditava que era via Igreja Católica que conseguiria seus intentos. Com essa perspectiva, de acordo com Aires Neto (2006, p. 55), enviou o seu filho, da cidade de Dianópolis (Duro) para estudar em Porto Nacional. Percebe-se, portanto, por meio da memória desse ex-aluno do Seminário, que o objetivo educacional da sua família não estava vinculado, especificamente, à formação eclesial. Assim, segundo Passos (2002), o seminário que se destinava, principalmente, à formação dos clérigos, também atendia “leigos” desejosos do conhecimento das humanidades.

Essa instituição portuense era considerada como o centro de formação intelectual dos seminaristas e de rapazes de Porto Nacional e dos municípios e estados circunvizinhos. Desse modo, cria-se, em Porto Nacional, uma elite seguindo os critérios e propostas da Igreja - uma elite católica, ordeira, hierarquizada, moralizada, formando “homens de escol” para a direção da sociedade.

Embora sem base firme, deduz-se que o Externato São Thomaz de Aquino foi fechado no final dos anos de 1930, uma vez que ele, igualmente à Aula secundária de Porto Nacional, era regido pelos freis dominicanos. Conforme biografia do professor Florêncio Aires da Silva, mencionada por Moura (2005), em 1939, com 18 anos de idade, ele foi professor de Matemática e Língua Portuguesa nessa instituição.

Ao se conjecturar sobre a retirada dos dominicanos de Goiás, Bretas (1976) destaca alguns fatores que poderão ter moti-

vado a Província de Toulouse a tomar tal decisão.

Logo depois do desaparecimento de Frei Germano no ano de 1937, época da mudança definitiva da Capital para Goiânia, a província de Tolosa, talvez por se terem cansado os dominicanos das lutas que tiveram de enfrentar, talvez por motivos do esvaziamento da cidade de Goiás, onde estava o seu principal convento, talvez mesmo por falta de apoio e simpatia dos governantes, ou ainda pelos magros resultados obtidos na catequese dos índios do Norte do Estado. O que constituía a razão primeira de suas missões, resolveu fechar seus conventos em Goiás, que por mais de meio século foram centros magníficos de disciplina e de fé religiosa (BRETAS, 1976, p. 190).

Sobre esse fato, Piagem e Sousa (2000, p. 83) expõem que ele se deu por “conveniência e decisão da Ordem, visando especialmente a sua recomposição, a organização da vice-província brasileira e o recrutamento de vocações”. Relata-se que a retirada dos dominicanos se iniciou por Formosa e Porto Nacional e, depois, chegou a vez do convento da antiga capital. Segundo Bretas (1976), para substituí-los, D. Emanuel, bispo de Goiás, convidou alguns dominicanos italianos que acabavam de chegar a São Paulo. Com isso, teve início uma “nova” fase da obra dominicana em terras goianas. A retirada dos dominicanos de Porto Nacional iniciou-se em janeiro de 1938.

Assim, no dia 04 do mês de março de 1945, foi reaberto, em Porto Nacional, o Externato São Thomaz de Aquino, reorganizado conforme a Lei Orgânica do Ensino Secundário nº. 4.244, de 9 de abril de 1942. Essa legislação compunha a Reforma Ministerial de Gustavo Capanema (1942-1946). Por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, foi instituído, nesse nível de ensino, um ciclo de quatro anos de duração, denominado Ginásial,

e um ciclo de três anos, denominado Colegial, com a opção entre o Colegial Clássico e o Científico.

Conforme discurso do diretor e professores, registrado em ata do Externato São Tomaz de Aquino (1945), na solenidade de reabertura do Externato São Thomaz de Aquino, expõe-se que essa instituição educacional estava pautada nos princípios da Igreja Católica, e que, portanto, tinha como missão formar consciências e o caráter da juventude dentro desses fundamentos, dispondo, para tanto, de uma “pedagogia sã, altamente moralizadora e educativa”.

A importância da reabertura dessa instituição para Porto Nacional pode ser percebida pelo discurso do prefeito do município de Porto Nacional, Antônio José de Oliveira (1944-1945), proferido na sessão solene de reabertura do Externato:

É possuído de verdadeira satisfação que me congratulo com Porto Nacional pelo grandioso acontecimento, demonstração viva do progresso cultural, moral e, porque não dizê-lo, e também material, que nesta hora, realiza em seu seio, com a fundação e solene instalação deste Estabelecimento de Ensino (EXTERNATO SÃO TOMAZ DE AQUINO, 1945).

Assim, em seu discurso, o prefeito ainda destacou a importância e os relevantes serviços prestados àquele município pela pequena Escola São Thomaz de Aquino que, por alguns decênios, ali existiu. Enfatizando, portanto, a capacidade de realização que teria o Externato diante de uma nova organização. Nessa ocasião, o prefeito pediu permissão para cognominá-lo de “Ginásio Diocesano Portuense”.

Vale destacar, conforme registrado na ata do Externato São Tomaz de Aquino (1945), a visão futurista do prefeito Antônio José de Oliveira, quando expressou que: “achamo-nos colocado num centro para onde convergirá certa e fatalmente a atenção de quantos jovens inibidos de desenvolver sua instrução e educação

por faltar-lhes meio, o recurso para fazê-lo”. Ou seja, naquele contexto, já se acreditava que Porto Nacional se tornaria um centro de educação e cultura, e receberia, portanto, uma demanda de jovens que estavam impossibilitados de desenvolver sua instrução secundária no norte do Estado por falta de instituições que oferecessem esse nível de ensino.

Merece ser posta em relevo, também, a simbiose entre o público e o privado, na experiência educacional configurada pelo Seminário São José e/ou o Externato São Thomaz de Aquino, uma vez que essas instituições educacionais eram subvencionadas com recursos públicos. Nessa perspectiva, a Igreja e o Estado oligárquico buscavam atingir o mesmo fim com a educação escolarizada que, essencialmente, vinha sendo usada em prol das referências que partiam, particularmente, do interesse privado.

3. Aula de instrução secundária pública em Porto Nacional: 30 anos sob a direção dos dominicanos

Nas primeiras décadas da República no Brasil, o Ensino Secundário público oferecido na capital goiana era ministrado no Lyceu e na Escola Normal, e em alguns municípios do estado foram criadas *aulas avulsas*⁸, a partir de 1896.

Por sua natureza, o sistema de aulas avulsas foi restabelecido em Goiás por meio da Lei nº. 107, de 15 de junho de 1896. Criou-se, assim, cadeiras de português, francês e aritmética em Catalão, Rio Verde, Entre-Rio (Ipameri), Palma (Paraná) e Porto Nacional. Assim, no norte de Goiás (Tocantins), foram criadas duas aulas avulsas, uma em Porto Nacional e a outra em Palma.

Ao tratar do ensino secundário em Porto Nacional, no final do século XIX e início do século XX, Godinho (1988, p. 75) expressa que “do mesmo modo que em outros setores de desen-

⁸ As aulas avulsas também eram denominadas de cadeiras avulsas, aulas públicas secundárias, dentre outras. Todavia, os regulamentos que normatizavam este nível de ensino no Estado de Goiás, datados de 1904 e 1918, cognominava de “aulas avulsas de instrução secundária”.

volvimento social e cultural, Porto se preza de ser, depois da Capital do Estado, a primeira cidade goiana a ministrar ensino de nível secundário”. Essa informação do autor apresenta fundamentos, sem tomar por base, como já foi supracitado que, nesse período, só havia em funcionamento em Goiás o Lyceu e a Escola Normal. E, portanto, a primeira Escola Avulsa Secundária que foi instalada em Goiás, nesse período, estava localizada em Porto Nacional, na região norte goiano.

Por meio da legislação goiana que normatizou as aulas avulsas de instrução secundária - Regulamento n.º. 1233, de 15 de março de 1904, e pelo Decreto de n.º. 1285, de 20 de junho do mesmo ano - essas aulas deveriam ser organizadas nas localidades onde não existissem colégios. Nessas aulas secundárias, assim, deveria haver frequência mínima de dez alunos. Conforme o Art. 10 do Decreto em questão, as aulas avulsas que, por espaço de seis meses, tivessem frequência inferior a dez alunos, seriam automaticamente suspensas por ato do Secretário da Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas.

Nesse sentido, percebe-se que a Aula avulsa de Porto Nacional só teve uma regularidade a partir do momento que os dominicanos assumiram a regência dessa instituição educativa. O frei Rosário Melizan, bacharel em Ciências pela Faculdade de Marseilha-França, então Superior do Convento Santa Rosa de Lima, em Porto Nacional, foi nomeado para assumir esse cargo por meio de uma portaria estadual de 14 de setembro de 1904.

Em 1909, a Escola Secundária de Porto Nacional foi transferida para Taguatinga pelo governo estadual. A documentação, até agora disponível, não permite revelar o efetivo motivo de tal ato, todavia, acredita-se que não foi por falta de alunos, uma vez que, segundo Godinho (1988), com a extinção da escola pública secundária de Porto Nacional, frei Gregório Aleixo fundou uma escola de Português e Francês para a juventude portuense.

Essa informação de Godinho (1988) pode ser complementada com o relato de Ramos (1917, p. 47), quando cita algumas das mais importantes instituições de ensino particular existentes no Estado de Goiás, incluindo a de Porto Nacional, confirmando assim que em 1912, período em que a aula secundária pública

deste município estava extinta, existia ali uma instituição particular sob a direção da Igreja Católica:

Há, nesta cidade do quase extremo norte goyano, um collegio para o sexo masculino dirigido pelos frades da ordem dos dominicanos. Quando em 1912, na minha excursão pelo norte de Goyaz, passei por essa localidade, tive ocasião de constatar os reaes progressos do collegio, onde a freguesia e o aproveitamento dos alunos eram já bastante satisfatórios [sic].

Essa iniciativa dos dominicanos, dentre outras amostras como os alunos derivados do 1º e 2º anos do secundário de 1908, além dos alunos provenientes do ensino primário deste município, são indicativos de que naquela cidade tinha alunos aptos para cursarem esse nível de ensino.

Percebe-se, portanto, que só por volta de 1914, o governador restabeleceu a escola secundária pública em Porto Nacional, sob a direção do frei Rosário Melizan. Esse professor permaneceu no cargo até 1919, quando foi a óbito, em 28 de dezembro desse ano. Para substituí-lo, foi nomeado outro dominicano, o frei Maria Domingos Nicollet, que assumiu a Aula avulsa de instrução secundária em Porto Nacional até 1922, quando, também, faleceu em 7 de fevereiro de 1923. O próximo professor a assumir o magistério do ensino secundário naquele município foi, novamente, um frei dominicano, Bertrando Maria Olleris, o qual permaneceu até final dos anos de 1930 quando foi fechada a Escola Pública Secundária de Porto Nacional.

Assim, conforme se constatou no perfil dos três últimos regentes, eles tinham como base uma formação eclesiástica, o que corresponde a mais de trinta anos de ensino ministrado por representantes da Igreja Católica no Município, basicamente por meio da ação dos missionários dominicanos franceses. Pois como se infere, mesmo no período em que as aulas foram suspensas pelo governo, a Igreja assumiu essa responsabilidade.

Em se tratando dos alunos matriculados no Ensino Secundário da Escola Pública de Porto Nacional, em 1926, pode-se distinguir o perfil desse alunado atendido por essa instituição. De acordo com esse perfil, por exemplo, pode-se destacar que três alunos são filhos de promotores e dois são filhos de médico e deputado federal com uma ex-professora. Além disso, a maioria desses alunos compunha famílias que detinham o poder político e econômico no município e, por conseguinte, são estudantes provenientes da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Infere-se, portanto, que o ensino secundário público era destinado aos filhos da “elite política” do município de Porto Nacional. Assim, nessa instituição, a Aula avulsa de ensino secundário em Porto Nacional, sob a direção dos freis dominicanos, formou boa parte dos jovens intelectuais que, depois de adultos, assumiram cargos públicos ou se tornaram governantes de Porto Nacional. Com essa assertiva, pode-se destacar que os três primeiros prefeitos portuenses (José Ayres Neto, Domingos do Espírito Santo Negry e Oswaldo Ayres da Silva) que assumiram esse cargo no município, a partir dos anos de 1930, também foram alunos dessa instituição de ensino secundário, em anos anteriores ao de 1926 (Quadro 1).

Quadro 1 – Alunos matriculados na Aula avulsa do Ensino Secundário de Porto Nacional sob a direção do Frei Bertrando Maria Olleris (1926)

Nº.	Alunos/Idade	Perfil
01	Aquilles (Achilles) Maya Leite (19 anos)	Filho de Custódia Leite Ribeiro Maya, neto de Luiz Ribeiro Leite, dentre os seus irmãos encontram-se Dídimo Maia Leite e Joaquim Maia Leite. Foi aluno da escola primária pública de Porto Nacional. Tornou-se fazendeiro, vereador, executivo municipal.

PORTO NACIONAL, PATRIMÔNIO DO BRASIL
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Nº.	Alunos/Idade	Perfil
02	Laudemiro Gomes	Filho de Maria Magalhães Gomes. Foi aluno da escola primária pública de Porto Nacional. Tornou-se fazendeiro, comerciante, vereador.
03	José Joaquim Pereira	Foi aluno da Escola Primária Pública de Porto Nacional.
04	José Laurindo Pedreira (16 anos)	Filho de Manoel José Pedreira, neto de Pacífico José Pedreira, irmão de Frederico José Pedreira, Nelzir José Pedreira, Maria Escolástica. Foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Tornou-se fazendeiro, militar.
05	Frederico José Pedreira (15 anos)	Filho de Manoel José Pedreira, neto de Pacífico José Pedreira, irmão de José Laurindo Pedreira, Nelzir José Pedreira, Maria Escolástica. Foi aluno da Escola Primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus.
06	Nelzir José Pedreira (14 anos)	Filho de Manoel José Pedreira, neto de Pacífico José Pedreira, irmão de José Laurindo Pedreira, Frederico José Pedreira e Maria Escolástica. Foi aluno da Escola Primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Tornou-se fazendeiro, contador.
07	João Fernandes Conceição (14 anos)	Filho de Joaquim Fernandes da Conceição (ex-professor). Foi aluno da Escola Primária Pública de Porto Nacional. Exerceu o cargo de professor do Ginásio Estadual de Porto Nacional (1946).

Nº.	Alunos/Idade	Perfil
08	Newton Ayres da Silva (14 anos)	Filho do médico e deputado federal Francisco Ayres da Silva e da professora Angélica Ribeiro Aranha. Foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Se tornou fazendeiro, farmacêutico, vereador.
09	Euwaldo Ayres da Silva (16 anos)	Filho do médico e deputado federal Francisco Ayres da Silva e da professora Angélica Ribeiro Aranha. Foi aluno da Escola Primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus.
10	Argemiro Pereira Assunção (16 anos)	Filho de Anna Pereira de Assunção, foi aluno da escola primária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Tornou-se fazendeiro, vereador, músico e titular do cartório civil em 1936.

Fonte: Dourado (2010).

De certa forma, esse panorama condiz com a visão de Cury (1986), quando esse expressa que o papel da educação brasileira, até 1930, estava voltado para a satisfação dos interesses oligárquicos, ou seja, “ornamento cultural, preenchimento dos quadros da burocracia de Estado e das profissões liberais”. Nesse sentido, Cury (1986) explicita que amplas camadas da população, imersas nessa realidade sociopolítica, ficavam marginalizadas do processo educativo escolar formal porque a educação atendia exclusivamente à “elite” das sociedades.

A Aula avulsa Secundária portuense foi suprimida pela Lei Estadual de nº. 192, de 19 de julho de 1937. O fechamento dessa instituição secundária coincide com a retirada dos dominicanos dessa cidade, os quais foram, por mais de trinta anos, responsáveis por essa escola e, conseqüentemente, pela formação da juventude masculina do município portuense e dos circunvizinhos. O último professor, portanto, foi o dominicano Bertrando Maria Olleris, que se retirou daquela cidade no dia 25 de janeiro de 1938.

Todavia, não se percebe a criação de outra instituição de ensino para suprir a necessidade da instrução secundária pública no norte de Goiás - Tocantins, no período. O que se observa é a transferência do recurso público para a instituição privada uma vez que, por meio da mesma lei que extinguiu a Aula avulsa de Porto Nacional, decretou-se que a verba destinada a essa instituição fosse incorporada à subvenção concedida ao Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Infere-se, portanto, que esse fato justifica o registro de cinco alunos do sexo masculino realizando o exame do 2º ano do Curso Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no ano de 1937 e no ano seguinte, encontra-se dados sobre cinco alunos a realizarem exame do 4º ano, sendo que quatro deles eram do sexo masculino.

Considerações finais

De fato, no contexto geral do início da República, consta que a sociedade brasileira, goiana e, com destaque, a portuense, estavam constituídas socialmente pela sedimentação nos princípios religiosos católicos. Em Goiás, uma das mais representativas ordens religiosas ali presentes foi a dos dominicanos, instalados por várias partes do território goiano através de quatro conventos, dentre eles o Convento Santa Rosa de Lima, localizado em Porto Nacional (1887).

Em vista desses fatos, é possível evidenciar que, em um período que se apregoava a separação entre o binômio Estado-Igreja, a religião católica continuou exercendo uma forte influência sobre a educação escolar ofertada em Porto Nacional. Isso constitui, de certa forma, uma prova eloquente de poder e prestígio dessa instituição, pois ao considerar as cinco escolas primárias em funcionamento na cidade, observou-se que três delas estavam sob a direção de uma religiosa dominicana. Além dessas, o Curso Normal, o Curso Secundário oferecido no Seminário São José/Escola São Thomaz de Aquino e a Aula avulsa do Ensino Secundário estadual também estavam sob a direção da Ordem Dominicana. Vale destacar que a maioria dessas instituições, se não todas, eram

subvencionadas pelos cofres públicos, conforme Cury (2001, p. 224), “subvencionar é prover recursos, custear despesas a partir do orçamento público”.

Portanto, observa-se a omissão do poder público no trato da educação secundária para a população do norte do Estado e a continuidade da participação da Igreja nesse processo. Em suma, é salientado que a formação sociocultural e educacional da juventude masculina portuense, nas primeiras décadas da República, está de certa forma ligada à ação da Ordem Dominicana no município.

BIBLIOGRAFIA

AIRES NETO, Abílio Wolney. **Memórias de João Rodrigues Leal**. Goiânia: Oficina AW, 2006.

ALVES, Míriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás**: Morrinhos na Primeira República. Tese (Doutorado em Educação) - Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do norte**: o bispo missionário Dom Domingos Carrerot. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

BRETAS, Genesco Ferreira. Prefácio. In: LLECH, Germano. A ordem Dominicana em Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia, v. 4, n. 5, p. 187-1226, Out. 1976.

CANEZIN, Maria Tereza; LOUREIRO, Walderez Nunes. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

_____. **Cidadania republicana e educação**: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 3.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins**: Ginásio Estadual de Porto Nacional. Tese (Doutorado em Educação) - Goiânia: UFG, 2010.

EXTERNATO SÃO TOMAZ DE AQUINO. **Ata de sessão solene de reabertura do Externato S. Tomás de Aquino de 4 de Março de 1945**. Porto Nacional, TO, 1945. (Livro de Registros).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GODINHO, Durval. **História de Porto Nacional**. Porto Nacional, 1988.

LOPES, Ivone Goulart. Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativa feminina católica (1890-1930). In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes & memória na história da educação**. Brasília-DF: INEP; Cuiabá-MT: UFMT, 2006.

MAYA, Antônio Luiz. **Reminiscências sociais portuenses**. Goiânia, GO: GEV, 2003.

MOURA, Oidê Carvalho. **Biografia do Prof^o Florêncio Aires da Silva**. Porto Nacional, TO: 2005.

PASSOS, Mauro. Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930). In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al.* (Orgs.). **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FUMEC, 2002.

PIAGEM, Pedro Pereira; SOUSA, Cícero José de. **Dom Alano: o missionário do Tocantins**. Goiânia: Dos Autores, 2000.

PORTO NACIONAL. **Documentação avulsa (1920-1929)**. Goiânia: Arquivo Histórico do Estado de Goiás/AHG, 1920, cx. 09.

RAMOS, Victor de Carvalho. O ensino em Goyaz. **A Informação Goyana**. Rio de Janeiro, n.3, Out., 1917.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica; FAPESP, 2005.

RODRIGUES, Edivaldo de Souza. **Pedras de fogo**. Porto Nacional: Alternativa, 2007.

UNIÃO DOS MOÇOS CATÓLICOS DE PORTO NACIONAL. Ata n.104, 04 de novembro de 1923. In: **Livro de registros (1923-1926)**. Porto Nacional, TO, 1923.

_____. Ata n.118, 10 de fevereiro de 1924. In: **Livro de registros (1923-1926)**. Porto Nacional, TO, 1924.

VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

2.

Fontes de pesquisa de Porto Nacional: considerações e indagações

Ariel Elias do Nascimento
Juliana Ricarte Ferraro

Este artigo objetiva abordar as políticas públicas em torno de dois marcos da memória social e histórica da cidade de Porto Nacional, no Estado do Tocantins: o Museu Histórico e a Cúria Diocesana da cidade.

Ao longo do texto, surgirão algumas discussões sobre as memórias sociais, coletivas e históricas alocadas nestes acervos; analisar-se-á também como o passado torna-se “inerte” frente às leituras oficiais pré-estabelecidas que atuam como determinantes para as construções identitárias submetidas aos seus respectivos acervos, e, neste sentido, definir os princípios que regem as políticas públicas implantadas em Porto Nacional e como eles podem ser utilizados para rediscutir a funcionalidade desses acervos.

Por ora, faz-se mister explicar a origem da cidade de Porto Nacional e como ocorreu o desenvolvimento dos projetos de preservação documental e material da cidade.

Porto Nacional é uma cidade erguida à margem direita do rio Tocantins, nos idos de 1790. Sua fundação, de acordo com Oliveira (2004), deu-se por forças externas, quando os moradores de dois arraiais próximos (Pontal e Carmo) foram surpreendidos por ataques dos índios Xerentes. As famílias desses arraiais encontraram refúgio em uma clareira localizada à margem direita do rio Tocantins e ali fundaram o arraial de Porto Real. Esses primeiros

moradores encontraram na navegação o meio de subsistência e de comércio. Ao longo dos anos, Porto Real torna-se importante entreposto comercial entre a Capitania de Belém e o interior do país. Por conta do acelerado fluxo comercial, segundo Godinho (1988), a administração do arraial também passa por modificações importantes: em 1831 é elevada à categoria de vila; em 1833 toma o nome de Porto Imperial; em 1861 recebe o diploma de cidade e, com a Proclamação da República ocorrida em 1889, passa a chamar-se Porto Nacional.

A cidade possui dois importantes acervos que preservam o seu passado, possibilitando que moradores e pesquisadores conheçam um pouco mais de seu desenvolvimento histórico, econômico e social. No Museu Histórico, encontra-se o passado em sua materialidade; seu acervo retrata os modos de vida e os costumes de um passado cidadão. No acervo da Cúria Diocesana, encerra-se a memória documental do desenvolvimento religioso da cidade. Será sobre ambos que se concentrarão as análises que aqui se propõe, abordando como a Universidade Federal do Tocantins, através de suas ações, vem investindo na manutenção e na preservação da memória social e histórica, através de projetos que priorizam a discussão e a ampliação do acesso a esses mesmos acervos.

Este projeto teve início, em 2009, quando a Prof. Rosane Balsan recebeu os primeiros subsídios para a implantação do projeto “A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: uma acessibilidade através dos acervos” (BALSAN, 2009), cuja proposta inicial discutia meios para se catalogar e preservar os documentos da Cúria Diocesana da cidade. Um novo projeto, denominado “A produção dos instrumentos de pesquisa, através dos acervos da ‘Cúria’ e do ‘Museu Histórico e Cultural’ de Porto Nacional/TO” (BALSAN, 2010), explicita em seu “Resumo da Proposta” o objetivo de dar continuidade ao projeto anterior, acrescido de uma visão mais abrangente, apresentando uma proposta de catalogação do acervo da Cúria, além de também incorporar uma análise do acervo do Museu Histórico.

1. A cidade e seus lugares de memória

As estruturas urbanas, entendidas como estruturas sociais, fazem parte direta e indiretamente da construção do imaginário social e local das identidades dependentes destes lugares para os afazeres cotidianos.

Nesse sentido, percebe-se o inter-relacionamento entre lugares construídos por uma sociedade, lugares socialmente percebidos pela sociedade, enfim, lugares onde se encontram infinitas interpretações de seus usos e costumes, suas memórias, sonhos, amores e odores.

Em célebre estudo sobre os lugares de memória, Nora (1993, p. 9) estabelece os seguintes parâmetros conceituais sobre história e memória:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a

história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá a vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Os argumentos de Nora (1993, p. 12-13) avançam no sentido de construir análises pontuais referentes aos lugares de memória:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que

aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Para complementar a análise, Nora (1993, p. 13) argumenta da seguinte forma:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais fez dos que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.

Seguindo essas trilhas, relacionadas aos lugares de memória, é possível estabelecer como ponto nodal dessa hipótese os

seguintes argumentos: os lugares de memória consolidam a existência física da materialidade, como mantenedora das tradições sociais. Essa materialidade corresponde às produções culturais que a sociedade vivencia, produz, respira nos cantões de cada esquina, nas paredes ensebadas das ruas estreitas, nas treliças das janelas que escondem o privado e revelam o público.

É justamente nessa nuance da materialidade, segundo Arévalo (2005), que encontram-se os lugares de memória, os quais contribuem para que ocorra uma determinada manutenção cultural, associada à sociedade que vivencia este ou aquele local, produzindo ritmos, diálogos e fantasias sobre sua própria existência e experiência no espaço-temporal.

Interessa aqui, refletir sobre a importância desses lugares de memória para a percepção e a construção da própria identidade, como produto da vivência da cidade com os espaços nela construídos, com a dinâmica estabelecida entre o caminhar pelas ruas estreitas e os cheiros característicos que dominam os ares, provindo dos lares ribeirinhos; e como esses sítios influenciam na consolidação das identidades locais. Importa perceber, ainda, como essas identidades locais podem ser moldadas conforme as percepções sociais da própria construção histórica do passado vivido... e como é possível fixar no tempo-espaço as inúmeras representações do passado.

2. Analisando as fontes documentais ou o papel das políticas públicas em Porto Nacional

Segundo Le Goff (2003, p. 536):

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Nesse sentido, entendemos que os documentos e os monumentos representam escolhas sociais, políticas e econômicas que determinam não apenas o caminhar da sociedade que vivenciou as ações que originaram a existência desses mesmos documentos/monumentos, mas também a própria construção de uma memória social, local, histórica, erguida sob os ombros de um Colosso, simbolizando sempre as grandes vitórias e conquistas do passado.

Assim, a história que se (re)constrói parte da visão de uma determinada classe social, conferindo a ela uma versão possível do passado; por outro lado, nos abre possibilidades de pesquisar outras versões do passado não contempladas pelas versões oficiais.

É justamente neste ponto que procuram atuar as políticas implantadas pelos projetos da Universidade Federal do Tocantins sobre os dois acervos existentes em Porto Nacional. Seu objetivo é debruçar-se sobre esse passado imóvel, materializado pelos documentos e monumentos e, a partir de uma organização e catalogação, encontrar as histórias por trás da história.

Nesse (re)construir de identidades, busca-se acompanhar os papéis que desempenham na cidade o Museu Histórico, responsabilizando-se pela preservação e fixação do passado, e a Cúria Diocesana, mantendo preservados os documentos religiosos da igreja católica e que contam a sua própria história.

Vem de longa data a ideia de uma história feita pela e para a elite, tese defendida pela historiografia alemã do século XIX. Apesar das inúmeras e constantes tentativas de escapar a este quadro, constata-se, ainda hoje, de acordo com Bavardo (2005), que as memórias e histórias preservadas em instituições como Museus e Arquivos acabam por fornecer subsídios para a manutenção de um *status quo* que justifique as decisões e as ações que determinada elite procurou marcar ao longo de sua existência.

Exemplificando, no caso do Museu Histórico, os objetos preservados são, em sua maioria, oriundos das antigas famílias de proprietários, de senhores, de coronéis, e trazem reproduzidas suas legendas, seus nomes e sobrenomes, ao lado de uma curta descrição e/ou curiosidades sobre seus usos e costumes.

Assim, esse acerto, no que diz respeito às (re)construções de uma memória familiar/coletiva, individual/coletiva, no modo

pelo qual esses signos do passado tornam-se ícones de uma memória local e transferem significados multifacetados às identidades locais, contribui apenas para a consolidação de uma identidade elitizada na cidade de Porto Nacional.

Maurice Halbwachs escreve que “esta é uma memória tomada de empréstimo” (2006, p. 72) e prossegue:

no pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não apenas porque as instituições foram modificadas por eles, mas porque sua tradição subsiste muito viva nessa ou naquela região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo nessa ou naquela família, entre certas pessoas que conheceram pessoas que os testemunharam. Para mim, são ações, símbolos; estão representados sob uma forma mais ou menos popular – posso imaginá-los, é quase impossível lembrar-me deles (HALBWACHS, 2006, p. 72-73).

Como se incluem, então, as ações aplicadas no Museu Histórico e na Cúria Diocesana pelos projetos desenvolvidos pela Universidade Federal do Tocantins? Por quais meios, tanto o Museu quanto a Cúria, consolidam a justificativa para a existência de políticas públicas voltadas para a preservação e a manutenção da memória? A contrapartida oferecida pelo Museu se concretiza nas “Semanas de Museu”, assim como através das visitas escolares monitoradas por guias especializados. No que se refere aos documentos sob a guarda da Cúria, o projeto da UFT objetiva organizá-los e garantir sua preservação, de forma que, no futuro, possa se conseguir a abertura de tal acervo às diversas linhas de pesquisa.

Considerações finais

Pode-se afirmar que o objetivo geral desses projetos é resgatar uma determinada memória, ou possibilitar um acesso diferenciado aos documentos, argumentando que sua existência pode oferecer múltiplos olhares sobre o passado e produzir novas histórias até então não contadas?

Essa indagação oferece argumentos que justificam nossas hipóteses para o trabalho: em relação aos documentos sob os cuidados da Cúria, em especial aqueles da coleção da “Comissão Pastoral da Terra”, pode-se analisá-los à procura de um passado que se preocupou em lutar contra o autoritarismo militar de um período (anos 80), um passado em que a ocupação da terra era realizada por grileiros e em que a igreja católica atuou diretamente na construção de uma luta contra a dominação opressora do período.

Relativamente ao acervo do Museu, pode-se afirmar que a construção da memória está alicerçada no período correspondente ao final do século XIX e início do século XX e busca recuperar um passado de glória para a cidade. Predominavam, nesse período, as famílias oligárquicas que promoviam verdadeiros desfiles de roupas e calçados, enquanto o povo vivia descalço e pobremente vestido. Analisando com mais acuidade, é possível estabelecer diretrizes pontuais sobre esse acervo, refletindo, sobretudo, sobre os discursos ocultos na materialidade de fatos e acontecimentos que ali se expõe.

Os dois acervos consolidam e divulgam uma determinada verdade à sociedade. Pretendem, ambos, realizar uma construção histórica ao oferecer a oportunidade de que se estabeleça um diálogo entre acervo e memórias. Por um lado, preservam ideias que se quer manter e, por outro, nos instigam a descobrir coisas que querem esconder. Assim, consolidam uma determinada verdade sobre a sociedade. Uma verdade que preza a luta política a favor de uma liberdade, seja ela política ou territorial, mas que assume conotações que favorecem uma visão distorcida do passado. Distorcida por não permitir aos seus visitantes a construção de outros olhares possíveis de um passado carregado de significações históricas, alicerçado nas memórias coletivas, mas limitado nas suas possíveis análises.

Qual o papel das políticas públicas na consolidação desses acervos? Como as ações de política pública em Porto Nacional contribuem para o fomento desses acervos?

O Museu Histórico e a Cúria são anteriores a esses projetos; foram idealizados e se consolidaram independentemente deles. A sociedade possui um duplo papel em sua redescoberta como organismos vivos e capazes de oferecer grandes contribuições: a academia encarrega-se de proporcionar novas formas de pesquisa à sociedade, bem como de divulgar, preservar e firmar esses espaços como lugares de história cultural, econômica, religiosa, urbana, promovendo uma amplitude cada vez maior e melhor em relação às memórias coletivas construídas sobre o passado. Por outro lado, cabe à sociedade em geral realizar um acompanhamento dessas políticas públicas, tanto na Cúria quanto no Museu Histórico, e também participar do processo de preservação de sua história.

Os temas abordados pelo presente artigo – memória, história e políticas públicas – consolidam possibilidades inesgotáveis de se refazer, a cada dia, interpretações múltiplas sobre o passado da cidade de Porto Nacional, uma vez que a manutenção dos documentos, garantindo a formação de um *corpus documental* significativo, e do acervo material – o *corpus material* –, aliadas às políticas educativas já praticadas pelo Museu, possibilitam dois claros objetivos: 1) a consolidação da história contada e propagada nas escolas; 2) o conhecimento do passado religioso através dos documentos da Cúria.

No que diz respeito às ações que a Universidade Federal do Tocantins vem realizando sobre os acervos existentes em Porto Nacional, tanto na Cúria quanto no Museu, pode-se concluir que tais políticas conferem a esses arquivos diferenciadas leituras, usos e possibilidades de pesquisas acadêmicas, nas áreas de história, geografia, letras, direito, antropologia e demais disciplinas das ciências humanas. Além desses, assumem características fundamentais outros fatores como a organização dos acervos, a discussão e a produção de conhecimento teórico, a (re)interpretação dos acervos materiais do museu e o levantamento da oralidade portuense que, colhendo registros guardados apenas na memória e trazendo-os à luz, funda novas bases para a perpetuação de uma história antes não revelada.

Concretamente e sob o patrocínio desses programas, algumas ações estão sendo efetivadas sobre os acervos da Cúria e do Museu, tais como a organização, catalogação e sistematização dos acervos como fontes de pesquisa. Com relação ao acervo da Cúria, estão sendo produzidos folders de divulgação das etapas da pesquisa e, para o acervo do Museu, está sendo elaborado um dicionário topolinguístico.

Esses projetos têm caráter multidisciplinar e deles participam alunos de todos os cursos existentes no campus de Porto Nacional: História, Geografia, Letras e Biologia. Uma das propostas fundamentais é que os alunos envolvidos nos projetos realizem um intercâmbio de experiências com o objetivo de que se multipliquem todas as possibilidades de análises e vivências. Nesse sentido, as ações desenvolvidas, tanto no Museu quanto na Cúria, tendem a abordar diversos aspectos teórico-metodológicos, conforme a área de formação do aluno que, em determinado momento, está realizando seu estágio nos referidos acervos.

O fundamento teórico-metodológico para esses estágios pauta-se pelo seguinte princípio: possibilitar ao estagiário uma aplicabilidade dos conceitos e teorias que ele aprende em aula, tornando essa uma experiência ímpar em sua formação acadêmica, aliando o conhecimento teórico à ação prática e fortalecendo as bases para uma sólida formação acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **História Hoje**: Revista Eletrônica de História, São Paulo, ANPHU, v. 3, n. 5, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2011.

BALSAN, Rosane (Coord.). **A identidade histórica e cultural de Porto Nacional**: uma acessibilidade através dos acervos. Porto Nacional, TO: UFT/PROEX: 2009. (Edital n. 4). Disponível em:<<http://sigproj1.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BALSAN, Rosane (Coord.). **A produção dos instrumentos de pesquisa através dos acervos da 'Cúria' e do 'Museu Histórico e Cultural' de Porto Nacional/TO**. Porto Nacional, TO: UFT/PROEX, 2010. (Edital n. 5). Disponível em: <<http://sigproj1.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BAVARDO, Rubens. Museos: entre identidades cristalizadas y mercados transnacionales. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v. 13, n. 2, p. 257-274, jul./dez. 2005.

GODINHO, Durval C. **História de Porto Nacional**. (s. l.: s.n.), 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, n. 10, p. 7-28, Dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. In: GIRALDIN, Odair (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2004.

3.

Memórias urbanas: um percurso museológico pela literatura específica⁹

Napoleão Araujo de Aquino

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social

(CANCLINI, 2006, p. 169).

1. Algumas palavras colocadas acerca da temática

Ao iniciar este texto, dois aspectos devem ser considerados. O primeiro aspecto: a temática do museu enquanto espaço de memória, nos remete não apenas ao estudo de coisas velhas, e nem tampouco ao passado distante. É também um tema impregnado de encontros entre diferentes temporalidades, podendo, a partir de então, ser visto numa perspectiva dinâmica, inclusive como olhar sensível aos diálogos interdisciplinares.

⁹ O presente texto foi rascunhado paralelamente à uma palestra apresentada no Museu Histórico Cultural de Porto Nacional, em 15 de Maio de 2013, como parte da programação da XI Semana de Museus, intitulada "Visitando (escritas sobre) Museus".

Olhares atentos a conceitos bem variados como: antigo, moderno, contemporaneidade, passado, presente, tradição e modernidade.

E, o segundo aspecto: quando nos encontramos em visita a algum museu, às vezes nos vem à mente uma pergunta que não quer se calar, ou seja, se por acaso, naquele instante, estamos sendo apenas turistas, ou será que estamos incluídos nas estatísticas que medem o volume do turismo na localidade em questão a partir de nossa assinatura no livro de visitas?

Qual seria então a resposta a essa pergunta? Ao visitar um museu eu estou ou não sendo contado na sua estatística como turista? A resposta é: depende. Depende porque, se o visitante é oriundo de outra cidade, é considerado turista, ou seja, a visita entrará na estatística como turismo. Mas, caso seja da própria cidade, a visita é considerada simplesmente como lazer. A respeito dessa diferenciação, Gonçalves (2006, p. 31) faz uma clara distinção, ao afirmar:

Em busca de definições acerca do turismo para que pudesse estabelecer uma relação entre os museus e as práticas turísticas dos indivíduos em suas próprias cidades, constatei, na literatura de referência, que, em sua própria cidade, o indivíduo não está exercendo uma atividade turística, e sim uma atividade de lazer [...] sabemos que o turismo pressupõe uma viagem, um deslocamento, ao passo que o lazer pode ser local.

O setor museológico, de acordo com Gonçalves (2006, p. 31), desenvolveu, principalmente a partir da segunda metade do século passado, mecanismos de aproximação da sociedade, “convertendo-se em locais de interpretação e de novas leituras do mundo”, pautando-se, inclusive, na interdisciplinaridade e, até mesmo, no aspecto de sua interação com o turista.

2. Museus de cidades

Ao abordar o tema “museu de cidade”, Meneses (1985) se preocupa com diferentes aspectos dessa relação entre cidade e museu, assim como sobre diferentes elementos relacionados ao contexto museológico, sem esquecer de uma especificidade que será o foco principal do presente artigo, que são os chamados museus históricos.

As contribuições para a temática, bastante amplas e ricas, incluem a preocupação com o local, uma vez que, nos primeiros parágrafos, afirmando serem os museus “instituições urbanas por excelência” é que “Portanto, não poderiam decepar o cordão umbilical que os une à célula matriz”, chamando a atenção para o fato de se tratar de instituições que, entre suas várias funções, têm aquela de amenizar as contradições da sociedade e da cidade em particular, referindo-se em princípio aos museus de cidades que, segundo Meneses (1985, p. 198) representam:

[...] ilhas de calma no turbilhão agitado da história, a quase totalidade dos nossos “museus de cidades” recompõe, num passado mítico e nostálgico, a ordem no caos urbano, oferece pressurosamente a leitura simplificadora e monovalente das contradições históricas – e assim educam.

Meneses (1985) expande sua visão crítica, abordando diferentes aspectos dos museus de cidades, mas alargando sua crítica para além dessa relação entre museu e cidade. Analisa a cidade como forma, como artefato, como lugar onde agem forças múltiplas: cidade como imagem da cidade. Ao abordar essa metáfora, cita Kevin Lynch, ao mesmo tempo valorizando seus estudos, mas também levantando lacunas deixadas em suas escritas. Afirma que o referido estudioso introduziu a voga da “leitura da cidade”, porém admite que suas análises, ou debates propostos por Kevin Lynch, não chegaram a ser considerados “os mais satisfatórios” e

justifica, lembrando que para Linch é preciso recuperar na mente dos habitantes imagens significativas “para facilitar a ‘digestão’ do monstro urbano” e considera ser isso uma proposta “funcionalista”, que desemboca num “urbanismo de acomodação”.

No mesmo estudo, Meneses (1985) aborda ainda diferentes e variados aspectos presentes nas instituições museológicas, tais como acervos, institucionais e/ou “operacionais”. A esse respeito, situa precisamente as trajetórias dos museus, sem perder de vista suas temporalidades. Nesse sentido, lembra que após a “exaltação dos anos 60/70 (quando, para transformar os museus de ‘templos’, em ‘fóruns de debates’, se propunha até a queima de coleções), hoje está consolidado o conceito de que é o acervo, com suas implicações, que faz a especificidade do museu”.

3. Museus históricos

Em sua abordagem sobre museus históricos, Brefe (2005, p. 30) aponta o século XIX como sendo, além de “século da história”, momento importante igualmente fértil, diríamos, no tocante ao surgimento de instituições voltadas à ordem histórica das sociedades:

Os museus históricos, bem como aqueles em que parte das coleções é voltada para a exposição e estudo da história, floresceram naquele século [...]. Durante muito tempo [...], os objetos que esses museus colecionaram englobavam monumentos históricos [...], relíquias, curiosidades diversas, vestígios arqueológicos e até mesmo determinadas pinturas (aquelas de “caráter históricos”).

As análises de Brefe (2005) são profundas, tanto em torno da instituição museológica, na perspectiva do contexto historiográfico, das tendências verificadas no âmbito da produção histórica, quanto como na perspectiva da memória, que tem o museu como lócus privilegiado, enquanto lugares de memória, apresentando a

disciplina histórica sob novos horizontes científicos que, segundo seu ponto de vista, influenciaria de maneira diversa na organização desses museus.

Além dessas estreitas relações que o museu estabelece com a história, segundo Brefe (2005), uma das características básicas dessas instituições, nos oitocentos, teria sido seu caráter político, sua capacidade de adequação aos interesses de estado, enfim, de legitimação das nações em formação. De acordo com seu raciocínio, já se trata de uma aproximação, de certo modo, com o discurso acerca do “lugar da instrução pública. Faz entender, também, pelo raciocínio desenvolvido no referido trabalho, uma certa capacidade política dos museus em se articularem habilmente entre o seu sentido histórico, ligado à nascente ciência histórica. Poderíamos acrescentar aqui, com a objetiva vocação de vincular-se às políticas de governos, lembrando ainda que “Essas duas faces do museu apareceram reunidas pela primeira vez, de modo evidente, na criação do Museu do Louvre em 1793, durante a Revolução Francesa”:

Não apenas a França, mas em toda a Europa, foram criados museus voltados para a representação da história nacional que justificassem nação como unidade. Assim, a escolha dos objetos expostos, bem como do lugar ideal para abrigar as coleções, não era aleatória, mas pretendia ser a encarnação da história-memória nacional. [...] essa memória tem um valor diferente de acordo com cada contexto nacional, mas ela é o fio condutor desse tipo de museu no século XIX (BREFE, 2005, p. 39).

Já Hartog (2006), em seu texto *Tempo e patrimônio*, fala de um fenômeno que apelidou de “vaga patrimonial”, ao observar processos e tendências, e mesmo os sentidos políticos e culturais da instituição museológica, principalmente já nas últimas décadas do século XX, analisando que no decorrer desses anos a chamada vaga patrimonial, em sintonia com a memória, ganha cada vez

mais amplitude, “até tender para este limite que seria o “tudo patrimônio”, explicitando que:

Uma manifestação urbana da incidência do tema do patrimônio e destes jogos do tempo se observou nas políticas de reabilitação, renovação, revitalização dos centros urbanos. Deseja-se museificar, mas mantendo vivo, ou melhor, revitalizar reabilitando. Ter um museu, mas sem o fechamento do museu: aqui ainda, um museu ‘fora dos muros? Um museu propriamente sociedade, senão um museu social (HARTOG, 2006, p. 268).

4. A cidade como museu

Desenvolvendo a ideia da cidade como museu, naquilo que chamou de *A figura histórica: papel museal*, Françoise Choay (2006, p. 191) explica:

A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Tornando-se histórica, ela perde sua historicidade.

A autora desenvolve essa percepção, ou essa concepção de cidades históricas como tendo sido preparada por gerações de viajantes, cientistas ou estetas, assim como muitos outros segmentos de intelectuais e estudiosos em geral, “que dividiam o mundo da arte européia (sic) em fatias urbanas, contribuíram para que se pudesse pensar na museificação da cidade antiga” (2006, p. 191-192).

Mas a autora apresenta alguns problemas, alguns questionamentos relacionados ao uso da cidade como museu. Considera que a cidade como entidade assimilável a um objeto de arte e comparável a uma obra de museu não deve ser, entretanto, confundida com a cidade-museu, contendo obras de arte.

Choay (2006) afirma ainda que

As cidades antigas não podem ser colocadas numa redoma, como Viollet-le-Duc dizia, grajeando, ser inconfessado dos habitantes de Nuremberg. Com efeito, como se poderia efetivamente conservar e isolar fragmentos urbanos, a menos que fossem privados de seu uso e de seus habitantes? O problema começa a se delinear. Ele só será formulado em termos explícitos e jurídicos depois da Segunda Guerra Mundial (CHOAY, 2006, p. 192-193).

Ainda no entendimento da cidade como museu, ao considerar a cidade como “figura historial”, Françoise Choay lembra que essa percepção teria aparecido de modo precursor na obra do italiano G. Giovannoni (1873-1943) que, segundo a autora, atribui simultaneamente um “valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos” (CHOAY, 2006, p. 194).

5. Museu a céu aberto

Um exemplo de museu a céu aberto é o Museu Aberto do descobrimento, ligado ao Ministério da Cultura e à Fundação Quadrilátero do Descobrimento, entidades criadas no contexto das comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Trata-se de um “lugar de memória”, de história e cultura, assim como de paisagens históricas, culturais e naturais, da região de Porto Seguro (BA).

O conceito de museu a céu aberto foi posposto pela Fundação Quadrilátero do Descobrimento, que cunhou a frase “O

Brasil renasce onde nasce”, a qual estaria propondo o óbvio, mas Pinho (1997, p. 6) acrescenta que “[...] o óbvio está oculto pela indiferença, pelo baixo nível de cidadania, pela perda da memória histórica, pela inconsistência da identidade cultural [...]”.

6. Museus em perspectiva dialética

Contrapondo a possíveis equívocos em que o museu pode desempenhar um papel de acomodação cultural de simples local onde são guardados objetos velhos, Segall (1997) explicita o caráter dialético por excelência desses locais de memórias, propondo uma técnica a que chamou “do contraditório” em que, exemplificando a partir dos museus de História, “em vez de expor lado a lado a versão dos vencidos, pode-se explorar suas contradições”, assim como nos de ciência e tecnologia e nos de etnografia, entre sacro e profano. Seguindo do seus questionamentos, Segall (1997) aponta possibilidades do debate nos museus de arte, tentando evidenciar as “tensões contraditórias, no âmbito do artista e da obra, por exemplo, entre tradição e vanguarda ou modismo é inspiração [...] e no âmbito do público e do museu, por exemplo, entre alienação e envolvimento ou massificação e personalização”.

7. Semelhanças entre museus, bibliotecas e arquivos

Os museus, arquivos e bibliotecas, segundo Homulus (*apud* ALMEIDA, 2006, p. 141), têm muitas características em comum: coletam e protegem parte de nossa cultura, administram e possibilitam o acesso à suas coleções, comunicam novos conhecimentos e gerenciam informações.

Entretanto, há características muito específicas entre centros biblioteconômicos e instituições museológicas, principalmente quando se coloca de um lado o objeto bibliográfico propriamente dito (livros), no caso das bibliotecas e, de outro, quando se trata de museus. Essa diferença acentua-se mais ainda quando se trata

de acervos relacionados propriamente a obras de arte, conforme exemplifica Almeida (2006, p. 143): “[...] a maioria dos museólogos não aceita a comparação entre a catalogação bibliográfica e a do objeto, alegando que o objeto não tem página de rosto para dizer ao catalogador do que se trata e que o objeto fala muito pouco de si mesmo”.

Consideramos que, muitas vezes, Almeida (2006, p. 143) refere-se às próprias bibliotecas dos museus e que, mesmo assim, nem sempre o diálogo é tão perfeito entre ambos os acervos, conforme em algum momento se depreende de sua fala, quando afirma:

Essa sintonia dos objetivos e das ações da biblioteca com os objetivos e as ações do museu foi sentida, nas bibliotecas dos museus estudados, um grau que varia de acordo com o comprometimento dos bibliotecários com o museu e com a visão do diretor e dos museólogos em relação ao papel da biblioteca na instituição.

Concluindo seu texto, Almeida (2006, p. 153) afirma que “...o desafio a ser enfrentado pelos museus no século XXI, passa pelo reconhecimento de que devem ser acessíveis a todos os cidadãos”.

8. Museus no contexto de uma cultura internacionalizada ou globalizada

Debatendo a temática da museologia numa mesa da qual participou – Museus Hoje para o Amanhã, Segall (1997, p. 199) parte de duas questões: “o que são os museus hoje e o que será o seu amanhã?”. Considerando, já de antemão, que nenhuma dessas questões parece ter respostas simples e/ou diretas.

Em suas observações, considera o fato histórico-conjuntural verificado no âmbito das tecnologias, na segunda metade do século XX, e que, nesse mesmo período, estaria se verificando um

salto de certo modo notável, no setor da museologia, sendo que o significado de sua função apresenta igualmente “um salto”. Nesse aspecto, Huysen *apud* Segall (1997, p. 200) afirma que “o museu, no sentido mais amplo, se transformou no paradigma-chave das atividades culturais contemporâneas”.

No tocante mais diretamente à temática museológica no contexto da globalização, igualmente na segunda metade do século XX, Segall (1997) constata, recorrendo à estatística, uma visível proliferação de museus pelo mundo e, ao mesmo tempo, percebe a “gradual substituição de seu caráter elitista por um caráter de massa, em meio a uma globalização cultural que permite a consolidação dos museus nas mais diferentes áreas geográficas e do conhecimento, desde os grandes museus centrais aos locais”.

Em Culturas híbridas, Canclini (2006, p. 46) discute amplamente as hibridizações culturais, enfatizando países da América Latina, mas também em outros continentes, contemplando análises relacionadas a patrimônios históricos e culturais de um modo geral. A obra destaca os museus como palcos de ritualizações patrimoniais e de afirmações identitárias, mencionando vários estudos, dentre os quais, um trabalho desenvolvido por Carol Ducan e Alan Wallache que foca o Museu do Louvre, com seu edifício “majestoso”, corredores, escadarias “monumentais”, ornamentação, iconografia rica, enfim, um amplo e rico acervo que “dramatiza ritualmente o triunfo da civilização francesa”, consagrando-a como “herdeira dos valores da humanidade”. Em contrapartida, é apontado o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, instituição que se aloja, segundo esse relato, num “edifício frio, de ferro e vidro, com poucas janelas, como se a desconexão com o mundo exterior e a pluralidade de percursos dessem a sensação de livre opção individual, de poder ir onde se quer”. Canclini (2006, p. 63) questiona se é possível perguntar o que fariam hoje, dentro desse sistema, Leonardo, Mozart ou Baudelaire. “A resposta é a que um crítico deu: ‘Nada, a menos que eles jogassem conforme as regras’”.

Canclini (2006, p. 89) aponta uma classificação curiosa em relação à gestão da cultura, de modo que, enquanto o patrimônio tradicional continua a cargo dos Estados, a promoção da cultura moderna se resolve no âmbito da iniciativa privada, de

modo que “uns e outros buscam na arte dois tipos de crédito simbólico”: por um lado, os Estados, legitimados como representantes da história nacional, e, por outro, o capital, “obter lucro e construir através da cultura de ponta, renovadora, uma imagem ‘não interessada’ de sua expansão econômica”.

No tocante à competição cultural da iniciativa privada com o Estado, em países como a Argentina, por exemplo, Canciani (2006, p. 92) salienta a concentração de um grande complexo empresarial, a Televisa, empresa que dirige quatro canais nacionais de televisão com múltiplas retransmissoras no México e nos Estados Unidos.

9. O patrimônio museológico como fator de desenvolvimento econômico e captação de recursos

O evocar de razões econômicas para legitimar a intervenção do Estado na esfera da cultura, na análise de Primo (2006, p. 89), “é um fenômeno recente” que teria caracterizado o fim do século XX, afirmando ainda que essa argumentação “implica a defesa das referências culturais como bens públicos, como bens de méritos”, resultando, assim, numa “ideia positiva de um Estado que se preocupa, defende e intervém no âmbito cultural”.

Essas políticas são postas no sentido de gerar emprego, fortalecimento das receitas, “melhorar a imagem local e imprimir maior competitividade” e concluindo, Primo (2006, p. 89) afirma:

Assim, os museus são assumidos como processos de intervenção, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, e como dispositivos de inclusão social e cidadania capazes de promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro.

Quando fala sobre os “agenciamentos” do patrimônio, museu e memória na atualidade, Pio (2006, p. 49) afirma:

A contemporaneidade se caracteriza pelo surgimento de uma nova experiência de tempo, na qual é possível articular identidades sociais e diversas temporalidades e, conseqüentemente, propor novas relações como o passado e a memória. Um dos sintomas mais significativos desse cenário pode ser percebido na relevância da noção de *patrimônio*, um dos instrumentos privilegiados para agenciar memórias e identidades sociais.

Quanto ao aspecto da musealização, referindo-se especificamente às mudanças que vinham se operando no âmbito cultural, inclusive internacionalmente, Pio (2006, p. 52) menciona fatores que “ocasionarão a musealização contemporânea”, situando esses fenômenos na década de 1960, salientando que há um repensar noções de cultura e, também, de memória e, conseqüentemente, novos conceitos de museu e patrimônio, “mais abrangentes e democráticos”.

Ainda sobre o tema em questão, é ilustrativo mencionar o que Nora *apud* Pio (2006, p. 55) chama de “consciência do fim da memória espontânea”, fenômeno(s) que vão sugerir, digamos assim, a recorrência aos lugares de memória, apontando a proliferação de modos artificiais de preservação da memória – arquivos e museus, uma ‘memória prótese’, que substitui a original e espontânea, dissolvida pela aceleração da história.

Considerando-se o museu como fonte de captação de recurso, Segall (1997, p. 202) aponta aspectos extremamente críticos a respeito das novas tendências verificadas nas políticas museológicas, nas quais, segundo se depreende através da sua discussão, verificam-se algumas práticas desvirtuadoras dos sentidos culturais dessas instituições, quando faz referência à crescente mediação da informática, levando os museus a se tornarem “quermesses eletrônicas”. Afirma que essa tendência vai realmente desvirtuando os sentidos das instituições, de modo que passa a haver uma aceleração no ritual de visitas, “em detrimento, sobretudo, nos museus de artes da sensibilização, que só pode se dar mediante um tempo suficiente para a contemplação empática”.

10. Museu, comunidade e acessibilidade/inclusão

Ao falar de aspecto do público usuário de museus, Suano (1986, p. 57) refere-se à comunidade em geral como sinônimo de “população” ou “público”, situando assim a sua concepção sobre os visitantes de museus em geral, afirmando que, embora se atribua ao museu a educação como uma de suas funções, o assunto nunca teria sido levado tão a sério quanto nas décadas de 60 e 70 do século XX. A ciência, a educação, a cultura e até mesmo o lazer constituem elementos intrínsecos, diríamos, as instituições museais, portanto “[...] muito susceptíveis de serem gerenciados e conduzidos por um grupo restrito de pessoas”, em geral “sob a égide do Estado”.

A década de 1960 é apontada por Suano (1986, p. 57) como um momento em que a primeira geração do pós-guerra no Ocidente atingia a maioria, sendo que pequena minoria ingressava em curso superior. Surge então uma onda de protestos, que no ano de 1968, o movimento atinge seu auge, radicalizando-se em alguns países.

Como fruto desses movimentos, no âmbito cultural e, mais especificamente, no contexto de instituições com caráter museal, Suano aponta que nesse clima de insatisfação cultural na França foi realizado um grande evento em que discutiram-se os museus de arte europeus – com foco no **público dos museus**, resultando em uma importante publicação e que, cinco anos mais tarde gerao “primeiro grande fruto”.

A palavra inclusão, segundo Sarraf (2006, p. 81), deve ser entendida como “defesa do direito de todo ser humano de participar ‘das mais variadas esferas sociais, culturais e educativas’”, considerando ainda que a “necessidade da inclusão pressupõe, naturalmente, a prática da exclusão”.

Prática essa que, na análise de Sarraf (2006), “é manifestada de diversas maneiras na sociedade”. Referindo-se, especificamente, ao caso dos museus, lembra que essas instituições ainda se comunicam, basicamente, por meio de recursos visuais, sem apresentar recursos alternativos para se tornarem mais proveitosas, aprazíveis e agradáveis às visitas desse público. No caso dos

deficientes físicos, as modificações são basicamente arquitetônicas, sendo que alguns dos museus de construção ou reforma recente já receberam essas adaptações.

Conclusão

A temática do museu enquanto espaço de memória, nos remete não apenas ao estudo de coisas velhas, e nem tampouco ao passado distante. É também um tema impregnado de encontros entre diferentes temporalidades, podendo, a partir de então, ser visto numa perspectiva dinâmica, inclusive, como olhar sensível aos diálogos interdisciplinares. Olhares atentos a conceitos bem variados como: antigo, moderno, contemporaneidade, passado, presente, tradição e modernidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. C. B. de. A informação em museus de arte: de unidades isoladas a sistema integrado. **MUSAS-Revista Brasileira de Museus**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 2, p. 26-40, 2006.

BREFE, Ana Claudia Almeida. **O Museu Paulista: Affonso de Tounay e a memória nacional, 1917-1945**. São Paulo: UNESP; Museu Paulista, 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**; 4. ed. São Paulo: USP, 2006. (Ensaio Latino-americanos, 1).

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade;UNESP, 2006.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário contemporâneo**. São Paulo: SESC: Annablume, 1997. Disponível em:<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LZBhadM2T3cC&oi=fnd&pg=PA42&dq=42+alem+dos+mapas&ots=IWay_x0Mei&sig=L4ylsCPHlt41QHC_E0NOWIaWaT8#v=onepage&q=42%20alem%20dos%20mapas&f=false>. Acesso em: 21/06/2013.

GONÇALVES, Telma Lasmar. Lazer é prazer. Museu dá prazer? Uma análise da relação do morador de Niterói com o seu Museu de Arte Contemporânea. **MUSAS-Revista Brasileira de Museus**, Rio de Janeiro, IPHAN, n. 2, p. 26-40, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, UFMG, v. 22, n. 36, p. 261-273, Jul/Dez, 2006.

MAGALHÃES, Solange Maria Fustinoni. **Educação patrimonial através da compreensão da arquitetura de museus na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPHU, v. 5, n. 8/9, p. 197-205. Set.1984/Abr.1985.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PINHO, Roberto Costa. O óbvio oculto. In: Fundação Quadrilátero do Descobrimento. **A invenção do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 1997.

PIO, Leopoldo Guilherme. Modernidade, memória e patrimônio. **MUSAS-Revista Brasileira de Museus**, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 2, p. 48-5, 2006.

PRIMO, Judite. A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. **MUSAS-Revista Brasileira de Museus**, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 2, p. 87-93, 2006.

SARRAF, Viviane Panelli. A inclusão dos deficientes visuais nos museus. **MUSAS-Revista Brasileira de Museus**, Rio de Janeiro, IPHAN, nº. 2, p. 81-86, 2006.

SEGALL, Mauricio. Museus hoje para o amanhã? **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 47, Mar. 1997.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

4.

Na pia batismal: relações de compadrio escravo na Paróquia de Nossa Senhora das Mercês

Geraldo Silva Filho
Maiara Muniz

No século XX, o estudo da História foi influenciado por diversas linhas de pesquisa; novos temas e objetos, à luz de novos métodos e fontes, evidenciaram grupos que a História tradicional não havia considerado. O estudo da História do Brasil está inserido nesse processo revisionista e, desde a década de 1930, fatos de nossa História têm sido reescritos através da análise de fontes paroquiais, cartoriais, iconográficas, bem como da música, literatura e de outras tantas. Sendo assim, o tema do presente artigo, escravidão, ganhou novas considerações, que envolvem a formação de famílias escravas, o estabelecimento de laços afetivos e solidários e formas de resistência ao regime escravista, para além das fugas e formação de quilombos.

Tinha-se por certa a figura do escravo passivo, tratado como mercadoria, como qualquer outro meio ou bem de produção, sem resistência a essa condição e sem meios de reconstruir uma vida e uma identidade no continente para o qual fora trazido. Era certa, de igual modo, a figura do escravo fugitivo, que resistia da maneira mais extrema. Já há algumas décadas, esses dois extremos foram perpassados – nas pesquisas acadêmicas – por outras estratégias de sobrevivência e de reconstrução identitária, especialmente desde a década de 1980. A análise das fontes paroquiais, em especial dos registros de batismos, levou a inferência de que os

escravos e forros no Brasil estabeleceram redes de solidariedade na sociedade, entre membros de sua mesma condição jurídica e, especialmente, entre os livres, em uma tentativa não somente de melhorar as condições para as crianças escravas ou de uma alforria, mas também de formar laços.

Do mesmo modo que novos sujeitos foram incorporados às pesquisas, também outros lugares receberam uma diferente abordagem. Assim, o interior do país passou a ser pesquisado, incluindo o antigo norte goiano. O Tocantins passou a ser mais estudado pelos historiadores a partir de sua criação, e tais estudos cresceram mais desde a federalização da Universidade Federal do Tocantins. Essas pesquisas estão em consonância com a lógica que engloba diversos atores, fontes e métodos.

Assim, aborda-se aqui a escravidão sob o viés do compadrio, através da análise de registros de batismos de escravos e forros das atuais cidades de Monte do Carmo e Porto Nacional, entre os anos de 1812 e 1883, armazenados na Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, procurando desvendar as relações que cativos e forros formaram entre si e com os demais membros da sociedade no antigo norte goiano, que, no século XIX, tentava estabelecer meios de sobrevivência econômica, diante do declínio da atividade mineradora.

1. Breves apontamentos sobre a historiografia da escravidão no Brasil

Ao abordar a relação entre senhores e escravos no período colonial, especialmente em *Casa Grande e Senzala*, Freyre (2006), tendo por base o paternalismo, considera-a pacífica, o que, segundo Apolinário (2007, p. 29), contribui para a formação da ideia de paz social no Brasil:

Ao tratar das relações escravistas, Freyre resalta a existência de uma relação idílica entre senhores e escravos. Para ele, a miscigenação racial era o segredo do ethos brasileiro.

O discurso freyriano, direta ou indiretamente, contribuiu para a formação do mito da democracia racial no Brasil.

Do mesmo período da produção de Freyre – décadas de 1930, 1940 – está a produção de Prado Júnior (2004), que analisa o desenvolvimento do país pelo prisma da economia, dividindo o estudo de acordo com o principal produto de exportação do país, tais como açúcar, café, bem como o processo minerador. Mesmo que possam ser feitas críticas às obras, como se faz, uma vez que hoje a análise de nossa história vai além do viés econômico e as relações entre senhores e escravos não corroboram com a ideia de democracia racial, ambos os autores são bastante importantes para a historiografia brasileira.

Nos anos 1960, a chamada “Escola de São Paulo” – que tem nomes como Emília Viotti, Fernando Henrique Cardoso – vai dizer que a sustentação do regime escravista deu-se com a violência, não com o paternalismo. Trazem à tona a violência do sistema, mas também apontam para o aspecto da coisificação do escravo e da rebeldia dos cativos através das fugas. Nesse período, o Brasil já está sob a ditadura militar, e tais estudos, ao abordarem as relações raciais no país, colaborarão para a reestruturação dos movimentos sociais nos fins da ditadura militar.

Na década de 1970, destaca-se o nome de Gorender (1985 *apud* ROCHA, 2009, p. 36), o qual escreve sobre o modo de produção escravista na sociedade colonial brasileira, apontando para dois meios de combate ao sistema: a revolta e a “adaptação”, como meio de sobreviver ao cativeiro, “uma forma de evitar que a coisificação social se transformasse em coisificação subjetiva”. Um dos meios de se revoltar seria diante do próprio trabalho, uma vez que com a diminuição da produção, os lucros senhoriais seriam afetados. Gorender privilegia o aspecto da economia, mas não deixa de apontar como positivos os estudos que procurem evidenciar o escravo enquanto agente, mas critica o exagero das análises que dão demasiada autonomia ao cativo.

De fato, a instituição escravista durou mais de três séculos, em um território bastante extenso como a América Portuguesa, o

que permite inferir que foram diversas as formas de controle, de resistência, de adaptação e que as relações entre escravos e senhores desenvolveram-se de muitos modos. A violência e a vigilância, de acordo com Faria (1998, p. 290), não foram as únicas mantenedoras da instituição:

Efetivamente, seria difícil imaginar, com as evidências que se tem hoje, homens trabalhando acorrentados ou sob o olhar permanente de feitores e chicotes ameaçadores. O retrato estaria longe da realidade do cotidiano da grande maioria dos cativos, entre outros motivos por estarem em escravarias relativamente pequenas, trabalhando lado a lado de seus senhores e seus filhos, muitas vezes partilhando o mesmo teto e a mesma alimentação. Inúmeros outros aspectos, portanto, teriam que ser considerados para o entendimento da manutenção, por aproximadamente 350 anos, do sistema escravista brasileiro.

Tendo isso em conta, a partir dos anos 1980, os estudos passaram a envolver outros aspectos das vivências escravas. Conceitos como resistência, negociação, sociabilidade passaram a ser tratados por autores como Mattoso (2003), Lara (1988; 2007) e Reis (1989). Com o acesso às fontes eclesásticas, a formação de famílias e o compadrio vieram a ser tema de estudos para Florentino e Góes (2010), e Schwartz (1988). Em relação às famílias, acreditava-se que os escravos não as formavam, tendo por justificativa a diferença entre o número de homens e mulheres. Dizia-se, ainda, que essa diferença levava à promiscuidade na senzala, gerando crianças filhas de “mãe certa e pai incerto”. Pondera-se, no entanto, que para quem vive na condição de escravo, ter uma família significa ter um apoio, e as pesquisas com fontes paroquiais revelaram que os cativos formaram sim famílias, muitas delas legitimadas aos moldes ocidentais, ou seja, dentro da Igreja.

Além das relações familiares, tais fontes ainda apontaram para o estabelecimento de um “parentesco espiritual” através do

compadrio. Considerava-se que o batismo libertava as almas, marcava a entrada dos indivíduos no mundo cristão, além de ser uma fonte de renda para a Igreja. O apadrinhamento envolvia proteção, suporte, respeito, era um modo de estabelecer um laço de afeto com outra pessoa, que poderia ainda ser acompanhado de benefícios e ajudas, se o padrinho escolhido estivesse em melhor condição.

Além de contemplar as relações afetivo-familiares, os estudos revisaram o tema da relação senhor-escravo que, tomando de empréstimo a expressão de Reis e Gomes (1989), passava pela negociação e pelo conflito. Ainda há muito que se estudar sobre as vivências de escravos e forros no Brasil. A respeito do trabalho que historiadores vêm fazendo acerca desse tema, diz Faria (1998, p. 291):

O que era ser escravo? Difícil responder. Após esta nova historiografia, entretanto, sabe-se que não era trabalhar, comer e dormir acorrentado a grilhões silenciosos. Em termos figurativos, é a ponta de um véu, já levantada, deixa entrever uma comunidade não fechada em si mesma, que em seu dia-a-dia trabalhava, comia, amava, odiava, convivia intimamente com os livres, comercializava, andava por caminhos e ruas, conversava, tramava, etc. Vivia, em suma. Mas vivia escrava! E este dado é fundamental.

2. Mineração e escravidão no antigo norte goiano

A formação dos arraiais do Carmo e de Porto Real deu-se com o desenvolvimento da atividade mineradora no antigo norte goiano, atual estado do Tocantins. No início do século XVIII, as expedições ao interior do país em busca de metais preciosos, empreendidas pela Coroa, encontraram resultados para além das Minas Gerais, tendo sido descobertos veios auríferos na região dos Guayazes. Nessa época, migraram para as proximidades das minas homens com interesse em enriquecimento através do ouro,

missionários e escravos – pois a mão cativa era indispensável nas minas – e vieram para a região, ainda, viajantes que deixaram narradas suas impressões sobre costumes, alimentos e pessoas. Inicialmente, os Guayazes pertenciam à Capitania de São Paulo. Em virtude das longas distâncias, que dificultavam a vigilância e administração da Coroa, em 1748, fundou-se a Capitania de Goiás.

A formação dos arraiais e vilas seguia os caminhos do ouro, sendo assim, havia grande mobilidade populacional, uma vez que diante da escassez das minas, de acordo com Mattos (1979, p. 91), os homens partiam em busca de novos veios de ouro:

[...] o povo andava flutuando como um navio impelido pelo vento, quando se descobria uma mancha de pedreira rica de ouro, corria aquele lugar imensa gente de todas as cores, levantava barracas e desaparecia apenas o metal se acabava ou a sua extração era dificultosa.

Atividades complementares, como agricultura e pecuária, não foram estimuladas pela Coroa Portuguesa, sob o argumento de que as mãos escravas poderiam ser desviadas das minas para o plantio. Desse modo, os produtos alcançavam altos preços no comércio da capitania. Anos depois, como consequência da falta de investimento da Coroa no desenvolvimento da região, segundo Parente (2006, p. 19), a Capitania de Goiás, em especial o norte, enfrentaria uma crise econômica diante do declínio da produção de ouro:

Essa falta de incentivo português para o desenvolvimento de uma nova economia, a resistência dos mineiros em abandonar totalmente as lavras decadentes, os pesados impostos sobre os produtos agropastoris, e o próprio mercado interno não contribuíram para a diversificação econômica em Goiás.

No período mineratório, entre as décadas de 1730 e 1740, formaram-se os arraiais do Carmo e de Porto Real, ambos localizados no norte da Capitania de Goiás. Logo que se formavam os arraiais, os funcionários da Coroa eram enviados para o trabalho, seriam eles os responsáveis pela população local, pela administração, pelo controle fiscal e pela segurança. O apogeu do período da mineração foi por volta de 1750, quando se passa a verificar nos registros do quinto a diminuição da produção de ouro. Tal diminuição levou ao fim de muitos arraiais, tendo em conta a ausência de atividades complementares que contribuíssem para a manutenção da economia; outros tantos arraiais sobreviveram à crise do ouro, caso de Carmo e Porto Real, que no período do Império passaram a se chamar Monte do Carmo e Porto Imperial. Além de atividades agropecuárias, o comércio através do rio Tocantins apresentou-se como uma boa opção para a economia; no século XIX, as principais atividades econômicas da região, outrora mineradora, de acordo com Apolinário (2007, p. 60), são as agropastoris e o comércio:

No final da segunda metade do século XVIII, em pouco tempo, arraiais nortistas, como Pontal e Chapada de São Félix, transformaram-se em ruínas. Outros núcleos populacionais, como Arraias e Natividade, conseguem subsistir ao esvaziamento do ouro e dar continuidade ao fluxo e refluxo do povoamento, através do requerimento de novas sesmarias para o estabelecimento de fazendas criatórias ou o trabalho com a agricultura.

O trabalho na região das minas ficava nas mãos escravas. Os cativos trabalhavam nas minas, mas também em atividades agropecuárias, nos serviços domésticos e em diversas atividades nos arraiais, ocupando as funções de carpinteiro, costureira, sapaiteiro, ferreiro, mensageiro, quitandeiro e outras. Os escravos também seguiam a instabilidade dos veios auríferos, de modo que en-

tre essa população também se verificou grande mobilidade. Com o fim da mineração, os escravos continuaram trabalhando nas outras atividades. O trabalho nos arraiais permitia maior contato entre os escravos de diferentes donos, tendo em conta que muitos serviços eram feitos fora do espaço doméstico. A maior parte da população escrava do norte goiano era nascida no Brasil, apenas uma minoria era de africanos, geralmente minas ou angolas.

3. O papel da igreja

O estabelecimento da estrutura paroquial no Brasil se deu de forma menos intensa do que na América Espanhola. Por muito tempo o Brasil permaneceu sem bispados, arcebispados e mesmo sem uma legislação eclesiástica própria, o que contribuiu para o desenvolvimento de práticas religiosas peculiares.

Em fins do século XV, a Igreja Católica e o governo absolutista português estavam bastante ligados. Desse modo, a presença da Igreja na América Portuguesa deu-se com influência dessa relação, através do padroado, conforme explica Holanda (2003, p. 57):

De um modo geral, os provimentos dos cargos eclesiásticos foram feitos através da apresentação do rei ou de um de seus representantes – o provedor-mor e, mais tarde, o próprio governador-geral – e da confirmação do bispo. Em resumo, o padroado consistiu praticamente no controle das nomeações das autoridades eclesiásticas pelo Estado e na direção, por parte deste, das finanças da Igreja.

A Igreja não servia apenas ao interesse da Coroa lusitana, os homens donos de escravos na América também se valeram de sua catequese, uma vez que, ao cristianizar o escravo, as noções de obediência, salvação espiritual e recompensa divina

eram transmitidas, o que poderia contribuir para o controle da população escrava. Mas o escravo também poderia se valer – e o fez – das práticas católicas, conforme Florentino e Góes (2010, p. 183): “Os escravos puseram o catolicismo a seu serviço para fazer parentes e famílias”.

A chegada dos jesuítas, responsáveis pela transmissão da religião católica aos povos não europeus deu-se em 1549. Em muitas regiões, a evangelização se dava através da Companhia de Jesus e do trabalho de missionários, mais do que através do estabelecimento de uma rede paroquial. Muitas vezes, no interior do país, os sacramentos eram dados de tempos em tempos, nos períodos em que ocorriam as visitas dos padres – por essa razão, muitos casais viviam uniões ilegítimas; ainda, para evitar a morte de crianças sem o batismo, muitas parteiras eram orientadas a fazê-lo, caso o bebê fosse fraco e pudesse não viver até a próxima visita, assim, sua alma estaria salva. Essa situação concorreu para uma documentação muitas vezes escassa, o que dificulta pesquisas com fontes paroquiais, em especial para o período colonial.

Em 1551 foi fundado o primeiro bispado brasileiro - único até 1676 - na Bahia. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram elaboradas apenas no início do século XVIII, de modo que, por mais de dois séculos, o funcionamento das igrejas no Brasil ficou sem uma norma única, o que resultou em práticas diferentes das atividades religiosas, além de diferentes modos de registro das mesmas. Considerando a extensão territorial brasileira, as intenções catequizadoras advindas da Contra-Reforma e a presença de diversos povos no território, a estrutura paroquial montada, na análise de Faria (1998, p. 307), foi insuficiente para estabelecer a religião tal qual se dava na Europa:

Foi só em 1707 que se criou a primeira legislação eclesiástica da Colônia, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Até esse momento, portanto, os padres locais possuíam grande autonomia sobre a forma de como registrar cerimônias religiosas. As escriturações dos livros aparecem como resultado direto de

práticas locais, com informações bem pouco uniformes. [...] Tudo indica que somente no século XIX as informações dos registros se tornaram mais uniformes, mas estavam longe do que podemos considerar como uma padronização. O localismo deixava ainda muitas marcas. Se esta situação pecou pela ausência de uniformidade, por outro lado, felizmente, nos mostrou muito dos costumes locais cotidianos.

Não obstante tais considerações, a Igreja Católica e seus ensinamentos estiveram presentes na vida dos colonos, mesmo que não fosse sempre dentro da paróquia. Além disso, a partir do desenvolvimento da atividade mineradora nas Minas Gerais, de acordo com Fausto (2009, p. 29), a rede paroquial ganhou novos contornos na colônia:

[...] Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste 'vale de lágrimas' dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema-unção na hora da morte, o enterro [...].

O primeiro sacramento a ser ministrado é o batismo, sendo também o mais importante. Ele marca a entrada do indivíduo na vida cristã, liberta do pecado original, inicia o caminho para a salvação da alma. É inegável que o Brasil é marcado pelo sincretismo religioso e que o catolicismo não é a religião de escolha de africanos e seus descendentes, tal religião lhes foi imposta. Não obstante, muitos escravos e forros de fato assimilaram a religião e, desse modo, batizavam suas crianças para professar sua fé; outros tantos ficaram por desconhecer o significado daquele ritual e outros, ainda,

católicos por fé ou não, utilizaram esse sacramento para estabelecer um “parentesco espiritual”, que poderia fortalecer uma amizade ou estabelecer uma rede de respeito e proteção que o escravo, segundo Florentino e Gões (2010, p. 182), acharia fundamental para amenizar a infância escrava da criança recém-nascida:

Razão tinha Gilberto Freyre quando chamava a atenção para a importância do catolicismo lusitano, peculiar por seu apego aos costumes mundanos, na sobrevivência das tradições culturais africanas. Graças a ele era possível não apenas nascer já acompanhado por um padrinho, mas também morrer protegido.

4. Os registros de batismos na Catedral de Nossa Senhora das Mercês

A utilização da demografia na pesquisa historiográfica no Brasil ocorre por volta de 1970, à luz das pesquisas francesas sobre história da família datadas da década de 1950. Através da consulta às fontes paroquiais, tem-se acesso aos registros de batismo, casamento e óbito, que permitem delinear a formação das famílias e suas relações, dados que se tornam mais consistentes quando se tem acesso também às fontes cartoriais. Os trabalhos para os períodos da colônia e do império referem-se a escravos, forros e livres.

Foi o acesso a essas fontes que provou que o ambiente familiar era lugar também do escravo. Os cativos formaram famílias e marcaram seus laços afetivos e de solidariedade com escravos, libertos e livres, através do compadrio. A constituição dessas redes abriu um novo viés de compreensão das vivências dos escravos e, de acordo com Faria (1998, p. 258), da permanência da instituição escrava no Brasil até o fim do século XIX:

Mas, ao abordar o escravo enquanto pessoa, essa nova historiografia vislumbra outro tipo de atuação, em que a imagem do outro antropológico emerge com muita força, impondo um respeito que até então, se restringia aos ‘zumbis’ – a vida do escravo comum passou a ser vista a partir da herança cultural africana e das condições possíveis de organização social dentro do cativeiro.

Os registros de batismos do século XIX referentes às atuais Monte do Carmo e Porto Nacional estão armazenados na Catedral de Nossa Senhora das Mercês em Porto Nacional. Foram quatro os livros disponibilizados pela Paróquia. Constam registros de batismos, casamentos, assentos e óbitos, de livres, forros e escravos¹⁰. Sobre esse material, é necessário dizer que não se encontra em boas condições; grande parte dos livros foi afetada pela umidade, o que deixa muitos registros ilegíveis. O material passou por um processo de reorganização fora da Paróquia, ainda assim, os registros estão fora de ordem. Há folhas de um livro no outro, assim como há registros perdidos. Desse modo, em especial para a segunda metade do século XIX, há lacunas de tempo, períodos de anos sem registros. Assim, os números apontados aqui representam os registros preservados e legíveis dos registros de batizados, conforme ilustram as **Figuras 1 e 2**.

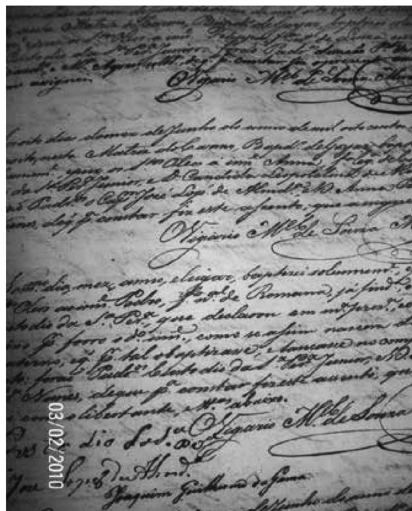
¹⁰ Em muitas localidades, esses livros eram separados de acordo com a condição jurídica. Isso não se verifica nos livros consultados. Todos os registros, independente da condição jurídica dos indivíduos, estavam nos mesmos livros.

Figura 1 – Livros de registros paroquiais da Catedral de Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Arquivo da Paróquia da Catedral Nossa Senhora das Mercês.

Figura 2 – Exemplos de registros de batismos



Fonte: Arquivo da Paróquia da Catedral Nossa Senhora das Mercês.

Entre as propostas para o registro de batismo das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e o que se observa na prática, há diferenças, pois a legislação demorou a ser efetivada e os párocos, responsáveis pelos registros, tinham liberdade para fazê-lo. Além disso, dentro de uma mesma paróquia, os padres tinham modos diferentes de elaborar as informações, as quais, no caso dos escravos, eram fornecidas pelos próprios, pelos padrinhos ou pelo dono. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia - CBPA (VIDE, 1983), o registro deveria ser elaborado com dados como no modelo:

Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno, baptizei, ou baptizou de minha licença o Padre N, nesta ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe puz os Santos Oleos: forão padrinhos N. e N. casados, viúvos ou solteiros, freguezes de tal Igreja, e moradores em tal parte.

Na maior parte dos documentos pesquisados, o modelo comum aponta a data e o local do batizado, o nome da criança, dos pais ou somente da mãe, segue a condição jurídica - no caso de escravos e forros - o nome do proprietário da escrava e o nome dos padrinhos. Alguns vigários acrescentam a condição civil dos padrinhos e seu local de moradia, além de informações sobre cor ou origem dos escravos. Mas os dados variam conforme o costume do pároco. Há, ainda, em muitos registros, a informação de que as crianças foram batizadas sem os Santos Óleos, por ali não haver indicação de que o ritual não acontecia tal como previsto pela CPAB:

Aos vinte e quattro dias do mes de fevereiro de mil oitocentos e dezessette anos nesta Matris da Senhora do Monte do Carmo baptizei solenemente sem Santos Oleos por não haver ao innocente João filho natural de Maria ambos escravos de Joze Luis Pereira. forão Padrinhos Francisco Alves Correa e Catharina Alves Correa, de que

para constar fis o presente termo que assignei. Vig^o Parochial Joze da Franca do Amaral (Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, Livro verde, folha 88, verso).

O número de crianças escravas, filhas legítimas, foi o menor entre os registros. A maior parte das crianças era filha de mães escravas. Para fim de apresentação de dados, os registros estão divididos entre as duas metades do século XIX, para os núcleos populacionais de Monte do Carmo e Porto Real/Imperial. Enquanto, até 1850, puderam ser transcritos 298 registros de escravos e forros, após esse ano, aparecem apenas 66. Infere-se que há duas razões principais para tal diferença: a falta de documentação – esse foi o período de maior lacuna entre os registros – e o tráfico interno de escravos, que cresceu das regiões do norte para as do sul em virtude da necessidade de mão de obra nas regiões produtoras de café face à proibição do tráfico atlântico de cativos.

Observa-se, nos registros, a condição da mãe e dos padrinhos. As informações versam sobre condição jurídica e aparecem termos como “crioula”, “cabra”, “parda”, “preta”, “angola” e “mina”, o que permite saber se a escrava era africana ou nascida no Brasil. Destaca-se que nem em todos os registros aparece a condição jurídica e, dentre aqueles que o fazem, nem todos estão legíveis. Desse modo, aponta-se, para a primeira metade do século XIX, 161 mães escravas e 116 mães forras. Para a segunda metade do século, todas as 66 mães eram escravas.

Entre as 161 mães escravas que constam nos registros até 1850, 54 eram “crioulas”, doze eram “cabras”, onze “pardas” e oito eram africanas, cinco “minas” e duas “angolas”, uma delas não tem sua origem especificada. Entre as 116 forras, 44 eram “crioulas”, 33 “cabras”, 25 “pardas” e uma única africana, também de origem não determinada. De 1850 em diante, não há tais dados. Apenas consta que são escravas, sem citar algum termo que permita inferir as origens.

Quanto aos padrinhos e madrinhas, a maioria era livre. Em uma sociedade escravista, a primeira diferenciação que se faz entre os sujeitos é jurídica – ou o indivíduo é livre ou é escravo. Desse modo,

para um escravo, a ligação com um indivíduo em melhor condição dá-se, primeiro, tendo em vista a sua condição de livre. Essa foi a escolha da maioria das mães¹¹, tecer para si e para a criança uma relação com um indivíduo livre, no sentido de ampliar sua rede de solidariedade com alguém de condição superior e, até mesmo, de acordo com Faria (1998, p. 292), vislumbrar uma alforria:

Praticamente nenhum homem livre ou liberto tinha como padrinho de seus filhos algum escravo, enquanto constantemente estes últimos tinham como padrinhos pessoas livres e libertas. Havia hierarquias para as atitudes, para as ações. Ninguém achava bom ser escravo; achavam bom ter escravos. Mas, nem por isto cativos deixaram de se relacionar com livres e libertos, fossem brancos, pardos, mulatos, índios ou negros, nos mais variados graus de contato, embora resguardando hierarquias de valor nestas relações.

A respeito das madrinhas, há 257 registros nos quais é possível saber nome e condição jurídica. A maior parte delas é livre, 233. As madrinhas escravas somam quinze, tendo sido escolhidas por mães também escravas, pertencentes a senhores diferentes. Há uma única madrinha forra, escolhida por um casal de alforriados, conforme **Tabela 1**. Em oito batizados não houve a presença de madrinhas e houve apenas um caso onde havia duas madrinhas e nenhum padrinho, contrariando as normas das CPAB, que versam sobre a escolha dos padrinhos:

Conformando-se com a disposição do Santo Concílio Tridentino, mandamos que no Baptismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha, e que se não admittão juntamente

¹¹ Fala-se em escolha das mães, pois, no caso das crianças escravas e forras, é o nome da mãe que consta na maior parte dos registros. Isso não implica em dizer que o pai da criança não possa ter tido influência na escolha.

dous padrinhos e duas madrinhas; os quaes padrinhos serão nomeados pelo pai ou mãe, ou pessoa a cujo cargo estiver a criança; e sendo adulto, o que elle escolher. E mandamos aos Parochos não tomem outros padrinhos senão aquelles, que os sobreditos nomearem e escolherem, sendo pessoas já baptizadas, e o padrinho não será menor de quatorze annos, e a madrinha doze, salvo de especial licença nossa (VIDE, 1853, p. 26).

Tabela 1 – Condição jurídica das madrinhas de crianças forras e escravas, entre 1812 e 1850

Livres	Forras	Escravas
233 (90,6%)	1 (0,38%)	15 (5,83%)

Fonte: Livros de Registros Paroquiais de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês.

Após 1850, há informações sobre 26 madrinhas, nenhuma escrava. No entanto, em seis registros aparecem os termos “parda” ou “crioula”; talvez fossem ex-escravas cuja condição jurídica não fora especificada.

Já em relação aos padrinhos, são 263 os registros de batismos nos quais há informações sobre condição jurídica. Em doze batizados, não houve a presença de padrinhos (dez mães forras escolheram apenas madrinhas, assim como duas mães escravas). Um único padrinho era forro, escolhido por um casal também de forros (a madrinha, nesse caso, era livre). Quatro padrinhos eram escravos – um foi escolhido por uma mãe escrava e três por mães forras. Os padrinhos livres estão em número superior, somando 245, conforme **Tabela 2**.

Tabela 2 - Condição jurídica dos padrinhos de crianças forras e escravas, entre 1812 e 1850

Livres	Forros	Escravos
245 (93,15%)	1 (0,38%)	4 (1,52%)

Fonte: Livros de Registros Paroquiais de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês.

Entre os 245 padrinhos livres, seis deles eram os próprios senhores e dezenove eram homens da família do senhor ou que possuíam algum título ou patente: capitão-mor, sargento-mor, tenente, vigário. Duas dessas crianças foram alforriadas, a menina Januária e o menino Pedro.

Infere-se que, quando a criança recebe a alforria no ato do batismo, havia a possibilidade de que fosse filha do senhor – isso porque a Igreja condenava aqueles homens livres que mantinham os filhos como cativos. O menino Pedro foi alforriado pelo senhor, e recebeu por padrinho o filho do mesmo. A escrava Luzia, pertencente ao tenente Gabriel Ferreira de Avelar, teve dois filhos, Anna e Prudêncio, nascidos em 1813 e 1816, respectivamente, ambos foram alforriados. Os nomes dos padrinhos de Anna estão ilegíveis, mas Prudêncio teve como padrinho Julião Ferreira de Avelar, que era da mesma família do tenente. O fato das crianças terem sido alforriadas e recebido um “pai espiritual” da família do senhor são indícios de paternidade. Ainda assim, não são afirmações, trata-se de inferências.

Após 1850, há informações sobre 26 padrinhos, todos eles homens livres, entre os quais o vigário e um tenente. Também aparecem os termos “crioulo” e “pardo” sem que a condição jurídica de ex-escravo fosse mencionada.

A função dos “pais espirituais” era orientar o afilhado na vida cristã. Entre padrinhos, afilhados e as famílias de ambos, formava-se uma relação de respeito, apoio, proteção. No caso de mães escravas, essa ajuda poderia ser fundamental para solucionar um problema junto ao senhor, conseguir uma alforria ou tornar a infância escrava menos sofrida. Desde cedo as crianças já aprendiam a trabalhar, uma vez que seu valor no mercado, no início da adolescência, seria tanto maior quanto melhor as atividades fossem desempenhadas; as crianças aprendiam as tarefas domésticas, da roça ou iriam aprender ofícios como de costureira ou sapateiro. A infância logo dava lugar ao labor.

Desse modo, tendo em vista a aliança que viria a ser firmada e os benefícios que poderiam surgir com ela, o compadrio se tornou uma relação social “para cima”. O primeiro fator de diferenciação social era a liberdade. Os registros consultados, em

concordância com a realidade de outras pesquisas realizadas em núcleos urbanos, mostraram que a maioria de madrinhas e padrinhos escolhidos eram livres. Pode-se observar, também, que algumas mães tiveram como padrinhos de seus filhos o padre ou funcionários do Império; isso mostra que as escravas desse espaço urbano tinham boas relações com pessoas em melhor condição hierárquica. Havia ainda padrinhos que não possuíam título, mas que eram donos de alguns escravos, o que indica que tinham dinheiro e, por consequência, poder. É o caso dos Oliveira Negri que, segundo a pesquisa de Botelho (1997, p. 110), foram donos de vários escravos e padrinhos de outros tantos nas primeiras décadas do século XIX:

Assim, nos batismos de crianças, predominavam os padrinhos livres, apesar de raramente ricos ou influentes. Os padrinhos escravos em geral pertenciam a outros plantéis, em provável reflexo do fato de estarmos diante de escravidão urbana, com plantéis menores e maior liberdade de movimento para o cativo. Finalmente, havia uma pequena presença de senhores batizando seus escravos. Como conclusão, afirma-se que [...] ‘o compadrio entre escravos era horizontal, ou, na maioria das vezes, vertical para cima: o contexto escravista fornecia a direcionalidade social na escolha dos padrinhos de batismo’.

No caso da escolha de padrinhos escravos, isso pode marcar o fortalecimento de um laço afetivo já estabelecido na comunidade. As madrinhas e os padrinhos escravos que constam no material pesquisado pertenciam a senhores diferentes, mais um indício da mobilidade que os escravos tinham no espaço urbano, que os permitia conviver com pessoas que ocupavam diferentes lugares na sociedade. Aconteceu ainda, a combinação de uma madrinha escrava e um padrinho livre; nesse caso, a madrinha poderia ser uma amiga da mãe, que sabia que poderia ter sua ajuda no dia

a dia para cuidar da criança; a escolha do padrinho livre, por sua vez, procurava garantir qualquer tipo de apoio que a criança ou a própria mãe viesse a necessitar. Houve ainda mães libertas que escolheram padrinhos e madrinhas escravos; nesse caso, a criança já havia nascido livre e não precisaria que ninguém a auxiliasse na busca pela alforria e, desse modo, a mãe poderia escolher alguém baseada nas suas amizades, sem ter que pensar no benefício da liberdade ou abrandamento do cativo.

Nos estudos sobre o compadrio, tanto em espaço urbano como no rural, foram poucos os casos nos quais os próprios senhores apadrinharam os escravos. Isso acontece em virtude da incompatibilidade entre batismo e escravidão. O apadrinhamento envolve cuidado, proteção, respeito, ajuda e a escravidão é o oposto disso. Apenas seis senhores foram padrinhos das crianças e apenas uma senhora o fez – o casal de senhores não alforriou o menino Francisco. Apesar da falta de lógica em manter um parente espiritual como cativo, pode-se pensar que, dentre as opções de trabalho que a criança desempenharia, sendo afilhada de um senhor ou de um familiar, poderia ser poupada do trabalho mais penoso e, por outro lado, a fidelidade e o respeito daquele escravo seriam reforçados. A relação de compadrio fora, assim, utilizada para benefício próprio por todos aqueles envolvidos com a escravidão, por senhores e por escravos.

Considerações finais

Este trabalho considera que o compadrio foi utilizado como instrumento de resistência e inserção social pelos escravos. O batismo de uma criança escrava era recomendado pela Igreja – tanto por seu aspecto espiritual de salvação da alma, quanto para legitimar a colonização e a escravidão, sob o argumento de livrar os inocentes das práticas pagãs – e fora considerado instrumento importante pelos senhores, que poderiam utilizar os ensinamentos cristãos de obediência e humildade para ter maior controle sobre os cativos. Os escravos também se valeram das práticas cristãs em

benefício próprio, podendo usar o compadrio para formar laços afetivos, abrandar sua condição e, nesse sentido, resistir à escravidão.

No caso dos registros de batismo da Catedral das Mercês, vê-se, entre a população escrava e a população liberta, a preferência por escolher padrinhos livres, tendo em consideração que a liberdade era o primeiro fator de diferenciação social naquela sociedade escravista. Esse padrinho livre poderia amenizar um possível conflito com o senhor, ajudar em casos de cuidados que viessem a ser necessários à criança ou contribuir para a inserção dessa – e de sua mãe – na sociedade e, para tal, o primeiro passo era o início na vida cristã. Lembra-se que nem sempre a resistência escrava dava-se pela fuga, a reconstrução identitária dos escravos poderia passar pela assimilação da vida ocidental, como forma de tornar menos difícil a sua condição.

No sentido de reforçar a ideia de que o compadrio serviu como estratégia de resistência, de formação de alianças positivas, os registros apontam que algumas mães se preocuparam em fortalecer os laços de suas crianças com homens livres e portadores de algum título, tendo sido os principais os de capitão-mor e tenente, algumas ainda escolheram familiares do senhor de escravo; infere-se que essas crianças estariam resguardadas de trabalhos penosos e que conheceriam maior inserção social.

O compadrio foi um importante marcador de alianças e apoio na sociedade brasileira. Considerá-lo entre a população escrava é uma maneira de reconhecer as práticas das quais esse grupo poderia fazer uso em seu cotidiano e perceber possíveis intenções em relação ao sacramento católico. A escolha de uma maioria de padrinhos livres está de acordo com outros trabalhos referentes a núcleos urbanos, o que mostra que os escravos tiveram contatos com outros grupos e tiveram a oportunidade de fazer escolhas e manter alguma autonomia sobre a criação de seus filhos, mesmo na condição de cativos.

BIBLIOGRAFIA

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739 – 1800)**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2007.

BOTELHO, Tarcísio R. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 3, n.1, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **A época colonial**. v. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia. **Modos de governar**. ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Líder, 1979.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX**. Goiânia: UFG, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

Outras fontes de pesquisa (Fontes Manuscritas)

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês.

Registros Paroquiais de Batizados – Livro Azul, Livro Cinza, Livro Verde, Livro Vermelho.

5.

Os planos e políticas urbanas e suas aplicações na gestão de cidades

João Aparecido Bazolli

Este estudo buscou compreender a crise urbana do País, calçada na falta de organização espacial urbana de maneira equânime e integradora e na ausência da ação do Poder Público, que deveria aplicar a política nacional urbana como orientadora e coordenadora de esforços, planos, ações e investimentos nos vários níveis de governo.

A gestão de cidades requer a existência de instrumentos que possibilitem a concretização das estratégias e objetivos para realização do seu planejamento sustentável. Os instrumentos de gestão são os mecanismos e as ferramentas que poderiam ser utilizadas pelo Poder Público durante o processo e a sua prática administrativa e, de modo geral, estão previstos na própria Legislação que estabelece o regime jurídico da gestão.

Assim, esses instrumentos são recomendados na boa prática de planejamento, mas ainda visto com indiferença pelo Poder Público, que, por motivação política ou por incapacidade técnica, deixa de aplicá-los. Entre os principais instrumentos de gestão de cidades destacam-se:

Agenda 21; Metas do Milênio; Planos e Políticas Nacionais; Planos e Políticas Setoriais; Planos e Políticas de Ordenamento do Território; Planos Municipais. A importância da aplicação desses instrumentos de gestão na busca da cidade sustentável será discutida, sucintamente, neste trabalho.

A metodologia aplicada pelo estudo foi a investigação dos instrumentos contemporâneos de gestão de cidades à luz dos planos nacionais e locais, na área de desenvolvimento urbano, por meio de revisão bibliográfica e de atividades de análise de reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano.

Concluiu-se que os instrumentos de gestão existentes para a concretização das estratégias e objetivos de um planejamento sustentável das cidades não são aplicados na prática administrativa em razão de interesses políticos e econômicos. Nesse viés, os conflitos das disputas do espaço urbano que deveriam ocorrer no campo da mediação, com a efetiva participação popular por meio de audiências públicas, são judicializados.

Dessa maneira, o trabalho revela a resistência pelo Poder Público em realizar a divisão justa da cidade, preconizada pela nova ordem urbanística, a qual está sendo contraposta pela sociedade, que, ao não se lhe conceder o espaço legítimo de debate – audiência pública – tem conseguido impedir as ações contrárias ao interesse público, recorrendo ao Poder Judiciário.

1. A Agenda 21 e as metas do milênio

A Agenda 21 Global resultou da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Foi elaborada a partir de compromisso estabelecido na Carta da Terra (documento oficial da Conferência), como um plano de ação a ser tomado nos níveis global, nacional e local, por organizações das Nações Unidas, governos e grupos locais, nas diversas áreas. Esse processo de participação traduz a tensa relação entre a espécie humana e a natureza, na sua pretensão de buscar o equilíbrio por meio do crescimento econômico duradouro, tendo como espinha dorsal o desenvolvimento sustentável.

Essa proposta inovadora de planejamento consensual de quatro seções, quarenta capítulos e mais de 2,5 mil recomendações práticas foi concebida num processo participativo de dois anos de debate e entendida como modo de construir a sustentabilidade, nesse sentido destaca Novaes (2003, p. 49):

A Agenda 21 não é apenas um documento. Nem é um receituário mágico, com fórmulas para resolver todos os problemas ambientais e sociais. É um processo de participação em que a sociedade, os governos, os setores econômicos e sociais sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-los, de modo a construir o que tem sido chamado de sustentabilidade ampliada e progressiva.

A essência da Agenda 21 Global está no conceito de desenvolvimento sustentável, fundamentado em cinco pilares: sustentabilidade social, ambiental, territorial, econômica e política, acrescidas à sua análise as dimensões: cultural e ecológica. Trata-se de um processo de transformação de orientação do desenvolvimento tecnológico e mudança institucional, que se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Para Sachs (2002, p. 15), o “duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual, e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” compele a trabalhar em escalas múltiplas de tempo e espaço.

Porém, o conceito usual de desenvolvimento sustentável foi dado pela Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 9) - UNCED - já em 1987, no documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), conhecido por Relatório Brundtland, traduzido em “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

A Agenda 21 Brasileira foi elaborada dentro dos conceitos da Global, por meio de amplo processo de estudos, consultas e debates, promovidos pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 (CPDS) e por um colegiado de alto nível, constituído por representantes do governo e da sociedade. Esse processo foi conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Nesse sentido, a Agenda 21 Brasileira, embora com desprestígio entre os municípios brasileiros, busca exercer seu importante papel de fomentadora de concepção e execução de uma nova geração de políticas públicas, a qual objetiva reduzir as desigualdades e discriminações sociais no País. Afinal, não pode haver desenvolvimento enquanto houver iniquidades sociais crônicas, nem se as formas de uso dos recursos ambientais no presente comprometerem os níveis de bem-estar das gerações futuras.

Nesse debate sobre cidades sustentáveis, é indispensável introduzir as Metas do Milênio. Durante a realização da Cúpula do Milênio, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, em oito de setembro de 2000, líderes de cento e oitenta e nove países firmaram um pacto. Desse pacto, cujo foco principal era o compromisso de combater a pobreza e a fome no mundo, nasceu o documento chamado Declaração do Milênio, conhecido como Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM). Ficou, assim, estabelecido como prioridade eliminar a extrema pobreza e a fome do mundo até 2015.

Interessante destacar que os municípios brasileiros não integraram o debate entre a Agenda 21 e os Objetivos e Metas de Desenvolvimento do Milênio, embora sejam dois instrumentos que se articulam e se complementem para a consecução do desenvolvimento sustentável – ambos aprovados e adotados pela comunidade dos Estados-membros que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU). A Declaração da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, elaborada no ano de 2000, propôs compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século. Essa declaração menciona que os governos “não economizariam esforços para libertar nossos homens, mulheres e crianças das condições desumanas da pobreza extrema”, e as ações seriam monitoradas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e expectativa média de vida.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são oito: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das

mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Esses objetivos seriam atingidos por meio da realização de ações específicas para atingir dezoito metas, cujo cumprimento poderia ser acompanhado pelo conjunto de quarenta e oito indicadores, propostos por especialistas de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Embora a Agenda 21 e os Objetivos e Metas de Desenvolvimento do Milênio mantenham estreita sintonia em suas prioridades, ao repercutir os temas essenciais para a sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente e combate à pobreza, não são objetos de transversalidade nas políticas de governo brasileiro, que somente alcançou parte das metas até 2010 atribuídas aos programas de transferência de renda - bolsa família (MONITOR TRACK LEARN SUPPORT, 2007).

A Agenda 21 e as Metas do Milênio estabeleceram princípios a serem cumpridos, pelo Poder Público, nas três esferas de governo. Mas, por razões políticas e econômicas, em regra geral, esses compromissos não são observados, com gravame de serem comumente ignorados. Não se verifica nas atividades de planejamento e desenvolvimento urbano, realizadas pelo Poder Público Municipal, o debate sobre esses princípios, na contramão de direção à cidade sustentável.

Uma das tarefas básicas concretizadas nos princípios da Agenda 21 e das Metas do Milênio é a busca do equilíbrio com a adoção do princípio da abordagem preventiva entre o desenvolvimento de áreas urbanas, o meio ambiente e o sistema global de assentamentos para a obtenção de um mundo urbanizado sustentável. As ferramentas para a obtenção de um desenvolvimento fisicamente mais equilibrado incluem não só políticas urbanas e regionais específicas e medidas jurídicas, econômicas, financeiras, culturais, entre outras, mas também métodos inovadores de planejamento e projeto de desenvolvimento, revitalização e gestão das cidades.

Portanto, municipalizar a Agenda 21 e as Metas do Milênio é uma tarefa que requer o engajamento coletivo da sociedade.

Cabe ao gestor local e à sua equipe técnica incentivar a participação de representantes da sociedade civil, do Poder Público, das universidades, garantindo, no processo, a presença dos grupos mais vulneráveis. Não é uma tarefa fácil, mas necessária para que haja avanço no debate sobre as questões da cidade.

2. A Constituição federal e o Estatuto das cidades como indutores da função social da propriedade e da cidade

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deu ao Plano-Diretor o *status* de instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e transferiu ao Poder Público Municipal a responsabilidade pela garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade e da cidade.

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 2001, que regulamenta o artigo 182 da Constituição Federal, embora avançado para a realidade latino-americana, na visão de Quinto Junior (2003, p.189), “se comparado às experiências européias, está ao menos com um século de atraso”, considerando-se o uso dos instrumentos urbanísticos, o qual possibilita regular socialmente o mercado imobiliário e estabelecer mecanismos de compensação social por meio da política urbana.

A referida Lei rege as questões da ordenação do território e da participação comunitária e objetiva, no seu bojo, promover a inclusão social. Estabelece, também, as regras referentes ao uso, à ocupação do solo urbano e ao controle da expansão do território urbano, e propõe a definição da função social da cidade e da propriedade, especificada no Plano-Diretor Participativo.

Entre as medidas indutoras para cumprimento da função social da propriedade e da cidade, destacam-se: a possibilidade de desapropriação do imóvel não utilizado ou subutilizado; a usucapião de imóvel urbano; a outorga onerosa do direito de construir; as operações consorciadas, com estabelecimento de parceria entre os setores público e privado; a transferência do direito de construir; o impacto de vizinhança; a preempção e o direito de superfície.

3. A judicialização do tratamento da política urbana

A crise urbana no País mostrou a necessidade da aplicação de uma “política nacional orientadora e coordenadora de esforços, planos, ações e investimentos dos vários níveis de governo e, também, dos legislativos, do judiciário, do setor privado e da sociedade civil” (BRASIL, 2004, p. 7).

A estruturação dessa política nacional urbana se deu a partir das Conferências das Cidades, em âmbito municipal e estadual, e da Conferência Nacional das Cidades, em 2003. Nessas conferências, foram discutidas as proposições que culminaram na incorporação ao documento final às resoluções, princípios e diretrizes desses encontros.

A construção democrática prosseguiu na preparação e realização das conferências bienais que se seguiram, com encontros municipais, estaduais e debates dos vários segmentos envolvidos com o desenvolvimento urbano, como: movimentos sociais, empresários, parlamentares, universidades, centros de pesquisa, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos e entidades profissionais.

O desenvolvimento urbano poderia ser definido como a expressão ligada à modernização da cidade e à transformação do espaço urbano para adaptá-lo à modernidade. Esse desenvolvimento deveria promover a melhoria das condições materiais e subjetivas de vida (bem comum), na perspectiva da diminuição da desigualdade social e garantia de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Nesse contexto, ressalta-se que a democratização do País avançou no campo da gestão urbana, especialmente pelo reconhecimento da Carta Magna do direito à moradia e à cidade, e na incorporação dos mais pobres como objeto de políticas urbanas. No entanto, a prática não tem concretizado o debate sobre a agenda de um novo ordenamento territorial como componente fundamental de um projeto de desenvolvimento.

A busca do estabelecimento de uma nova cultura objetiva edificar um espaço público participativo de resistência à privatização da esfera pública e de fazer transformações por meio de

pactos. A política de desenvolvimento urbano tem como objeto o espaço socialmente construído, com o recorte em torno dos temas estruturadores do espaço urbano e de maior impacto na vida da população. Maricato (2006, p. 215) discorre assim sobre o tema:

Para a equipe que coordenou os primeiros passos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) no Ministério das Cidades, tratava-se de construir uma nova “cultura” para ocupar um vazio de propostas práticas abrangentes, dar espaço para a emergência dos conflitos, constituir pactos em torno de conceitos, programas e linhas de ações. Buscou-se edificar um espaço público participativo que pudesse resistir à cultura de privatização da esfera pública, bem como ao avanço das imposições anti-sociais da globalização. A abertura de espaços democráticos nos quais os conflitos possam se expressar não é algo banal na história do país. Trata-se de uma mudança que pode desencadear novas e sucessivas transformações.

A cidade não é neutra e deve ser vista como uma força ativa, ferramenta eficaz para gerar empregos e renda e produzir desenvolvimento. Esse fato mostra a necessidade de superar os desafios de uma política nacional urbana, ainda com pontos críticos que merecem reanálise, objetivando o avanço das ações em escala local, como: a promoção de um planejamento territorial integrado, inter-relacionando todas as escalas; o estabelecimento de formas institucionais de participação e controle social, essencialmente, a atribuição de caráter deliberativo aos Conselhos Municipais; a elaboração de um sistema unificado de informações que articule as três esferas de governo, para o monitoramento e avaliação da política; estabelecimento de fontes estáveis e permanentes de recursos financeiros nos três níveis de governo.

Partindo dessa linha de pensamento, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), no campo habitacional,

considerou a necessidade da criação da Política Nacional de Habitação (PNH), como um novo modelo de organização institucional e com os seguintes componentes: a integração urbana de assentamentos precários, a urbanização, a regularização fundiária sustentável, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano.

A Política Nacional de Habitação, aprovada em 2004 pelo Conselho das Cidades, se constituiu como elemento básico da política fundiária de implementação dos Planos-Diretores Municipais para garantir a função social da propriedade, a regularização fundiária de interesse social e a revisão da Legislação Urbanística e Edilícia, pelo seu papel estratégico de possibilitar o acesso à terra urbanizada.

Assim, a Política Nacional de Habitação foi elaborada, sob esses princípios e diretrizes, tendo como meta principal garantir à população, especialmente à de baixa renda, o acesso à habitação digna. Para a implantação dessa política, considera-se fundamental, a fim de atingir seus objetivos, a sua integração com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

A sua construção se deu a partir de um arcabouço conceitual qualitativo com a finalidade de fundamentar seus argumentos, de estruturar ações concretas no campo da habitação e, como consequência, promover a integração entre os agentes de atuação na sua implementação, como se observa nesse excerto:

Coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade e com as diretrizes do atual governo, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática, a Política Nacional de Habitação visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social (BRASIL, 2004, p. 29).

Nessa análise de políticas e planos, conclui-se que as cidades brasileiras vivem também um momento de crise da mobilidade urbana, que exige mudança de paradigma, talvez de forma mais radical do que outras políticas setoriais. Trata-se de reverter o atual modelo de mobilidade, integrando-a aos instrumentos de gestão urbanística, subordinando-se aos princípios da sustentabilidade ambiental e voltando-se decisivamente para a inclusão social.

A Mobilidade Urbana é um dos mais difíceis desafios que as cidades enfrentam no mundo e, conseqüentemente, serão vistos futuros investimentos maciços voltados para o setor. Atualmente, segundo o Relatório *Future of urban mobility*, emitido pela LITTLE, em Boston, no ano de 2011, 64% do total de viagens são feitas dentro de áreas urbanas, e essas viagens deverão triplicar até 2050. Portanto, a capacidade de inovar é fundamental e deve ocorrer de forma rápida, conveniente e com pouco impacto ambiental, embora a maioria dos sistemas de mobilidade urbana no Brasil se mostre hostil à inovação, por razões econômicas e políticas.

A Mobilidade Urbana Sustentável pode ser definida como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, por meio da priorização dos modos não motorizados e coletivos de transportes, de forma efetiva, que não gerem segregações espaciais, socialmente inclusivos e ecologicamente sustentáveis.

As políticas de uso e ocupação do solo, com foco na mobilidade urbana, deveriam induzir à formação de uma cidade mais compacta e sem vazios urbanos, onde a dependência dos deslocamentos motorizados fosse minimizada. Mas os dirigentes públicos, reiteradamente, por pressões do setor econômico, expandem as cidades ao entorno, gerando quantidade expressiva e inaceitável de terrenos urbanos ociosos em bairros consolidados, dotados de infraestrutura e de acessibilidade privilegiada, que são estocados para fins de especulação e valorização imobiliária, beneficiando exclusivamente os seus proprietários.

Os Planos-Diretores, tradicionalmente, estabelecem diretrizes para a expansão e adequação do sistema viário e para o sistema de transporte público. Incorporar a mobilidade urbana ao Plano-Diretor é priorizar, no conjunto de políticas de transporte e

circulação, a mobilidade das pessoas, e não dos veículos; o acesso amplo e democrático ao espaço urbano; e os meios não motorizados de transporte.

Nesse viés de debate proposto pelo trabalho voltado para a ocupação racional do espaço urbano, trazemos ao foco a insistente ocupação urbana das áreas de risco. Estudos constataam que, no último século, o grave problema dos desastres naturais ocorridos nas cidades, produziram danos muito superiores aos provocados pelas guerras. Alguns fatores gerados por crises econômicas refletem negativamente sobre a segurança das comunidades contra desastres, como: deterioração de condições de vida, intensificação das desigualdades e desequilíbrios que provocam o desenvolvimento de bolsões e cinturões de extrema pobreza no entorno das cidades de médio e grande porte.

Todavia, o Estado tem a obrigação de salvaguardar a população por causa do direito natural à vida e à incolumidade, formalmente reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil. Assim, compete à Defesa Civil a garantia desse direito, em circunstâncias de desastre, além do objetivo constante de reduzir os desastres, em número e intensidade. Assim, a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), originada da Medida Provisória (MP) nº 547, de 11 de outubro de 2011, vem tentando cumprir esse papel (BRASIL, 2007).

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil tem seu enfoque na redução de desastres por meio de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil, e aponta mecanismos que estabelecem a articulação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e integram a sociedade nas discussões. Entre seus objetivos, destacam-se a incorporação da redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil – entre os elementos da gestão territorial (ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, meio ambiente, infraestrutura) – e do planejamento das políticas setoriais (saúde, educação, recursos hídricos, geologia, mudanças climáticas, ciência e tecnologia) –, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

A velocidade do crescimento das cidades resultou na falta da acomodação espacial da população. As soluções para a questão espacial com o uso de processos arcaicos, como os planejamentos de gabinete e decisões à custa de interesses da classe dominante, mostraram-se ineficazes. Percebe-se, nesse contexto, haver indicação da construção de um novo paradigma, com base no planejamento urbano que objetive o desenvolvimento sustentável das cidades.

Nesse contexto, de acordo com Silva (1997), é importante destacar que o Plano-Diretor emergiu da dialética ocupação do espaço e indissociabilidade entre o urbano e o rural. É conhecido como plano estratégico por traçar objetivos e fixar prazos, estabelecer atividades e definir sua execução; e, como diretor, por fixar as diretrizes do desenvolvimento urbano do Município.

Mesmo não tendo sido utilizada a melhor técnica para a elaboração dos Planos-Diretores no País, caberia à sociedade exercer a cidadania e fazer valer os preceitos constitucionais. Maricato (2006, p. 89) afirma que “Nenhum instrumento é adequado em si, mas depende de sua finalidade e operação. Nenhuma virtualidade técnica substitui o controle social sobre essa prática”.

Pode-se afirmar que os planos urbanos convergem para o ordenamento territorial e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade. Para isso, Harada (2004, p. 41) destaca a “regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerada a situação socioeconômica da população e as normas ambientais” como uma das principais metas das administrações municipais.

Nota-se que os assentamentos informais são uma realidade em todas as cidades brasileiras, e a necessidade quantitativa atual é de 7,2 milhões de moradias, concentradas nas áreas urbanas e nas faixas de mais baixa renda da população. Esse dado é baseado em um estudo do Ministério das Cidades (BRASIL, 2004), definido a partir do Censo de 2000, do IBGE, embora essa quantia possa ser muito superior, caso se considere os assentamentos irregulares com infraestruturas já instaladas, não computadas neste estudo.

A irregularidade fundiária é uma questão estrutural das cidades brasileiras, caracterizada por um desenvolvimento urbano desordenado. Fala-se, com razão, na dimensão acentuada do “problema” da irregularidade no Brasil, chegando-se a percentuais que variam em torno de 40% a 70% do parque imobiliário existente.

A regularização fundiária pode contribuir para a inserção plena do cidadão na cidade e, paralelamente, viabilizar a sustentabilidade da cidade, porque reduzirá os passivos urbanísticos e ambientais, por meio de projetos que resultem na proteção e recuperação ambiental, como arborização, criação de parques, unidades de conservação e educação ambiental. Ao mesmo tempo, a inserção social dos habitantes deve ser articulada às políticas públicas, por meio da geração de emprego e renda, da participação social nos processos de gestão dessas áreas e de ações que assegurem a permanência dessa população, prevenindo a formação de novos assentamentos informais na cidade, inclusive.

Nesse sentido, a regularização fundiária sustentável deve partir de uma visão integrada, na qual a regularização jurídica, dominial, seja combinada com a regularização urbanística e ambiental.

O gestor público latino-americano, em geral, tem baixa capacidade de governo e se respalda no praticismo rudimentar e superficial, não usa a ciência e a técnica e, por esse motivo, comete inúmeras falhas, dentre elas: a centralização de poder político e administrativo (não dispõe de um método de governo); o descompasso no manejo político em relação à macroeconomia (muito poder político restringe recursos econômicos); e o descuido com os problemas de maior relevância para a população, como transporte coletivo, limpeza pública, atendimento à saúde, dentre outros.

Entende-se que o planejamento normativo usual mostra ineficiência ao combinar elementos como a centralização do Poder Público e o estabelecimento de uma relação entre o sujeito que planeja e um sistema planejado, destituído da capacidade de interferência. Os planos devem ser concebidos a partir de um diagnóstico e serem frutos de uma análise do comportamento social, mas são concebidos, fundamentalmente, a partir da análise econômica. Observa-se, ainda, a predominância da visão técnica sobre a visão

estratégica e a possibilidade de redizer o futuro com certa exatidão ou calcular um risco probabilístico previamente. Assim, nessa linha de pensamento, o plano se configura de maneira determinística, sem estratégias para lidar com as incertezas e surpresas.

Um plano construído, mesmo havendo certo controle, necessita da participação de vários atores, com objetivos cooperativos e conflitivos, condição que, de acordo com Matus (1996), possibilita realizar esforço no sentido de mitigar as insuficiências do modelo normativo.

Nesse viés, para a construção de um plano, é necessário reconhecer a existência de mais do que uma explicação (por ser cooperativo e conflitivo), o que implica diversas apreciações da realidade, considerada a complexidade do sistema social. Dessa feita, a economia deixa de ser preponderante na explicação da realidade, fator que possibilita a viabilidade política do plano. Portanto, compõe a integração do técnico e do político no âmbito do planejamento, que se configura como uma aposta contra as incertezas.

Dessa maneira, o mesmo autor entende que o Plano Normativo ignora a sua viabilidade de execução quando não estabelece a consulta política entre a equipe técnica de planejamento e a direção política do governo. Então, não cumpre o papel de interação entre o técnico e o político, fator que reforça a sua impraticabilidade. Assim, é importante que o plano seja o resultado de uma mediação entre o conhecimento e a ação, que são passos de acumulação de conhecimento para agir. Desse ponto de vista, o planejamento só se completa na ação e, nesse momento em que o plano é testado, é necessário ter mecanismos que permitam adaptá-lo com agilidade para fazer frente às surpresas que surgem durante a sua implantação.

Para conhecer a realidade, é necessário compreendê-la por meio da identificação dos problemas descritos pelos atores, do exame de viabilidade política do Plano e do processo de construção desta viabilidade para as operações não viáveis definidas no momento anterior – uma estratégia para lidar com pessoas e as circunstâncias que rodeiam o jogo social –, e identificar os recursos para a viabilização do Plano. Em suma, deve-se identificar os interesses e valores que os atores sociais relevantes conferem

às operações do Plano e as possíveis alianças e oposições, com a finalidade de traçar a estratégia que será adotada para viabilizá-lo.

Essa nova concepção de planejamento exige uma mudança radical nas concepções tradicionais, que vai além da análise econômica: produz todo contexto social e político; adota tecnologias compatíveis com a velocidade da mudança das situações reais; enfrenta o problema da incerteza dentro da qual se desenvolve o planejamento; e monta um sistema de análise e acompanhamento do Plano que apoia a tomada de decisões na conjuntura da sua implantação.

O modelo participativo de Plano baseia-se em práticas voltadas para resultados, participação e envolvimento, a fim de contribuir com a possibilidade de construir uma melhoria global. Por exemplo, a democracia é a filosofia política pela qual os brasileiros e diversos outros povos do mundo decidiram se governar.

A escolha das pessoas em contribuir para a construção de uma sociedade justa depende da vontade delas e mostra que a democracia é uma realidade. A mobilização comunitária na defesa do espaço constituiu a forma de ação que mais rapidamente vem se desenvolvendo nos últimos tempos. E talvez seja capaz de estabelecer relação mais direta entre as preocupações imediatas das pessoas e questões mais amplas.

Esse processo oportuniza aos cidadãos a participação na vida pública da cidade, pois, ao se verem envolvidos com os desafios básicos do desenvolvimento, como moradia, desemprego, lixo, água e poluição, têm a tendência de mobilizar recursos para a solução desses problemas e criar uma cultura mais participativa, transparente e responsável.

O desenvolvimento local, de acordo com Gumuchian *et al* (2003), é o resultado da mediação de interesses entre os atores sociais, políticos e econômicos, e as suas ações devem ser executadas por atores locais. O papel do território, na análise de Arocena (2001), é fundamental para o desenvolvimento local à medida que gera identidade e estabelece as relações de conflitos a serem mediadas.

Esse novo olhar sobre desenvolvimento local possibilita, conforme Amin (2005), o debate sobre estratégias contrapostas, marco que encadeia a transferência de responsabilidade, retira a exclusividade da administração pública e a distribui

entre a sociedade civil, instituições, organizações públicas e privadas e grupos de pressão.

Contudo, as mudanças são conquistadas com dificuldade, considerando-se que as relações de poder estejam consolidadas, as pessoas corrompidas e os agentes não reorientem as suas ações, a menos que não tenham perdas. A competição pelos recursos do território, de acordo com Santos (1997), cria conflitos entre o mercado e a sociedade, tanto pelo valor de troca como pelo de uso.

As cidades pequenas e médias, regra geral, conforme Romero (2008), têm corpo técnico e político desqualificado, o qual reduz consideravelmente as práticas qualitativas, além de grande parte de o território nacional ainda viver de planejamento de gabinete, fundamentado em posturas coronelistas, impondo modelos inadequados às conjunturas locais, antítese da sustentabilidade urbana.

A disputa pelo território ocorre entre os atores e os agentes interessados no espaço da cidade. De um lado, está o mercado imobiliário, impondo o chamado crescimento econômico, por intermédio de *lobbies*; de outro, a sociedade. Constata-se, porém, que a força hegemônica capitalista, com a influência do poder político, representada no caso pelo mercado imobiliário, desvia-se, regra geral, do *locus* legítimo de embate: as audiências públicas, os debates nos conselhos representativos e os debates com técnicos especializados em questões urbanas.

Ao invés do confronto pela disputa do espaço urbano acontecer nesses locais próprios para o embate, passam pelos bastidores políticos. Nesse contexto, são lançadas mãos de fortes apelos simbólicos para desconstruir os posicionamentos contrários à especulação imobiliária nas cidades brasileiras, fundados no discurso progressista. Portanto, a desconstrução dessa lógica empregada nesse debate não depende somente de argumentação técnica, mas de algo que dê uma força simbólica e possibilite solidificar a engenharia reversa. As Câmaras de Vereadores têm sido o local onde se tenta vincular o crescimento do mercado imobiliário ao progresso da cidade. A simbologia do progresso pretende justificar a necessidade do crescimento urbano como maneira de organizar a cidade e como instrumento para regular o preço da terra, ao revés do debate técnico sobre a temática.

Tem-se ainda a ampla defesa da propriedade absoluta, havendo, nos debates acerca de temas fundiários, ao se tratar de vazios urbanos nas cidades, frases como: estas terras “têm dono”, procurando dar o tom imponderável da licitude, mesmo que os supostos “donos da terra” não estejam cumprindo a função social. A cidade não pode ficar à mercê de pessoas que utilizam área como reserva de valor, conforme discorre Carlos (2005, p. 89):

Fala-se na construção de uma cidade democrática e livre. Para que isso ocorra é necessária uma pré-condição: a existência de homens livres. E a cidade não deve ser entendida como valor de troca e suas áreas mantidas como reserva de valor. Impõe-se pensar a cidade não enquanto materialização das condições gerais do processo de reprodução do capital, mas da vida humana em sua plenitude. É fundamental superar a contradição da lógica do atual sistema entre o valor de uso e de troca.

Torna-se relevante analisar esse contexto sob a ótica da apropriação política das determinações dos Projetos Urbanísticos das cidades, referente tanto ao desenho urbano, quanto ao perímetro urbano e às diretrizes de ocupação, como da consequente produção de um espaço urbano desigual, segregado e de alta especulação imobiliária. Essa análise permite compreender de que forma a cultura política patrimonialista e clientelista influenciou e influencia o planejamento urbano, a gestão urbana, a ocupação das cidades brasileiras e a elaboração de sua Legislação Urbanística.

Tudo leva a crer que só quando ocorrerem mudanças profundas no sistema político brasileiro, de forma a coibir o individualismo na ação parlamentar, bem como o fisiologismo tradicionalmente presente na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, com vistas à introdução de mecanismos que aumentem a responsabilidade dos parlamentares à frente do eleitorado e do governo, será possível esperar maior valorização do Parlamento, na interpretação de Pralon e Ferreira (1998, p. 86), “no sentido de que possa realizar

plenamente as suas três funções básicas: representar a sociedade, legislar com autonomia e controlar o Executivo”.

Defende-se, na estrutura apresentada pelo estudo, uma cidade compacta e com densidade adequada, a qual possibilite mais eficiência na oferta de infraestrutura, diversidade da mobilidade urbana, acessibilidade a todos, controle social, humanização e vitalidade urbana, acesso aos consumidores e eficiência do transporte urbano coletivo.

Constata-se, por vários estudos, que o crescimento desordenado das cidades traz a expectativa da captação de um fluxo monetário futuro, induzido pela modificação da ordem espacial que estabelece ao empresário urbano a sua capacidade de bancar os vazios urbanos, considerando-se as variáveis do custo de produção habitacional e da ineficiência dos mecanismos de tributação, segundo Spósito (2011, p. 139), [...] “porque os interesses econômicos das escalas mais abrangentes colidem com as necessidades da escala da cidade”.

Portanto, a cidade compacta, com a gestão adequada de seu território, garantiria sua sustentabilidade. Ao contrário, seria privilegiada a corrupção urbanística essencialmente por meio de alterações legislativas, com objetivos de favorecer interesses particulares do mercado imobiliário. Condição que, além de acarretar prejuízos às cidades, refletiria numa maior incidência de afastamento das classes menos favorecidas das regiões centrais, obrigando-as a viver em lugares cada vez mais precários.

Conclusão

As cidades brasileiras não poderiam se amoldar exclusivamente aos interesses econômicos e políticos e, por muitas vezes, colocar em xeque os Poderes constituídos. Nesse viés, amplia-se o debate sobre o papel dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, haja vista que os debates acerca da produção do espaço urbano vêm girando especificamente em torno da economia de mercado, que é subsidiado e reforçado pela propriedade absoluta, universalizada na frase “essa terra tem dono”.

Portanto, manter esse discurso é desprezar a nova ordem urbanística e desconstruir a história dos movimentos pela Reforma

Urbana, que conquistou, por emenda popular, um capítulo da política urbana na Constituição de 1988, arts. 182 e 183, regulamentado posteriormente pelo Estatuto da Cidade, que tem a finalidade de tornar as cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.

O processo de construção e futuras alterações dos Planos-Diretores Municipais deverão ter a garantia da participação popular, tendo como nulidade esse impedimento ou mascaramento muitas vezes utilizado, e o Judiciário tem se manifestado nesse sentido em âmbito Nacional.

Dessa maneira, o respeito ao direito urbanístico, que entre os princípios básicos traz a democracia participativa, é essencial ao se discutir alteração da Legislação da cidade. Portanto, construir e alterar o Plano-Diretor, sem participação popular e sem estudos urbanísticos e ambientais que o fundamentem, é inconcebível, pois os preceitos essenciais para a qualidade de vida estariam sendo violados.

O planejamento e as decisões de gabinete, sob a orientação de um técnico e de setores privados, perderam definitivamente espaço. Os destinos das cidades são objeto de discussão de seus moradores. É importante salientar que o uso de Leis determinam nesse sentido. Há, pois, institutos que protegem a cidade, entre eles o Estatuto da Cidade.

Importante salientar o comportamento do Legislativo Municipal Brasileiro, pois os cidadãos assistem ao esvaziamento das funções das Câmaras Municipais no País, quais sejam, as de fiscalizar a Prefeitura, criar e modificar Leis e verificar como o dinheiro público está sendo aplicado, em face de as Prefeituras cooptarem os vereadores por meio da distribuição de cargos na administração local e pela falta de cultura política do eleitorado, que não acompanha o trabalho dos vereadores depois de empossados. Logo, esse ínfimo índice de cobrança possibilita ao Executivo ampliar seus tentáculos sobre o Legislativo. Andrade (1998, p. 18) explica o contexto:

Substantivamente, a estratégia básica é o governismo, isto é, apoiar o governo em troca de transferência de recursos sob controle do executivo para suas bases locais ou setoriais. Há fortes incentivos institucionais pra isso, em

particular a concentração de poderes de execução orçamentária e de promoção política nas mãos do governo, o baixo custo eleitoral de infidelidade partidária e o baixo grau de controle por parte do eleitorado.

As Câmaras Municipais, em geral, são ocupadas por atividades como mudança de nome de rua, requerimentos das mais diversas ordens ou escolha de pessoas para prestar homenagem em sessões especiais, haja vista o turbilhão de títulos de cidadãos e medalhas de mérito distribuídas.

Verifica-se, porém, que o problema de origem é o sistema eleitoral, que apresenta uma disfunção grave no processo de votação proporcional, nas coligações partidárias. Por desconhecimento, o eleitor não sabe para onde vai o seu voto, fator que gera natural desinteresse, pelo próprio baixo grau de politização. Os eleitores votam por obrigação, o que reforça a crise de confiança no Legislativo.

A mobilização popular e até uma possível intervenção do Ministério Público têm efeito sobre as decisões que ferem o interesse público nas Câmaras Municipais.

A judicialização do debate acerca das cidades, com as transformações de políticas e planos urbanos, tem deslocado as discussões da disputa do espaço urbano, que deveria estar no campo da mediação, para o Judiciário. Verifica-se então que, se por um lado o deslocamento é prejudicial por não pautar a mediação, por outro, garante ao cidadão seus direitos constitucionais, embora sem empoderamento o resultado se tornasse comprometido.

Portanto, optar pela mediação levando os debates sobre as cidades às conferências, às audiências públicas, enfim à efetiva participação popular, com o uso dos instrumentos discutidos neste estudo, viabilizaria, a médio e longo prazo, uma melhor qualidade de vida a população, com economia de recursos. Neste contexto, a judicialização, além de representar um retrocesso no aspecto participativo, pela falta do empoderamento, isola as decisões, não interage e, na maioria das vezes, mesmo atendendo aos interesses da população, fica distante do seu cotidiano.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, R. D. C. Processos decisórios na Câmara dos Vereadores e na Assembléia Legislativa de São Paulo. In: ANDRADE, R. D. C. A. (Org.). **Processo de governo no município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 15-40.

AROCENA, J. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. Montevideo: Taurus, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Brasília, 2004. 85 p. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/biblioteca-snpu>>. Acesso em: 16 Ago. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, São Paulo, n. 12, p. 211-220, fev. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_12/ensaio2_ministerio.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2012.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Repensando a Geografia).

GUMUCHIAN, H. E.; GRASSET, R.; LAJARGE, Y. E. R. **Les acteurs, ces oubliés du territoire**. Paris: Anthropos, 2003.

HARADA, K. **Direito Urbanístico: Estatuto da Cidade, Plano Diretor Estratégico**. São Paulo: NDJ, 2004.

LITTLE, A. D. **Future of urban mobility: towards networked, multimodal cities of 2050**. Boston, 2011. Disponível em: <http://www.adlittle.com/downloads/tx_adlreports/ADL_Future_of_urban_mobility.pdf>. Acesso em: 29 Ago. 2012.

MARICATO, E. Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, São Paulo, n. 12, p. 211-220, fev. 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_12/ensaio2_ministerio.pdf>. Acesso em: 5 Ago. 2012.

_____. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MATUS, C. **Adeus, senhor presidente**: governantes governados. Tradução de Luís Felipe Rodrigues del Riego. 3. ed. São Paulo: Fundap, 1996.

MONITOR TRACK LEARN SUPPORT (MDG). **The Millennium Development Goals (MDGs)**: the national authorities have produced three national monitoring reports. New York: MDG, 2007. Disponível em: <http://www.mdgmonitor.org/country_reports.cfm?c=BRA&cd=76>. Acesso em: 30 Ago. 2012

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 30 Ago. 2012.

NOVAES, W. Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, C. **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

PRALON, E. M.; FERREIRA, G. N. Centralidade da Câmara Municipal de São Paulo no processo decisório. In: ANDRADE, R. D. C. (Org.). **Processo de governo no Município e no Estado**. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 73-86.

QUINTO JUNIOR, L. D. P. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 187-196, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a11v1747.pdf>>. Acesso em: 4 Ago. 2012.

Nações Unidas. **Declaração da Cúpula do Milênio das Nações Unidas**. Centro de Informações das Nações Unidas. Nova York, 2000. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 2 Abr. 2013

ROMERO, M. A. B. **Urbanismo sustentável para a reabilitação de áreas degradadas**: construindo um sistema de indicadores de sustentabilidade urbana. Brasília: UNB, 2008. 528 p. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fau/pesquisa/sustentabilidade/linhas_de_pesquisa/Pesquisa/Pesquisa/universal2006REL%20parte%20I.pdf>. Acesso em: 9 Ago. 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, J. A. D. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1997.

SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A. *et al.* **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

6.

Reconstituindo a história através da preservação de documentos: relatos de uma experiência realizada em Porto Nacional, Tocantins

Janira Iolanda Lopes da Rosa
Mariela C. A. de Oliveira
Rosane Balsan
Nayara Maria Ayres de Oliveira

A cidade de Porto Nacional, segundo as informações disponibilizadas no portal da Secretaria de Cultura do Tocantins (2008), que servia, na época, como ligação entre os dois centros de mineração, Pontal e Monte do Carmo, tornando-se, posteriormente, destacamento militar encarregado da vigilância da navegação. O primeiro morador da região foi o português Felix Camôa, barqueiro que, no final do século XVIII, transportava os mineiros procedentes das minas de ouro de Bom Jesus do Pontal, populosa vila situada a 12 km à margem esquerda do rio Tocantins, para as minas do Arraial do Carmo, distante 42 km à margem direita, e vice-versa. Por volta de 1805, os índios da tribo Xerente, revoltados com toda a ordem a que eram submetidos, atacaram e dizimaram o “Garimpo de bom Jesus do Pontal”. Os sobreviventes do massacre vieram refugiar-se e fixaram residência em Porto Real.

Os nomes atribuídos à cidade estão relacionados com a situação política vigente no País: Porto Real, quando era Brasil-Reino; Porto Imperial, na época do Império e finalmente Porto Nacional, após a proclamação da república. A vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, para o Brasil, também contribuiu para o engrandecimento da futura Porto Nacional. D, João VI, em 9 de

março de 1809, editou o Alvará de criação de uma Comarca no Norte da província de Goiás, denominada São João da Barra (hoje cidade de Marabá – PA), e nomeou para dirigir essa Comarca o Desembargador Joaquim Teotônio Segurado, dando-lhe a incumbência de desenvolver a navegação nos rios Araguaia e Tocantins e incentivar a lavoura e a pecuária da região.

Afeiçoando-se ao Arraial de Porto Real, Teotônio Segurado instala ali a “cabeça de Julgado” e passa a residir alternadamente em Porto Real, Palma (hoje Paranã) e Natividade. Com o intuito de fazer crescer Porto Real, o Desembargador convidou as principais famílias de Monte do Carmo para residirem no novo Arraial. O surpreendente desenvolvimento de Porto, ocasionou, em 1831, sua promoção à categoria de “vila”, com a denominação de Porto Imperial. A vila despontou como importante entreposto comercial para os comerciantes que, de “bote”, faziam a viagem de Palmas até Belém do Pará e vice-versa. A vila de Porto Imperial adquire o título de cidade, em 1861, com o nome de Porto Nacional.

Em 1886 chegam os Padres Dominicanos, importantes missionários que contribuíram para que Porto conquistasse o cognome de “Berço Intelectual do Norte Goiano”. Desde 1889, Porto já contava com assistência médica, oferecida pelo Dr. Francisco Ayres da Silva que, além de médico, foi político e jornalista. Fundou o jornal “Norte de Goiaz”, que durante meio século, defendeu as causas do desenvolvimento regional. Esse filho também trouxe, em 1929, os primeiros veículos, um Ford e um caminhão Chevrolet, adquiridos no Rio de Janeiro e conduzidos até Porto, via estado de Minas Gerais e Bahia, abrindo caminho pelos sertões. Em 1904, chegam a Porto Nacional as Freiras Dominicanas, cujo trabalho permanece através do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

1. O projeto “A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: uma acessibilidade através dos acervos”

A cidade de Porto Nacional, situada na região ocidental do Tocantins, foi tombada em 27 de janeiro de 2008, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

fato que despertou o interesse dos pesquisadores que compõe o Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES), da Universidade Federal do Tocantins, que decidiram colaborar com a preservação dos acervos através da elaboração do projeto “A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: uma acessibilidade através dos acervos”.

A iniciativa da equipe responsável pela elaboração e implementação do Projeto, fundamenta-se no Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (2003, p. 3), que estabelece como uma das finalidades da Universidade a promoção da divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

As Instituições de Pesquisa, Universidades, Museus, Arquivos Públicos, Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Escolares, sejam elas federais, estaduais, municipais e mesmo as privadas, devem ter como principal finalidade reunir, organizar e preservar acervos de valor histórico, uma vez que são instituições relacionadas com a cultura e têm como principal tarefa, preservar a herança documental para gerações futuras.

A área tombada abrange parte da zona central da cidade e compreende o sítio natural, a malha urbana e as arquiteturas implantadas desde a fundação do município até a década de 1960. Nessa área, estão localizados, além das edificações vernaculares (estilo arquitetônico), os edifícios mais singulares do Centro Histórico, como a Catedral, o Seminário, a Cúria e a Casa de Câmara e Cadeia. O local ainda apresenta remanescentes da maior parte do acervo arquitetônico representativo do período do Ciclo do Ouro, no período que inclui a metade do Século XVIII até meados do Século XX. Com o tombamento foi iniciada a revitalização de 120 imóveis do Centro Histórico, valorizando e preservando toda a arquitetura existente, mas mantendo a originalidade dos imóveis e os valores relacionados ao cotidiano da população do lugar.

O projeto, como meio de pesquisa regional, dá continuidade ao projeto “A produção dos instrumentos de pesquisa, através dos acervos da Cúria Diocesana e do Museu Histórico e

Cultural de Porto Nacional/TO”. Os projetos são fundamentados na importância de conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Nacional, por intermédio de um levantamento dos documentos e objetos existentes nos arquivos. O reconhecimento desses dois acervos como Patrimônio Histórico de Porto Nacional, reforça e valoriza a identidade do povo tocantinense. O desafio desse projeto está na organização, preservação e divulgação do patrimônio existente.

Apesar de tratar-se de uma divisão político-administrativa, o impacto causado sobre a cultura do novo Estado é grande, e semelhante ao que aconteceu no Mato-Grosso do Sul, onde a população se viu, de um momento para o outro, privada de grande parte de seus referenciais históricos (Goiás e Pirenópolis, assim como Cavalcante, que se localizam hoje no Estado de Goiás). Dessa forma, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2008), o reconhecimento de Porto Nacional vai valorizar a identidade do povo tocantinense, a partir do patrimônio pertencente ao Tocantins, de forma que as antigas ligações, tanto com a região de Minas quanto com o Norte do Brasil, sejam também ressaltadas.

O desafio, após o tombamento, concentrava-se na preservação e divulgação do patrimônio existente. Despertar o interesse da comunidade, assim como de visitantes ou pesquisadores em relação à herança cultural, histórica e documental exige uma interpretação e organização dessas obras fragmentadas em diversos objetos históricos. A necessidade de uma interpretação desse arquivo era imediata.

O Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional foi fundado na década de oitenta e iniciou-se uma campanha de mobilização para doação de acervo. Depois de ocupar diversos espaços, segundo as informações fornecidas pela Prefeitura Municipal (PORTO NACIONAL, 2008), atualmente está definitivamente instalado no prédio restaurado para este fim.

Um olhar nos registros constantes em documentos arquivados permite verificar a importância da preservação desse patrimônio de Porto Nacional e, conseqüentemente, a necessidade de analisar e organizar os acervos históricos e culturais, como forma de contribuição para a preservação do patrimônio cultural brasilei-

ro. Foi realizado um levantamento dos acervos e registros preservados, privilegiando o período cronológico, a partir da fundação do Município até a década de 1960, delimitado pelo IPHAN, na homologação do tombamento de Porto Nacional.

O patrimônio tombado como centro histórico de Porto Nacional, necessita de uma estrutura apta para recepcionar os visitantes, a fim de que possa ser preservado e revitalizado através do processo de valorização de seus bens. A organização de registros e arquivos existentes no Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional se apresenta como recurso para essa valorização, um ponto de contato entre o visitante, o pesquisador e o patrimônio, a fim de que possam ser orientados de maneira adequada para desfrutar sua visita.

O acervo do museu é representativo da memória social local e a organização da documentação permite resgatar, preservar e estimular o desenvolvimento de ações educativas nos museus. O desenvolvimento das atividades de ensino-pesquisa e extensão, promove a integração entre professores, funcionários, graduados e pós-graduados da UFT, estudantes e comunidade geral, através do resgate do passado, mas visando a expansão da Universidade-Comunidade no presente e no futuro.

2. Alguns conceitos sobre patrimônio histórico e cultural

No trabalho científico, os conceitos e definições, análogos ou divergentes, norteiam as interpretações do trabalho. Neste sentido, citam-se sucintamente alguns conceitos referentes ao patrimônio histórico e cultural.

A diversidade cultural tem despertado grande interesse no cenário político mundial. A crescente importância do tema e o reconhecimento da pluralidade de bens culturais são responsáveis pelas reformulações nas diretrizes curriculares do ensino de História no Brasil, o que, segundo Funari e Pelegrini (2009), instiga o leitor a refletir sobre as facetas do patrimônio histórico e cultural, discutindo alternativas para sua preservação através do desenvolvimento sustentável.

A ideia de dois olhares, ou seja, o olhar do homem local e olhar do visitante, defendida por Martins (2006), significa que o olhar amplo sobre as produções culturais e sua utilidade e importância, refere-se ao homem local que as produz e para o homem visitante (o outro), reforça os ideais de inclusão social, que podem apresentar-se ao mundo como um arsenal de conhecimentos e ideias relacionadas com conceitos de sustentabilidade, responsabilidade ética e segurança.

Dissertando sobre conceitos, os relacionados a “Patrimônio cultural” é muito amplo, podendo-se dizer que é tudo o que se relaciona com a cultura, com a história, a memória, a identidade das pessoas ou grupos de pessoas – coletividades de natureza diversa como grupos familiares, associações profissionais, grupos étnicos, nações. São os lugares, as obras de arte, as edificações, as paisagens, as festas, as tradições, os modos de fazer, os sítios arqueológicos.

Entende-se, de acordo com a definição do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (2009), que patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura de um povo.

Tomando por base os conceitos analisados, identificou-se, em meio ao considerável acervo de livros existente no Museu Histórico de Porto Nacional, uma coleção de livros especiais, doada por um único detentor, composta por livros do século XX, provenientes de outros países e do Brasil, de diversas editoras e autores. Alguns itens observados, de acordo com Rodrigues (2006), são edições esgotadas, publicados em 1957, o que os caracterizariam como obras.

3. Diagnóstico da coleção

Existiam aproximadamente 70 itens armazenados em um armário de ferro nas dependências do Museu, com dimensões e número de páginas diversos, conforme ilustrado na Figura 1. São livros de capa dura, em couro, capas em tecido, capas em percalux, capas brochura, com costura, com nervos, gofrados e com douração.

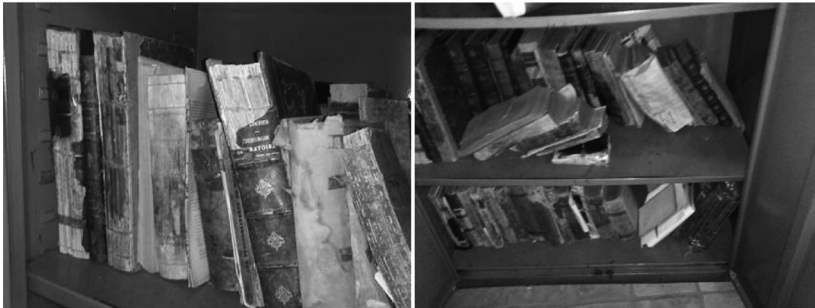
Figura 1 – Livros existentes no Museu Histórico de Porto Nacional



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Os livros apresentam capas e lombadas abrasadas, por vezes faltantes, com perdas, nervos abrasados, cabeceados faltantes, costuras aparentes por vezes faltantes, páginas acidificadas por vezes faltantes ou soltas, conforme ilustrados nas Figuras 2, 3, 4 e 5. Quanto ao miolo, os livros apresentam fragilidade de suporte, zonas perdidas, abrasão, rasgos, cortes, folhas separadas e ondulações.

Figura 2 – Coleção da reserva técnica do museu



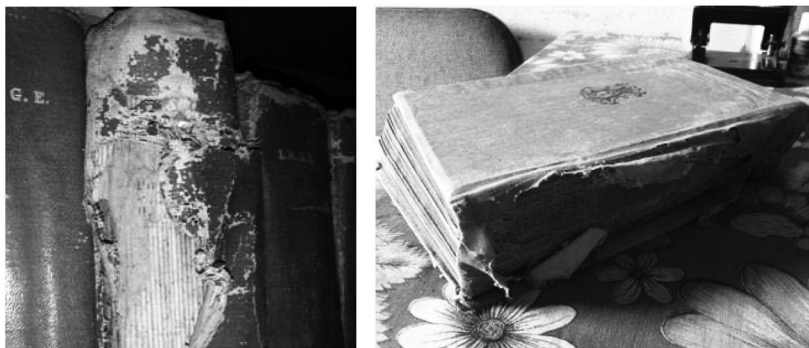
Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Figura 3 - Capas abrasadas ou faltantes



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Figura 4 – Capas em tecido com lombada danificada



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Figura 5 – Enciclopédias dos municípios brasileiros



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Quanto aos agentes externos, apresentam sujidades, manchas de umidade, manchas de infecção por fungos, fitas adesivas acidificadas e perda de suporte por ataque de insetos algumas vezes superior a 30%, conforme Figuras 6 e 7.

Figura 6 – Fitas adesivas



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Figura 7 – Perda de suporte por ataque de insetos



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Temperaturas altas ocasionam a degradação gradual dos materiais, sobretudo, naqueles quimicamente instáveis, como papéis ácidos, fotografias coloridas, etc. As flutuações de temperatura determinam variações da Umidade Relativa.

Deve-se manter a temperatura entre 19° a 23° centígrados e a umidade relativa do ar entre 50% a 60% (ideal 55%). O controle da umidade e temperatura nos locais de guarda de acervo deve ser medido através de aparelhos específicos como:

1. Aparelho de ar-condicionado que ajuda o controle de temperatura do ambiente;
2. Higrômetro, que mede a umidade relativa do ar;
3. Termo-higrômetro, que mede a temperatura e a umidade; e
4. Desumidificador, que retira a umidade do ambiente.

A equipe efetuou o controle da temperatura na sala onde está armazenada a coleção especial, no período de 28 a 30 de novembro e de 3 a 4 de dezembro de 2012, conforme **Tabela 1**, e constatou-se a necessidade de providências quanto à instalação de aparelho de ar condicionado e desumidificador.

Tabela 1 – Valores de temperatura e umidade encontrados no museu histórico de Porto de Nacional

hora	temperatura	umidade
	°C	%
08:00	27,84	72,94
10:00	27,96	73,82
12:00	28,34	72,7
14:00	28,92	70,72
16:00	29,16	70,4

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

A preservação, em seu sentido mais amplo, segundo Spinelli (2009), abrange todas as ações que se destinam a salvaguardar e a recuperar as condições físicas dos suportes que contêm informações. É um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a permanência desses materiais/acervos para as futuras gerações. É o guarda-chuva, sob o qual se abrigam a conservação preventiva, a conservação reparadora e a restauração.

A conservação preventiva envolve todas as medidas e ações que tenham como objetivo, evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Se realizam sobre o contexto ou na área circundante ao bem ou, mais frequentemente, um grupo de bens, sem levar em conta sua idade ou condição. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens e podem ser medidas e ações para o registro, armazenamento, manipulação, embalagem

e transporte, controle das condições ambientais (luz, umidade, poluição atmosférica e insetos), planos de emergência, educação do pessoal, sensibilização do público.

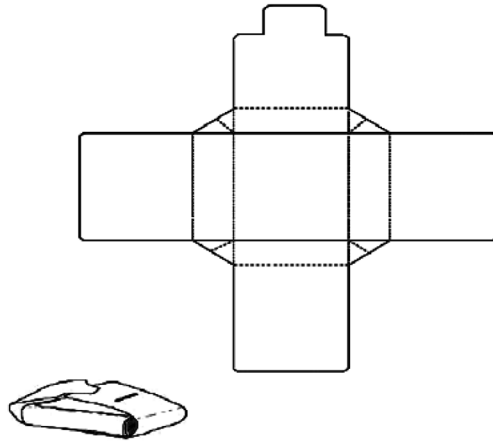
As ações de conservação, segundo Bojanoski (2009), no sentido já definido anteriormente, são básicas e primordiais para qualquer tipo de acervo ou coleção. A implantação de uma estrutura para a conservação, seja ela preventiva ou curativa, deve ser a meta inicial de qualquer instituição que tenha responsabilidade sobre algum tipo de acervo de valor cultural. Os procedimentos de restauração, por exemplo, são muito específicos e complexos e somente se justificam em acervos com valor de raridade. E mesmo nesses casos, a conservação atua inicialmente, pois devem ser implantadas várias ações para melhorar as condições do acervo, tais como mudança do mobiliário, higienização do acervo, melhorias das condições ambientais, etc.

A equipe sugeriu a higienização com trinchamento de todos os itens, individualmente, para remoção das sujidades mais aparentes, poeira e outros resíduos depositados sobre o livro ao longo do tempo. Trinchamento dos cortes com trincha de pelos curtos, trinchamento da capa, dos festos e dos fólhos, com atenção às áreas de perda, rasgos e dobras para que não haja danos maiores ao item. A utilização do bisturi foi proposta para a remoção das sujidades mais pontuais como pontos de oxidação e possíveis “foxing” (pontos de metais residuais dos processos de fabricação do papel associados a fungos). A aspiração controlada foi proposta em caso de detecção de resíduos biológicos em grande quantidade, lembrando-se que esse procedimento deve ser realizado com uma tela de proteção pra minimizar a aspiração e que o aparelho deve conter filtro HEPA, para controle de fungos.

Para cada item foi sugerida a elaboração de uma ficha de diagnóstico individual. Somente assim é possível fazer uma proposta de tratamento específica, ponderando-se a relevância de cada item para o acervo, assim como o tratamento a ser realizado. Isto é, sendo o livro de importância relevante para o conjunto, ele pode sofrer um restauro de maior complexidade, pode ser reencadernado, pode ter sua lombada recomposta, pode sofrer uma reenfibragem das folhas. Ou, caso contrário, pode ser somente

higienizado e acondicionado em embalagem adequada, a ser confeccionada, utilizando-se materiais especiais, tais como papel Filitfold Documenta 120g/m², régua, estilete, dobradeiras de teflon, conforme Figura 8.

Figura 8 – Acondicionamento provisório utilizando a caixa em cruz



Fonte: Elaboração própria.

BIBLIOGRAFIA

BOJANOSKI, Silvana. Procedimentos de higienização. In: Curso informativo sobre preservação de acervos bibliográficos & documentais, 13. **Anais...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. (CD ROM).

CENTRO Histórico de Porto Nacional é patrimônio do Brasil. **Conexão Tocantins**, 28 nov. 2008. Disponível em:<<http://conexaoto.com.br/2008/11/28/centro-historico-de-porto-nacional-e-patrimonio-do-brasil>> Acesso em: 11 jun. 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. Comitê Brasileiro do Conselho. **Noção de patrimônio**. Curitiba, PR: ICOMOS, Disponível em: <http://www.icomos.org.br/001_001.html>. Acesso em: 4 Jun. 2009.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT**. Palmas, TO: UFT, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; *PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo*. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Conselho Consultivo do IPHAN aprova o tombamento de Porto Nacional (TO) e o registro da Renda Irlandesa (SE). Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14189&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 27 Nov. 2008.

PORTO NACIONAL. Prefeitura Municipal. **Museu Histórico e Cultural**. Porto Nacional: Prefeitura Municipal, 2008.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, IIBCT, v. 35, n. 1, Jan./Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 Jun. 2009.

SPINELLI, Jayme. Diretrizes de Segurança & Preservação da Fundação Biblioteca Nacional. In: Curso informativo sobre preservação de acervos bibliográficos & documentais, 13. **Anais...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. (CD ROM).

TOCANTINS. Secretaria de Cultura. **Porto Nacional**. Palmas, TO: Secretaria de Cultura, 2008. Disponível em:<<http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=95>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

7.

Nas trilhas da memória

“Estórias do cotidiano – verdades e mentiras”

Olívia Aparecida Silva

*Sobe da terra tranquila um
estímulo de vida e [paz.
Um docel muito azul e muito alto
cobre os reinos [de Goiás.
Um sol de ouro novo vai virando
e fugindo a [longínquas partes do mundo.
Desaguaram em março as últimas
chuvadas do [verão passado.*

(CORALINA, 1997, p. 163)

A relação estabelecida com a terra, sobretudo a terra natal, com as coisas simples do cotidiano impulsionou toda a produção poética de Cora Coralina. O desejo de não deixar que o “Tempo passe tudo a raso”, de materializar todas as lembranças, sejam elas voltadas para as vivências pessoais ou coletivas, permitiu que o processo criador, através do ato amoroso, eternizasse lugares, pessoas, sentimentos, aspectos culturais, denúncias e outras particularidades inumeráveis. As estórias do cotidiano são compostas de minúcias tantas que apenas um olhar atento poderia apreendê-las e transformá-las em palavras poéticas. Assim é composta a poética coralineana. Para Drummond, é “a poesia das mais diretas e comunicativas [...]. Que riqueza de experiência humana, que sensibilidade especial e que lirismo identificado com as fontes da vida! Aninha hoje não se pertence. É patrimônio de nós todos, que nascemos no Brasil e amamos a poesia” (CORALINA, 1997, p. 23).

Para conhecimento, alguns quadros de sua história. Cora Coralina é o pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985), que em um dia, no meio de uma noite, de uma das suas nove décadas de vida, saiu grávida de sua cidade natal, a Cidade de Goiás, e retorna aos sessenta e cinco anos de idade, depois de uma ausência que se prolongou por quarenta e cinco anos. Artisticamente, ela avaliou: “nasci antes do tempo”. Alguém retrucou: “você sempre nasceria antes do tempo”. Faleceu em Goiânia, com quase noventa e seis anos de idade. Já era conhecida como Cora Coralina.

Viveu quase um século de história: foi uma menina triste, amarela, mal amada; uma adolescente com medos de não se casar por saber declamar poesias em tertúlias, fazer versos e ler muito no Gabinete Literário; conheceu as histórias de riquezas da família, viveu em uma época de minguadas economias; consorciou-se, teve filhos; morou em vários lugares; voltou à Casa Velha da Ponte e procurou retomar seu passado, recriando poeticamente toda essa matéria pulsante de vida.

1. Era uma vez...

Cultiva a poesia e a prosa. Apesar de ser conhecida, sobretudo, enquanto poeta, Cora Coralina é uma contadora de histórias. Em sua obra *O Tesouro da Casa Velha*, livro de contos, publicado postumamente, há um aviso, ao seu provável leitor, a respeito da obra a ser lida.

Não espere [...] o leitor, que já conhece a obra de Cora, algo de novo (no sentido de invenção, de novidade vanguardeira, lançadora de modas), pois esta é mais uma fatia de um todo que se manteve coerente durante a existência da poeta, de poesia feita de memória, o que ela chamou de minha “força tribal” e que já se constituiu na sua marca (CORALINA, 2011, p. 8).¹²

¹² Não consta o nome de quem escreveu o prefácio apenas a seleção dos contos que foi de Dália Teles Veras.

Realmente o livro não decepciona nem o leitor cativo, nem aquele que está lendo *Cora Coralina* pela primeira vez. Essa obra possibilita reafirmar o que já foi constatado nas obras anteriores: *Cora Coralina* é uma contista que merece lugar especial dentro da historiografia literária brasileira, pois se aproxima, apesar de sua singularidade, de Graciliano Ramos e Guimarães Rosa: regionais sem serem regionais.

Em *O Tesouro da Casa Velha* constam quatro longos contos, sendo os demais breves, às vezes, brevíssimos. Nove de seus contos têm o ponto de vista narrativo em primeira pessoa e os outros nove contos estão em terceira pessoa.

O espaço narrativo constitui-se entre o rural e o citadino, como nos livros anteriores, e, geralmente, estão localizados em Goiás, raramente em terras paulistas. Todos eles versando sobre o trivial, o autobiográfico e o mundo rural repleto de movimentos, cheiros e vozes. A linguagem é transparente, natural e simples, o que possibilita imagens com efeitos sinestésicos perfeitos. Passa para o leitor a ligeira sensação de um transportar-se para o mundo ficcional e compactuar com as personagens a transfusão de cheiros, de cores e de movimentos. O leitor se passa por um *voyer* que desfruta das intimidades de um mundo tão distante e tão verdadeiro.

Os contos evidenciam um mundo antigo com seus casos, histórias, usos, costumes e críticas. É frequente a presença da intertextualidade: sua obra dentro da sua obra. Os mesmos fatos já apresentados em obras anteriores, poesia ou prosa, são retomados e mostrados em outras perspectivas. Poemas se tornam contos ou contos que se tornam poemas. Dentre eles, apenas um será comentado aqui, observando os aspectos mais relevantes presentes no desenrolar da trama narrativa.

2. Nas contas da memória, o ensino e o uso da palmatória

O conto “Contas de dividir e trinta e seis bolos”, cujo título remete ao ensinamento antigo e sua forma severa de coerção à aprendizagem, através do uso da palmatória, é um dos contos mais

longos do livro. Há uma história dentro da outra que transcorre no mundo rural goiano, realçado por seus cheiros, movimentos, dramas, tragédias e costumes de uma época que se sobressaem em imagens plásticas.

Narrado em primeira pessoa, por uma narradora-personagem que relata acontecimentos familiares presenciados em sua infância, na fazenda Paraíso. São lembranças da pequena Aninha contadas pela anciã Cora Coralina.¹³

Uma tia separa-se do marido “por absoluta impossibilidade, divergência fundamental e biológica de vida em comum, apesar de adorar o marido”.

Retorna à casa paterna acompanhada pelo filho Zezinho, de cinco anos. A descrição de sua chegada realiza-se em uma linguagem aliterativa cheia de vocábulos próprios do mundo rural.

Chegou ali um dia montada a cavalo no seu silhão de dona com o filho num piquirinho rosilho e manso bem arreadinho com todos os atavios, selote de primeira badana, coxinilho, sobrecilha, três barrigueiras e rabichola. Dois homens de confiança tocavam os cargueiros com suas canastras e dobros. Nós éramos meninas naquele tempo e ficamos encantadas com aquela tia de vida romântica, que mal conhecíamos de nome e invejamos desde logo o cavalinho do primo, muito manso, de crina caída, de passo macio e que tinha o nome maravilhoso de Peri (CORALINA, 2001, p. 13).

A admiração que a tia suscitava era devido a sua condição de mulher casada e separada. Ser considerada romântica pelas crianças, na época, era sinônimo de rebeldia. Romper com os padrões estabelecidos por uma sociedade fechada a atitudes de

¹³ Essa afirmativa é minha. Em nenhum momento, durante a narrativa, é revelado o nome da menina cujas lembranças pertencem e são contadas. Tendo por base fatos reais da vida de Cora Coralina é possível fazer tal afirmativa como ainda considerar o conto dentro do gênero autobiográfico.

autonomia feminina. Mas nem tão rebelde era a tia, pois volta a viver sob a autoridade paterna.

O comentário da narradora sobre o jeito de ser da tia está mesclado pelo olhar da criança que foi e o entendimento da adulta que é. Sua condição libertadora define-se a partir da montaria, quando a narradora observa: “montada a cavalo no seu silhão de dona”.

A vinda da tia Laudemira, como é chamada pela narradora, é no tempo em que a Fazenda Paraíso é bem frequentada.

Meu avô era nesse tempo um homem de recurso, com muito prestígio pessoal, social, político e econômico. Tinha seus correligionários, amigos, compadres, inúmeros agregados, protegidos e dependentes. Era grande caçador – tinha cachorrada de fôlego e trompa de caça com bocal de prata, rica, lavrada e muito mais de mil alqueires goianos de mato, cerrados, campos e rios e ribeirões com toda diversidade de caça de pêlo, de pena e de escama, e a fazenda paraíso não passava uma semana sem a graça insinuante dos hóspedes (CORALINA, 2001, p. 14).

Por ser “ativa, diligente, espirituosa, cuidadosa e alegre” – quantos adjetivos lhe são destinados! – sua estada na fazenda é bem aceita e muda sua rotina. Seu filho Zezinho também se adapta ao ambiente, mas, com o passar dos tempos, ela preocupa-se com a necessidade de seus estudos. Lembra-se de Tio Fidelcino, irmão de seu pai, que mora na fazenda e que pode dar conhecimentos rudimentares a Zezinho.¹⁴

Foi o tempo que ela se decidiu ir às falas com o tio Fidelcino, mais conhecido por seu Tito, irmão de meu avô e que morava no terreiro

¹⁴ Em *Vintém de cobre*, o poema “meu tio Jacinto” desenvolve a mesma história, a diferença está no gênero e no nome do personagem que de Jacinto passa a ser Fidelcino.

da fazenda, numa casinha separada. Esse tio era um homem de cinquenta e cinco anos, neurastênico, nervoso, governado pelas luas – diziam –, de raiva fácil, de manias constantes e permanentemente amuado. Tinha sofrido na sua vida uma série de revezes e fracassos e seu espírito rebelado nunca se reabilitou dessas decepções (CORALINA, 2001, p. 14).

A figura do tio inspira cuidados especiais à família. Além de sofrido e de aparência doentia, a vida dele é pontuada por acontecimentos trágicos. Talvez tenha sido esse o motivo que levou a narradora a suspender temporariamente a narrativa centralizada na vida de tia Laudemira e na de Zezinho e passar a dar conta e conhecimento aos leitores dos acontecimentos que possibilitaram ao tio Fidelcino estar em situação diferenciada dos outros habitantes da fazenda. Refazer a história de sua vida é uma necessidade da própria narrativa. A vida se constitui desse imbricado de várias histórias. Assim se inicia uma história dentro da outra.

Tio Fidelcino, desde muito cedo, por obra do destino, tem seus projetos de vida desfeitos. Acontecimentos lamentáveis possibilitam-lhe fechar-se cada vez mais em um mundo impenetrável. Foi desenvolver seus estudos junto com o irmão “no distante e afamado Seminário do Caraça, de onde saiu sem completar o curso, com uma doença grave nos olhos. Foi se tratar na Corte. Ficou cego de uma vista e não quis terminar o estudo”.

Durante a estadia de seu irmão Antônio, na fazenda, resolve ir a Goiás. O irmão se oferece para acompanhá-lo até uma parte do caminho para caçar perdizes. Antônio é jovem, cheio de vida, recém-formado e com uma brilhante carreira pela frente, pois havia passado em concurso público. Os dois seguem, no caminho a caçada é realizada e cada qual procura seguir seu percurso, mas acontece o imprevisto: é o segundo acontecimento em que se envolve o tio Fidelcino e que lhe provoca sérios problemas emocionais.

No alto, seu Tito parou longo tempo, observando a magia da caçada de perdiz, vendo o mano

abater as aves com extrema certeza, de certa pontaria. Juntaram as perdizes mortas. Tio Fidelcino engarupou algumas para levar com ele enquanto o mano Antônio carregava de novo a espingarda, que nenhum homem, caçador ou não, porta arma de fogo descarregada. Acabou de carregar e colocou a cápsula nos pentes e encostou a espingarda ao pé de um moiteira, enquanto, por sua vez atava a caça restante à garupeira. Tio Fidelcino aí se despediu e virou a rédea do animal rumo de Goiás. Não tinha andado cinquenta passos quando ouviu o estrondo. Olhou para trás surpreso, inda em tempo de ver, na fumaça do tiro o mano, já montado, bambear de lado. Correu a espora, amparou e desceu o irmão que já não se sustentava nos arreios. Viu de perto o desastre. O cão da arma puxado por um cipó, a carga pegando à queima-roupa e arrebentando pelo peito [...] inda ouviu o irmão suas últimas palavras, “meu mano, como se morre tão cedo” (CORALINA, 2001, p. 17-18).

A morte do irmão afeta particularmente a tio Fidelcino, pois estavam juntos quando a tragédia se realiza, “profundamente abalado foi acometido de uma febre cerebral, por vários dias, delirante e perturbado da razão. Convalescente, voltou a Paraíso ainda um pouco vário do juízo ao fim se libertou do choque”.

Querendo poupar a mãe, já anciã, bisavó da narradora, do sofrimento pela perda do filho, o sepultamento foi realizado de forma discreta. Um ano depois, ela fica sabendo da morte do filho, através de um comentário despercebido de uma escrava que lembra a importância da data pelo que ela representa para a família. Quando se dá conta da falta que havia cometido não há como voltar atrás. A velha mãe ordena à escrava o relatar dos fatos.

A velha mãe tudo aquilo ouvia de olhos cerrados, secos e de lábios frementes. Chamou meu avô, seu filho mais velho. Ordenou que nenhum castigo se desse a Liadora e que se mandasse fazer para ela veste preta, rebuço preto de cabeça e mais umas chinelas pretas. Mandou a escrava buscar um prato de cinza. Tomou de uma grande tesoura de tosar crina de animal, desenrolou os cabelos e com decisão cortou rente as duas tranças que atirou pela janela. Cobriu a cabeça de cinza. Entrou no quarto do oratório e fechou a porta por dentro. Ali ficou por dois dias e duas noites, muda, sem responder ao chamado dos filhos. Ao fim desse tempo, meu avô arrombou a porta e tirou nos braços a mãe semimorta. Muitos dias, ela esteve de cama, passada, inconsciente, lisa-levantou. Depois, reagiu, tomou sua veste de luto. Passou o rebuço na cabeça. Voltou calada à sua vida habitual. Nunca mais perguntou pelo morto. Quando meu avô, emocionado, tentou uma palavra de conforto, ela, rígida e severa, fez o filho se calar (CORALINA, 2001, p. 20).

Um mundo antigo cheio de sistemas e rigidez, quando não se permitiam transbordamentos de emoções. A forma encontrada pela mãe de demonstrar sua dor foi através da cor das vestes, desfazer de seus cabelos e um recolhimento íntimo que poderia tê-la levado à morte.

O tio Fidelcino, tempos depois, resolve se casar e pede a mão da “filha de um sitiante de longe e um dia voltou casado para a fazenda.” O casamento poderia devolver-lhe uma vida normal.

O que se passou com o casal naquela primeira noite de núpcias ninguém nunca soube. O certo e contado foi que o tio Fidelcino, depois de ter estado sozinho com a mulher, saiu para

o terreiro onde passou a noite toda andando como doido, gesticulando e falando sozinho e a madrugada inda vinha longe já ele tinha trazido do pasto seu animal de sela e o da mulher. Tinha arreado em silêncio, fez a mulher montar e montou ele, também. [...] Tudo aquilo foi para ele uma espécie de sonho ruim que procurou esquecer no cemitério do silêncio (CORALINA, 2001, p. 20-21).

O fracasso do casamento veio reafirmar que as sequelas deixadas pelos acontecimentos anteriores ainda estavam muito presentes em sua vida e, como consequência, ficou gravada a marca da impotência e a impossibilidade de mudar o curso de sua história. Mesmo assim, age como deve agir, entrega a mulher ao pai e reserva-se de comentários.

Tio Fidelcino era um espírito inquieto e rejeitava as forças sobrenaturais: “Não acreditava nos santos e não gostava de padres, era descrente ao céu e chamava sempre por Satanás, de cuja existência também duvidava”.

Quando não estava aluado, ajudava o irmão na casa da serra: “Tinha o senso de mecânica e conhecia madeira e grande parte da flora vegetal. Era dono de uma conversa rica e variada e instruída, fora da veneta”.

A história do tio Fidelcino chega ao presente da narrativa e é retomada a conversa estabelecida entre tia Laudemira e ele sobre a proposta de ensinar Zezinho a ler, escrever e as quatro operações. A resposta dele é afirmativa, mas impõe condições: “Tinha capacidade para ensinar muito acima do requerido, mas só ensinava à velha moda”. A mãe ainda tentou argumentar, mas ele foi incisivo. “Laudemira, a senhora já viu criança aprender sem palmatória? Eu nunca vi... sem ela não ensino. Com ela boto leitura, escrita e as quatro operações na cabeça do seu menino. Se não quiser fica lá com seu filho” (CORALINA, 2001, p. 22).

Começa aí a história da aprendizagem de Zezinho. Paralelamente, há um mundo rural cheio de movimentos, acontecimentos, brincadeiras e encantamentos que disputa com mundo do

letramento a atenção de Zezinho. Todas as vezes que seu olhar se desviava para dar conta do que está acontecendo a seu redor, a lição ficava em segundo plano.

la chegando a hora de lição e as patacas andavam por longe. Perto mesmo estava o João-de-Barro que fazia uma casinha engraçada no galho torto do jenipapeiro da frente da casa-grande, e toda gente da casa roubava tempo para fiscalizar aquela construção. Toda hora esquecia da lição vendo o passarinho bater a pelota, carregar no bico e voar para a construção... “Passarinho trabalhador...”, pensava ele, “não tem que fazer lição...” Inda mais que passou o Cirico de Sá Balbina que ajudava o vaqueiro Anselmo e era o amigo do peito. Bateu os olhos lá dentro, não viu seu Tito, contou logo no buraco da parede que acabava naquela horinha de deixar a Cambraia na mangueira com cria nova-pretinho que nem carvão e tão molinho que o vaqueiro trouxe carregado nos cabeçote dos arreios... Zezinho ouviu a trompa da caça, alarido da cachorrada e a conversa alta e risonha de seu Manoel Candinho, compadre de meu avô, ranchado da casa-grande. Depois veio a galinha de pescoço pelado e o galo topetudo de Mãe Preta, muito aquerenciados, cantar e fuxicar pertinho da parede. O leitão carunchinho refesteleava-se no lameiro e com a quentura da tarde subia da mangueira um cheiro agressivo e sadio de lama misturado com urina e esterco de gado (CORALINA, 2001, p. 27-28).

No leitor, essa descrição permite a constatação da maestria da narradora em evidenciar, por via do artifício da linguagem, o cotidiano rural em seus ínfimos detalhes, a transitividade cíclica da natureza, seus cheiros, em uma demonstração que, despreziosamente, subjaz a uma visão romantizada e idílica do viver no campo.

É interessante observar que a narrativa coralineana, como bem alerta a autora em entrevistas, é composta de “verdades e meias verdades”. Pode ser constatado, no fragmento acima, a presença dos dois elementos mencionados. Apesar de a narrativa apresentar acontecimentos que fazem parte da história real da autora, e ser analisada dentro dos limites do gênero autobiográfico, ela adquire autonomia necessária, por conta e risco, e estabelece-se na esfera da ficção sem compromissos com a “verdade dos fatos”. A narradora assume o papel de narradora-personagem onisciente, deixando de lado o ponto de vista de narradora-personagem observadora, adequado ao gênero narrativo autobiográfico.

Retornando ao mundo de Zezinho, pela primeira vez, ele não conseguiu se desvencilhar do mundo fora da sala de aula e concentrar a atenção necessária para a aprendizagem das patacas, o castigo veio tão exato quanto às contas das patacas.

Uma pataca – trezentos e vinte. Duas patacas – seiscentos e quarenta. Três patacas – novecentos e sessenta. Quatro patacas – mil duzentos e quarenta. Cinco patacas... Não houve jeito de acertar. Números e somas se baralhavam no crivo da parede, na cabeça do Zezinho. Aí entrou a palmatória e entrou de rijo. “Chega, meu tio”, gritava o menino... “Chega, meu tio...” E a palmatória subindo e descendo no compasso cadenciado da rude punição – um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, ia contando minha tia com o coração em suspenso, com as mãos nos ouvidos e o rosto lavado de lágrimas. Silenciou a palmatória. Cincou seu delator – um bem-te-vi – gritou no alto do coqueiro, Cambraia mugiu na mangueira lambendo sua cria novinha. Ficou boiando no ar tranquilo da tarde sertaneja o soluço estertorado da criança assoando o nariz na fralda de camisa e voltando de novo às patacas. Aí minha tia não se conteve e gritou da janela: “o que foi, meu filho?”. E

o menino de lá, soluçando: “São as patacas, mamãe... São as patacas, mamãe... (CORALINA, 2001, p. 28).

No ensino à moda antiga, a conquista do conhecimento pelo aluno tinha como princípio fundamental o medo da palmatória. Nesse tempo, não era permitido ao aluno nem devaneios e nem erros. Enquanto o mundo da leitura vivido por Zezinho chegava ao limite máximo de tensão, o mundo natural seguia seu ritmo sem nenhuma manifestação de anormalidade. Na casa-grande, o coração de mãe em estado pesaroso e os soluços incômodos no ar.

Para alívio de todos, termina a aula. A lição ficou para o dia seguinte. Despachado, Zezinho procura, em primeiro momento, alívio para as mãos escaldadas pela palmatória.

O vaqueiro Anselmo passava com o guampo e a correia. Ia desleitar a Cambraia. Foi ver. O vaqueiro chegou a vaca com jeito, correu, passou a corda levou ao moirão. Abaixou-se, a mão no úbere volumoso e rosado. Com perícia juntou a primeira teta grossa, alongada e túrgida numa chamada fina para a terra. Encheu o guampo três vezes repassando as tetas; três vezes jogou por cima da cerca num cocho fora da mangueira onde os leitões grunhiam o colostro amarelo e sangrento. Encheu de novo. Deu para o Zezinho; “Bota as mãos aí dentro, menino, que sara logo. Vi muito negro cativo com as mão rachada de bolo sará de um dia pru outro, lavando com leite ruim... num tem mesinha maior” (CORALINA, 2001, p. 29).

Apesar de conferir como motivo central da narrativa o ensino severo e antigo na base da palmatória e as personagens centrais serem tia Laudemira, Zezinho e tio Fidelcino, não pode deixar de ser percebido que a cena da paisagem vegetal e animal,

que se desenrola ao fundo, ocupa mais espaço narrativo que o motivo central. Acredito ser um artifício a que recorre a autora para mostrar ao leitor a singularidade mágica do mundo rural. A cena acima poderia ter sido resumida: o vaqueiro poderia ter ensinado a Zezinho como ele poderia aliviar suas dores utilizando o leite colostro da vaca recém-parida, mas não, ela descreve minuciosamente os procedimentos sequenciados do vaqueiro para tirar o leite, a posição das mãos segurando as tetas e levemente destila uma crítica ao uso da palmatória para castigar os escravos, dando voz ao vaqueiro. Momentaneamente, há um desfocamento narrativo, como há em vários outros momentos que podem ser observados nos fragmentos já evidenciados, sem, no entanto, ser prejudicial ao prosseguimento da história, pois a narradora consegue retomar o motivo central sem perdas.

Outro ponto a ser observado é o formato que mais se aproxima ao da novela do que propriamente ao do conto, pois além de ser extenso e ter um núcleo narrativo dentro do outro, que depois se cruzam, há um aprofundamento da personagem Fidelcino que não é usual nas narrativas definidas dentro do gênero narrativo conto, mas sim das novelas. Os contos, por serem narrativas breves, privilegiam fatos.

Essas observações não têm o caráter de apontar falhas na construção narrativa coralineana, estão muito mais no sentido de mostrar o caráter ambíguo e inovador do conto.

De volta às últimas cenas do conto, Zezinho, depois do alívio das mãos encontrado no uso do colostro, volta a se interessar pelas mesmas imagens que foram objeto de seus devaneios e resultou no desinteresse pela aprendizagem das patacas. Em sua aparência não havia sinais de ressentimento ou tristeza.

“Tranquilo com as coisas que mais o interessavam, no dia seguinte acertou bem as patacas”. Mas havia um grande obstáculo à vista: as contas de dividir.

Naquela semana, ia aprender as contas de dividir por mais de um número. O professor ensinou, no entanto, seu sentido corria por todo aquele movimento fora da sala de aula e seu irresistível chamado.

Sentia-se o menino na posse e possuído de todo aquele mundo, além da parede. O canção daquela conta, ali, enrascada. Dividir por quatro números diferentes – não sabia como podia ser. O mestre tinha explicado ele esquecido. Só entendia o chamado da terra, o mundo maravilhoso do sítio que estava fora da parede (CORALINA, 2001, p. 31).

Aconteceu o inevitável, a palmatória foi novamente o sinal de alerta para que Zezinho voltasse sua atenção para os ensinamentos ministrados. Depois das lágrimas, sem se dar conta, o pensamento novamente se deslocou. “A lição estava errada. Com tanto passarinho na gaiolinha da cabeça e sentidos, não havia lugar para a segura dos números”. E assim foi até completar os trinta e seis bolos de palmatória e Zezinho acertar a divisão. Dentro da casa-grande as mulheres recorriam às rezas, aos benzimentos, velas, e, por fim, “tia Nhá Bá mandou chamar meu avô, que viesse cá em cima, depressa.” Quando a aula terminou, Zezinho correu para casa e colocou “as mãos dentro da bacia com água e sal”. Nunca mais esqueceria a divisão.

Não suportando o ensino severo do tio Fidelcino, tia Laudemira conversou longamente com o pai e despediu-se da fazenda e foi morar na cidade para que Zezinho pudesse dar continuidade aos estudos.

Ao ser matriculado na escola, colocaram Zezinho no banco dos atrasados e servia de motivo de risos para os meninos da cidade, mas, ao ser arguido, em sala de aula, mostra seus conhecimentos e passa a ser o primeiro da turma. Com reconhecimento garantido, ele é convidado a ser decurião da turma, com direito a usar a palmatória, em caso de necessidade.

Conclusão

O conto finaliza com o seguinte comentário: “Esta-va resgatado o tio Fidelcino e a comprovada excelência de sua

palmatória”¹⁵. A narradora-personagem, que durante a narrativa descreve com todas as tintas a aflição materna e das mulheres em geral da casa-grande diante dos soluços e o uso impiedoso da palmatória nas mãos do pequeno Zezinho, curva-se ante o resultado final do ensinamento. Tudo são histórias, verdades, meias verdades acontecidas nos Reinos de Goiás. “Entrou pela perna do pato e saiu pela perna do pinto...”.

¹⁵ Na literatura brasileira, há três grandes romances que abordam a questão do ensino, no século XIX e início do século XX, no Brasil: *O Ateneu*, de Raul Pompéia, *O Doidinho*, de José Lins do Rego e *As três Marias*, de Rachel de Queiroz. Neles, a discussão é mais específica ao ensino e a convivência em internatos.

BIBLIOGRAFIA

CORALINA, Cora. **Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

____. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. 6. ed. São Paulo: Global, 1997.

____. **O Tesouro da Casa Velha**. 4. ed. São Paulo: Global, 2001.

8.

Memórias e histórias de Porto Nacional: considerações a partir de um projeto de extensão

**Carolina Machado Rocha Busch Pereira
Rosane Balsan**

O presente capítulo tem por objetivo apresentar memórias das atividades desenvolvidas na cidade de Porto Nacional referentes ao projeto de extensão universitária denominado Universidade da Maturidade.

Iniciamos as atividades do projeto Universidade da Maturidade no campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins em 21 de janeiro de 2010, e, com mais de 150 alunos inscritos, estabelecemos como princípio norteador a unidade dos sujeitos e o diálogo permanente entre os diversos saberes. Empreendemos esforços para consolidar uma equipe de trabalho para este projeto desafiador de formação de sujeitos com mais de 40 anos. Começar um curso é sempre um grande desafio: para quem oferece e também para quem nele se inscreve.

O processo de formação teve como princípio orientador o respeito às diferenças e o axioma norteador foi a vida, enquanto composição do múltiplo, do diferenciado e do contraditório; tudo se une e tudo se diferencia num jogo incessante de trocas; viver é conviver; existir é coexistir.

Desde o início compreendemos que estávamos diante de um campo aberto e novo da educação em Porto Nacional e vivendo um novo momento na história de cada um que participava do projeto. Quanto mais pensávamos e refletíamos sobre a UMA,

mais clareza tínhamos da responsabilidade que o projeto impunha. Considerando a diversidade do grupo com relação à idade, gênero e experiências de vida, era preciso consolidar uma base comum sobre a concepção de aprendizagem e ensino que nortearia o grupo e contemplaria as diversidades presentes e fosse capaz de lograr sucesso num projeto tão ousado.

1. Considerações sobre a aprendizagem e ensino

A educação apresenta-se, atualmente, com uma complexidade, em parte derivada da complexidade do mundo contemporâneo, da qual a diversidade de teorias associadas é um reflexo (MORIN, 2008).

Refletir sobre a educação e a aprendizagem no Projeto Universidade da Maturidade nos impõe o desafio de pensar a concepção que sustenta, norteia e congrega o projeto de ensino para esse público específico e que requer uma atenção diferenciada.

O relatório da Unesco (1998) sobre a educação e as mudanças necessárias para o século XXI condensa a relevância da educação ao considerar que os novos objetivos para a aprendizagem ao longo de todo o processo educativo têm que incluir: a aprendizagem de saberes ou de conhecimentos; a aprendizagem do saber fazer e do saber ser na sociedade e na relação com os outros; e a aprendizagem do aprender continuamente e ao longo da vida, sendo que esse “aprender a aprender” pode ser visto como essencial e transversal à educação na sociedade contemporânea. O documento orienta que a aprendizagem para crianças, jovens e adultos, deve partir da concepção de educação libertária que garanta a autonomia do sujeito, articulando conteúdos da esfera da vida do aluno com a aprendizagem necessária de cada ciclo de ensino.

A educação contemporânea pode ser entendida, numa perspectiva cognitiva construtivista, fundamentalmente, como uma adaptação do indivíduo aprendiz ao mundo, pressupondo uma construção pessoal do conhecimento, resultante da interação entre o indivíduo e o seu ambiente, especialmente em relação à

uma aprendizagem centrada no indivíduo, porém considerando os conteúdos e integrada num contexto social.

O construtivismo, como uma filosofia de aprendizagem, considera os alunos como construtores ativos de significado e a aprendizagem como o ato de construção através da interação social em vários contextos (CAVALCANTI, 2012). Dessa forma o que conhecemos é gerado internamente pelo indivíduo e não recebido de uma fonte externa. Propostas de construtivistas radicais defendem que não existe uma realidade objetiva independente da atividade mental humana (CAVALCANTI, 1998).

A aprendizagem, concebida como um processo de construção de conhecimento baseado na interpretação individual de percepções vivenciadas, tem por base o conhecimento prévio, assim como as estruturas mentais e o quadro de valores existentes (JONASSEN, 1996). Numa perspectiva epistemológica construtivista, o conhecimento tem que ser construído como um projeto coletivo do sujeito. A aprendizagem concebida a partir de Vygotsky (1984) pode ser sistematizada como um processo em que o indivíduo tem um papel ativo na procura, negociação e desenvolvimento de significado (aprender, como procura de sentido), desenvolvendo uma compreensão contextualizada da realidade (aprender participando e pertencendo a uma comunidade) e, necessariamente, construindo uma identidade pessoal (aprender, como procura de identidade). É essa perspectiva educacional que amparou o Projeto da Universidade da Maturidade (UMA) que foi desenvolvido pelo campus de Porto Nacional da UFT.

O processo de ensino e aprendizagem envolve, assim, a adoção de estratégias e atividades adequadas à experiência, concepções iniciais, motivações e conhecimentos dos indivíduos, resultante da compreensão dos alunos e dos seus pressupostos, fomentando a integração no processo de construção de significado contextualizado e procurando garantir uma aprendizagem informada e refletida sobre a qualidade dos resultados atingidos.

A compreensão e a concepção dos processos de ensino e aprendizagem têm que contemplar para além dos aspectos cognitivos, aspectos do domínio afetivo (TONINI, 2011). Referimos aqui a acuidade de considerar para além dos aspectos do pensamento,

raciocínio e inteligência, aspectos emocionais associados à percepção, informação e conhecimento que condicionam e influenciam a aprendizagem, como pode ser o caso da motivação ou da inteligência emocional (domínio afetivo) e, também, aspectos associados à vontade e à autorregulação da ação (domínio cognitivo). Esses princípios que caracterizam uma perspectiva construtivista, moderada, da aprendizagem, parecem ser fundamentais para consolidar a prática educativa contemporânea e estruturar propostas de mudança, no currículo, na sala de aula e nas relações acadêmicas.

2. Relatos de experiência do projeto UMA de Porto Nacional

O curso foi realizado durante 18 meses com dois encontros semanais no período vespertino. Os encontros semanais, em pouco tempo, tornaram-se deliciosas tardes recheadas de juventude. Todo dia era dia para inventar uma arte, cada instante era momento para edificar uma história. Sedentos por atividades que exercitassem a imaginação, voavam com o pensamento numa velocidade em que os corpos e os cabelos prateados jamais julgariam conseguir. As aulas eram brincadeiras de crianças maduras. O tempo passava sorratoriamente e quase sempre se escutava ao final dos encontros o desapontamento pelo fim do dia. Já era chegada a hora de voltar cada qual para a sua casa e contar as atividades desenvolvidas e, assim, as aulas ministradas na UMA desdobravam-se pela cidade como calda quente em bolo que acabou de sair do forno. Não se fala de outra coisa. Os frutos foram despontando no alvorecer do curso. Em pouco tempo, o projeto UMA era conhecido na cidade.

Envelhecer é um processo extremamente complexo (biológico, psicológico e social) e pouco conhecido entre os que o vivenciam, bem como para a sociedade de maneira geral. Sabemos que, nessa fase da vida, o corpo é mais frágil, requerendo mais cuidados, mas isso não anula a participação da pessoa na sociedade.

A experiência da UMA em Porto Nacional ilustrou a importância que os projetos voltados para esse público possuem.

Estamos falando de pessoas que durante dezoito meses vivenciaram a experiência acadêmica e coletiva, do viver e conviver com o outro. O conhecimento proporcionou reviver as memórias e as lembranças de um tempo pretérito mais fundamental para a identidade do grupo.

Aos poucos, a unidade foi transformando-se em coletivo e, com o reconhecimento do próprio grupo, o pertencimento desabrochou na organização do uniforme que viria dar ainda mais unidade ao grupo.

A cor amarela escolhida pelos estudantes para a camiseta do uniforme ganhava, a cada semana de trabalho, mais luz que emanava do próprio grupo. Todos desfilavam com a camiseta pela cidade, uma vez que ela era o símbolo da identificação, representava a identidade de um grupo que durante um tempo viveu somente das lembranças do passado. Estar no projeto UMA e vestir a camiseta amarela era a oportunidade de viver o presente e escrever o futuro.

A juventude tão sonhada e cantada por eles nas aulas aos poucos tomou conta de todos, e as atividades extrapolaram a sala de aula e ganharam as ruas. Desfilaram pela avenida a beleza da maturidade e alegria de serem uma vez mais valorizados em atividades festivas locais e regionais, como: Carnaval, Semana da Cultura, Sete de Setembro, entre outros.

O sociólogo Bauman (1997), estudando os impactos da modernidade, argumenta que a mesma investiu na destruição da comunidade tradicional, na qual eram muito fortes os valores familiares, os laços de sangue, o solo, a nacionalidade, as matrizes culturais, o amor e a solidariedade. Segundo ele, a modernidade é marcada pela presença de indivíduos em constante busca de uma identidade que lhes é negada, o que os faz viverem sob constante e implacável pressão, para ter de adaptar seus gostos, suas vidas, seus pensamentos e até mesmo seus desejos aos que os outros acham conveniente.

A passagem do século XIX para o XX é o marco que define as características da velhice moderna. A partir de então, ela passou a ser concebida como um “segredo vergonhoso do qual é indecente falar”, como acentua Simone de Beauvoir (1990), ao qual era imputada a depreciação e as mais diversas formas de violência simbólica e física. Os idosos passaram até a

ser considerados símbolos de decadência física e de improduti-
vidade, um risco à perpetuação da vida social.

Simone de Beauvoir escreveu uma obra colossal sobre a velhice para romper o silêncio que envolvia essa fase da vida. Segundo ela, a sociedade de consumo trata os idosos como párias, condenando-os à miséria, à solidão e ao desespero “antes de tudo, exige-se deles a serenidade; afirma-se que possuem essa serenidade, o que autoriza o desinteresse por sua infelicidade” (BEAUVOIR, 1990, p. 13). Assim como a feminilidade é socialmente construída, a autora afirma que a velhice é acima de tudo um fator cultural.

Dos 120 acadêmicos que concluíram o curso, a satisfação ficou registrada nos depoimentos realizados oralmente durante a cerimônia de encerramento e formatura da turma e também em depoimentos escritos e entregues aos professores.

Um dos depoimentos realizados oralmente, durante a cerimônia religiosa de formatura do grupo, ilustra o júbilo do curso.

Enfrentei este Curso com muito entusiasmo porque eu tinha em mente o sonho de uma faculdade; e cheguei a realizá-la, com ajuda de Deus, e dos professores. Foi um curso excelente!

Sinto-me feliz! Em relação a minha vida que mudou muito depois da UMA. Hoje sou uma pessoa diferente do que eu era. Minha mente era parada e só preocupava com os problemas de casa e da família, não tinha com quem desabafar. Quando entrei na UMA, minha mente foi desenvolvendo aos poucos, com o conhecimento que adquiri através dos professores que nos abriram os caminhos a seguir. Falar bem dos professores é coisas úteis e necessárias como por exemplos: Professora Dra. Neila que nos fez conhecer e aprender sobre gerontologia. Professor Luiz Neto que nos abriu o caminho para conhecer com dignidade as boas qualidades de vida na sociedade; e tivemos o conhecimento de sermos Educador Político Social; e conhecer e mostrar para Sociedade que somos cidadãos brasileiros.

Professora Rosane, dinâmica, que nos orientou de termos uma vida tranqüila e calma e de sermos capazes de realizar nos projetos de uma vida melhor na sociedade.

Professora Carolina, com seu carinho, nos alegrava em suas aulas de texto, era muito divertida.

Professor César, com sua capacidade de expressar sobre história, pediu que nos fizéssemos a árvore genealógica, árvore da família, como também relembrar nossa memória de infância. Esse trabalho mexeu muito com minha memória, pois fui relembrar coisa desde criança até os dias de hoje.

Como outros professores que também se dispõem em nos ensinar, para nosso crescimento intelectual, que se englobava dentro dos conteúdos de nosso curso. No meado do curso, houve uma oportunidade aprender o curso de informática com o professor Robert que aprendi um pouco com ele, pois o mesmo era muito paciente com a gente. Agradeço muito o empenho e esforço de nossa amiga e companheira Ceíça, que nunca nos deixou desamparada. É uma amiga para sempre. Sempre achava um jeitinho de não ficarmos sem aula.

Falo também das viagens e passeios e participar dos eventos que foram todos ótimos. Chegou o dia dos estágios que foram maravilhosos! Aprendi coisas que nunca pensei de aprender. Fui bem sucedida na COMSAÚDE, aprendi fazer remédios caseiros tirados do canteiro do mesmo quintal. Receitas medicinais para o uso caseiro. E assim terminou com a aula da saudade e foi maravilhoso! Não tenho nenhuma queixa. Só tenho a depor que ótimo, excelente! Terminou com aquele belo baile. (Ercília Rodrigues Ribeiro em discurso realizado no dia 02 de fevereiro de 2012 durante a cerimônia religiosa de formatura da UMA de Porto Nacional).

Considerações finais

A realização do curso em Porto Nacional foi um grande desafio para toda a equipe. O planejamento, a organização e avaliação exigiram um compromisso muito grande da equipe que contou com o apoio da instituição.

A satisfação ao final do projeto não foi apenas dos acadêmicos, mas também entre os professores, técnicos, voluntários da comunidade que desde o início empreenderam esforços para que em todas as semanas tivéssemos sucessos nas atividades desenvolvidas.

A experiência da UMA mostrou que o resgate de cursos destinados à esse público contribui enormemente para romper com as características que aos poucos foram sendo impostas aos idosos na sociedade. Romper com essa visão de velhice é dar qualidade de vida para quem já a atingiu, mais ainda tem muito por fazer, contar e viver.

Acreditamos que as ações de extensão universitária devem ser pautadas pela busca constante de realização de liberdade e de valorização do ser humano (seja ele jovem, adulto ou idoso), dando condições para apropriações de diferentes saberes: um saber conhecer, compreendido como cultura geral, e porta de entrada para educação permanente, que oferece as bases para aprendizagem ao longo da vida; um saber fazer, como desenvolvimento de habilidades e competências que preparam o indivíduo para diferentes situações; e um saber ser, como processo de autoconhecimento para o exercício da autocrítica e da cidadania, possibilitando que o indivíduo se situe na sociedade, especialmente, no contexto em que vive e convive.

Encerramos a primeira turma com 120 alunos formados, com idades que variaram de 45 até 84 anos. Com a certeza de que o projeto cumpriu com os objetivos traçados, e que a semente foi plantada para desenvolvimento e/ou continuidade de novos projetos para esse público.

Os êxitos que alcançamos só reforçam a ideia de que uma sociedade mais justa, mais fraterna e com equidade social se conquista também a partir da escola e que a Universidade pode e deve desenvolver projetos que aproximem a comunidade do saber acadêmico e científico ressignificado em práticas educativas e sociais.

A UMA, enquanto proposta pedagógica, transformou não somente a educação formal presente na Universidade, mas também a concepção de vida e de qualidade que temos. Aproximar a comunidade acadêmica e seus saberes científicos dos idosos é considerar que o mundo é uma instância que se transforma a cada instante e que as experiências vividas e compartilhadas, somadas aos saberes organizados pela educação formal, contribuem para tornar o mundo melhor, com respeito às diferenças e valorização da experiência.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

JONASSEN, David. O uso das novas tecnologias na educação à distancia e a aprendizagem construtivista. **Em Aberto**, Brasília, v. 16, n.70, p. 70-98, abr./jun.1996.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

UNESCO. **World Declaration on Higher Education for the Twenty-First Century: vision and action**. Adopted by the World Conference on Higher Education, Paris, October 1998. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_eng.htm> acessado em 14/06/2012>. Acesso em: 20. Jun.2012.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Sobre os autores

Ariel Elias do Nascimento

Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente Professor de História da rede particular de ensino e pesquisador do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES.

Benvinda Barros Dourado

Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás, especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira, e em Avaliação Institucional pela Universidade de Brasília, Mestra em Educação e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é Professor Titular da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Carolina Machado Rocha Busch Pereira

Professora Assistente do Curso de Geografia da UFT de Porto Nacional, Geógrafa formada pela Universidade Estadual de Londrina (2000) com mestrado (2004) em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente. Doutoranda em Geografia Humana pela USP. Coordenado os trabalhos do Laboratório de Práticas e Metodologias de Ensino de Geografia da UFT com produção na área de Geografia, Cultura e Ensino. Membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica – NEPEG da Universidade Federal de Goiás e da Rede Latino-americana de Investigação em Didática da Geografia REDLADGEO.

Geraldo Silva Filho

Graduado em História, Mestre em História Social e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente professor do curso de História no Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins.

Janira Iolanda Lopes da Rosa

Bacharel em Biblioteconomia, pós graduada em Docência do Ensino Superior, Coordenadora da Biblioteca do Campus de Porto Nacional/UFT.

João Aparecido Bazolli

Graduado em Direito. Doutor em Geografia e Mestre em Ciências do Ambiente pela UFT. Atualmente Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins no Curso de Direito e no Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.

Juliana Ricarte Ferraro

Graduada (licenciatura e bacharelado) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas, Especialista em Restauro e Conservação de Documentação Gráfica pela Faculdade Senae de São Paulo (2003) e Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo/USP. Professora do curso de História da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional e pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES.

Maiara Muniz

Graduanda em História pela Universidade Federal do Tocantins e membro do NEAB-TO - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Tocantins.

Mariela Cristina Ayres de Oliveira

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestre e Doutora em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professora Adjunta da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Nayara Maria Ayres de Oliveira

Graduada em Educação Artística - Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Estadual de Campinas/SP Educadora Profissional do Governo do Estado de São Paulo.

Napoleão Araújo de Aquino

Mestre em História, pela Universidade Federal de Goiás e doutorando em História Social PUC/SP. Atualmente é professor assistente IV da Universidade Federal do Tocantins, UFT, no curso de História, campus de Porto Nacional.

Olívia Aparecida Silva

Doutora em Literatura Brasileira pela UnB, Professora da Universidade Federal do Tocantins

Rosane Balsan

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas/RS, Mestra e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Porto Nacional.

